

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Demografia

Sabine Foditsch Quaresma de Moura

VULNERABILIDADE SOCIODEMOGRÁFICA E INSTRUÇÃO

Campinas, S.P.  
Fevereiro, 2006

**SABINE FODITSCH QUARESMA DE MOURA**

## **VULNERABILIDADE SOCIODEMOGRÁFICA E INSTRUÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac.

### **BANCA EXAMINADORA:**

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac – Orientadora – NEPO / UNICAMP

Profa. Dra. Tirza Aidar – NEPO / UNICAMP

Profa. Dra. Lilia Montali – NEPP / UNICAMP

### **Suplentes:**

Profa. Dra. Rosana Baeninger – NEPO / UNICAMP

Prof. Dr. Geraldo Romanelli – FFCLRP / USP

**FEVEREIRO / 2006**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**M865v** Moura, Sabine Foditsch Quaresma de  
**Vulnerabilidade sociodemográfica e instrução / Sabine  
Foditsch Quaresma de Moura. - - Campinas, SP: [s. n.], 2006.**

**Orientador: Elisabete Dória Bilac.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Vulnerabilidade sociodemográfica. 2. Analfabetismo.  
3. Mercado de trabalho. 4. Capital social (Sociologia).  
5. Campinas, Região Metropolitana (SP). I. Bilac, Elisabete Dória.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.**

**(cc/ifch)**

**Palavras – chave em inglês (Keywords): Sociodemographic Vulnerability.  
Illiteracy.  
Labor Force.  
Social Capital (Sociology).**

**Área de concentração: Demografia.**

**Titulação: Mestre em Demografia.**

**Banca examinadora: Elisabete Dória Bilac, Tirza Aidar, Lilia Montali.**

**Data da defesa: 21/02/2006.**

*Em memória de minha avó Frida, que, em sua dupla jornada de trabalho e em sua vida, enfrentou, como várias mulheres de sua geração, obstáculos impostos pela interrupção da escolaridade nos primeiros anos de estudo.*

## AGRADECIMENTOS

À professora Elisabete Dória Bilac agradeço a orientação, por ter conseguido conter meus “vãos” e me ensinado a focalizar. Agradeço também seus sábios conselhos.

Às professoras Tirza Aidar e Lília Montali as sugestões na qualificação e aos professores Rosana Baeninger e Geraldo Romanelli por também participarem desta etapa de minha vida.

Agradeço a CAPES o apoio financeiro no segundo ano de mestrado.

A Raquel o apoio inicial em minha empreitada no uso do *software* estatístico e ao Alberto o auxílio na resolução de um ponto crítico deste novo caminho.

Aos funcionários do NEPO e do IFCH, sempre receptivos e solícitos.

Aos meus mestres de graduação e pós, de diferentes áreas - Antropologia, Ciência Política, Demografia, Economia, Licenciatura e Sociologia, entre outras – seus ensinamentos. Agradeço especialmente aqueles que conseguiram expressar sua indignação em relação aos mais variados tipos de injustiça, convidando-nos a um exercício constante de questionamento, reflexão e discussão.

Aos meus colegas de trabalho e estudo de diferentes épocas, que revelaram uma diversidade de histórias de vida, valores e objetivos.

Agradeço ao Joel, meu marido, seu incentivo para que eu persistisse neste caminho, seu amor, carinho e suporte.

A Hans, meu pai, por seu grande coração e por compartilhar sua experiência de vida, a Alice, minha mãe, seu amor infinito e a Vera, minha sogra, o acolhimento e a alegria contagiante.

A Simone, minha irmã e amiga, agradeço nossa união.

Aos meus amigos queridos, alguns próximos, outros distantes, que sempre me incentivaram a lutar por meus objetivos.

Ao Du, a Stefanie, Tainá, Amanda, Sassá, Bia, Huguinho e Analía, meus afilhados, priminhos e sobrinha por iluminarem minha vida com sua simplicidade, questionamento e meiguice infantis.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	VII
SUMÁRIO .....	IX
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	XI
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	XV
RESUMO .....	XVII
ABSTRACT .....	XVIII
INTRODUÇÃO .....	1
1. VULNERABILIDADE, INSTRUÇÃO FORMAL E MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE SUA INTER-RELAÇÃO .....	5
1.1. INTRODUÇÃO .....	5
1.2. VULNERABILIDADE SOCIODEMOGRÁFICA .....	7
1.3. A INSTRUÇÃO FORMAL ENQUANTO CAPITAL HUMANO.....	16
1.4. INSTRUÇÃO FORMAL, MERCADO DE TRABALHO, MUDANÇAS E NOVOS VALORES.....	22
1.5. OS OBJETIVOS DESTE TRABALHO .....	28
2. METODOLOGIA .....	31
2.1. QUESTÕES OPERACIONAIS .....	31
2.1.1. ESCOLHA DOS ESPAÇOS URBANOS .....	31
2.1.2. INSTRUÇÃO .....	31
2.1.3. DELIMITAÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO INVESTIGADA .....	33
2.1.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PEA, POPULAÇÃO INATIVA E PIA .....	35
2.1.5. DESEMPREGO .....	37
2.1.6. OPÇÃO POR UMA ANÁLISE DE PERÍODO .....	37
3. UNIVERSO DE ANÁLISE: CAMPINAS, HORTOLÂNDIA E INDAIATUBA .....	39
3.1. INFRA-ESTRUTURA E CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA LOCAL .....	39
3.2. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO .....	54
3.2.1. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA E POR SEXO .....	54
3.2.2. INSTRUÇÃO .....	58
3.2.3. A INSERÇÃO LABORAL .....	68

4. VULNERABILIDADE SOCIODEMOGRÁFICA E INSTRUÇÃO FORMAL .....	78
4.1 INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS E O PAPEL DA INSTRUÇÃO FORMAL .....	78
4.1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTRUÇÃO DE CHEFES DE DOMICÍLIOS .....	78
4.1.2. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E INSTRUÇÃO DE CHEFES DE DOMICÍLIOS: .....	87
4.1.3. OS RENDIMENTOS DO TRABALHO.....	109
4.2. A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES: SUCESSÃO GERACIONAL E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS .....	113
4.2.1. ESCOLARIDADE DE FILHOS RESIDENTES: UMA HERANÇA? .....	116
4.2.2. INSERÇÃO ECONÔMICA DE FILHOS RESIDENTES: O PAPEL DE OUTROS DETERMINANTES .....	117
4.2.2.1. TRABALHO INFANTIL: OUTRAS IMPLICAÇÕES .....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	124
ANEXOS .....	132

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1.1. - Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000	18
TABELA 2.1. - Comparação de dois critérios para medição da ocorrência de analfabetismo absoluto – Pessoas com 25 anos e mais – 2000 .....	32
TABELA 2.2. - Proporção de responsáveis por domicílios abaixo da idade de 25 anos – 2000 .....	34
MAPA 3.1. - Região Metropolitana de Campinas .....	39
MAPA 3.2. – Localização no Estado de São Paulo .....	40
TABELA 3.1. - Distribuição do nº de estabelecimentos por setores de atividade econômica na RMC, segundo os municípios - 2000 .....	42
MAPA 3.3. – Região Metropolitana de Campinas - Densidade demográfica: 2000	46
TABELA 3.2. – Acesso a serviços básicos: total de domicílios – 1991 e 2000 .....	50
TABELA 3.3. – Acesso a serviços básicos: domicílios urbanos, particulares permanentes – 2000 .....	50
TABELA 3.4. - Saldo migratório e participação da migração no crescimento absoluto da população: 1991 – 2000 .....	51
TABELA 3.5. – Tipo de escoadouro em %: domicílios urbanos, particulares permanentes – 2000 .....	51
TABELA 3.6. - População total por situação de domicílio, 1991 e 2000 .....	53
GRÁFICO 3.1. - Campinas: pirâmide etária da população total urbana e dos responsáveis por domicílios – 2000 .....	55
GRÁFICO 3.2. - Indaiatuba: pirâmide etária da população total urbana e dos responsáveis por domicílios – 2000 .....	55
GRÁFICO 3.3. - Hortolândia: pirâmide etária da população total urbana e dos responsáveis por domicílios – 2000 .....	56
TABELA 3.7. – Estrutura etária e razões de dependência: população urbana – 2000 .....	57
TABELA 3.8. - Estrutura etária e razões de dependência: população total - 1991 e 2000 .....	57
TABELA 3.9. - Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade - 1991 e 2000 .....	58
TABELA 3.10. - Nível educacional da população jovem e adulta - 1991 e 2000	59



TABELA 3.11. – Níveis de instrução da população de Campinas com idades iguais e acima de 10 anos – 2000 .....	63
TABELA 3.12. – Níveis de instrução da população de Hortolândia com idades iguais e acima de 10 anos – 2000 .....	64
TABELA 3.13. – Níveis de instrução da população de Indaiatuba com idades iguais e acima de 10 anos – 2000 .....	65
TABELA 3.14. – Analfabetismo absoluto de pessoas com 25 anos e mais – 2000	66
TABELA 3.15. – Analfabetismo funcional de pessoas com 25 anos e mais – 2000	67
TABELA 3.16. – Pessoas com 25 anos e mais, com 8 anos de estudo – 2000	67
TABELA 3.17. – Distribuição da população em idade ativa por condições de ocupação (10 anos e mais) – 2000 .....	68
GRÁFICO 3.4. – Composição da população ocupada por faixas etárias – 2000	69
TABELA 3.18. - População em idade ativa por faixas etárias – Campinas – 2000	71
TABELA 3.19. - População em idade ativa por faixas etárias – Hortolândia – 2000	72
TABELA 3.20. - População em idade ativa por faixas etárias – Indaiatuba – 2000	73
GRÁFICO 3.5. - População desocupada por faixas etárias – 2000 .....	75
TABELA 3.21. – Participação dos 3 municípios no nº total de empregos da RMC por setor de atividade econômica .....	76
TABELA 3.22. - Programas de geração de trabalho e renda – 2001 .....	77
TABELA 4.1. - Medianas das idades dos resp. >= 25 anos por domicílio – 2000	79
GRÁFICO 4.1. – Distribuição de resp. por dom. – homens e mulheres – por nível de instrução em Campinas, Hortolândia e Indaiatuba – 2000 / CPQ: Responsáveis homens .....	80
GRÁFICO 4.2. – Distribuição de resp. por dom. – homens e mulheres – por nível de instrução em Campinas, Hortolândia e Indaiatuba – 2000 / HOR: Responsáveis homens .....	80
GRÁFICO 4.3. – Distribuição de resp. por dom. – homens e mulheres – por nível de instrução em Campinas, Hortolândia e Indaiatuba – 2000 / IND: Responsáveis homens .....	80
GRÁFICO 4.4. – Distribuição de resp. por dom. – homens e mulheres – por nível de instrução em Campinas, Hortolândia e Indaiatuba – 2000 / CPQ: Responsáveis mulheres .....	80

GRÁFICO 4.5. – Distribuição de resp. por dom. – homens e mulheres – por nível de instrução em Campinas, Hortolândia e Indaiatuba – 2000 / HOR: Responsáveis mulheres .....	80
GRÁFICO 4.6. – Distribuição de resp. por dom. – homens e mulheres – por nível de instrução em Campinas, Hortolândia e Indaiatuba – 2000 / IND: Responsáveis mulheres .....	80
GRÁFICO 4.7. - Distribuição de resp. por dom. – homens e mulheres – segundo nível de instrução, sexo e faixas etárias Campinas – 2000 / Campinas .....	82
GRÁFICO 4.8. - Distribuição de resp. por dom. – homens e mulheres – segundo nível de instrução, sexo e faixas etárias Campinas – 2000 / Hortolândia .....	82
GRÁFICO 4.9. - Distribuição de resp. por dom. – homens e mulheres – segundo nível de instrução, sexo e faixas etárias Campinas – 2000 / Indaiatuba .....	82
TABELA 4.2. - Distribuição dos responsáveis por domicílios, com 25 anos e mais, segundo faixas etárias e três níveis de instrução – Campinas – 2000 .....	83
TABELA 4.3. - Distribuição dos responsáveis por domicílios, com 25 anos e mais, segundo faixas etárias e três níveis de instrução – Hortolândia – 2000 .....	84
TABELA 4.4. - Distribuição dos responsáveis por domicílios, com 25 anos e mais, segundo faixas etárias e três níveis de instrução – Indaiatuba – 2000 .....	85
TABELA 4.5. - Distribuição dos responsáveis por domicílios (25 anos e mais) segundo sua inserção econômica – 2000 .....	87
TABELA 4.6. - Distribuição dos responsáveis por domicílio por nível de instrução e da PIA/25e+ segundo sua inserção econômica – 2000 .....	89
TABELA 4.7. – Distribuição de ocupação por faixas etárias de responsáveis por dom. e população de 25 anos e mais – 2000 .....	91
TABELA 4.8. – Distribuição de homens responsáveis por dom. por atividade, segundo instrução – Campinas – 2000 .....	93
TABELA 4.9. – Distribuição de homens responsáveis por dom. por atividade, segundo instrução – Hortolândia – 2000 .....	94
TABELA 4.10. – Distribuição de homens responsáveis por dom. por atividade, segundo instrução – Indaiatuba – 2000 .....	95
TABELA 4.11. – Distribuição de mulheres responsáveis por dom. por atividade, segundo instrução – Campinas – 2000 .....	98

TABELA 4.12. – Distribuição de mulheres responsáveis por dom. por atividade, segundo instrução – Hortolândia – 2000 .....	99
TABELA 4.13. – Distribuição de mulheres responsáveis por dom. por atividade, segundo instrução – Indaiatuba – 2000 .....	100
TABELA 4.14. - Distribuição da posição na ocupação de homens resp. p/ dom. segundo nível de instrução e pop ocup. 25 e + / Campinas – 2000 .....	103
TABELA 4.15. - Distribuição da posição na ocupação de homens resp. p/ dom. segundo nível de instrução e pop ocup. 25 e + / Hortolândia – 2000 .....	104
TABELA 4.16. - Distribuição da posição na ocupação de homens resp. p/ dom. segundo nível de instrução e pop ocup. 25 e + / Indaiatuba – 2000 .....	104
TABELA 4.17. - Distribuição da posição na ocupação de mulheres resp. p/ dom. segundo nível de instr. e pop ocup. 25 e + / Campinas – 2000 .....	105
TABELA 4.18. - Distribuição da posição na ocupação de mulheres resp. p/ dom. segundo nível de instr. e pop ocup. 25 e + / Hortolândia – 2000 .....	106
TABELA 4.19. - Distribuição da posição na ocupação de mulheres resp. p/ dom. segundo nível de instr. e pop ocup. 25 e + / Indaiatuba – 2000 .....	107
TABELA 4.20. – Responsáveis por domicílios, segundo instrução e total de rendimentos do trabalho principal em salários mínimos – 2000 .....	110
GRÁFICO 4.10. - CPQ, Pirâmide etária de filhos de resp. por dom. >= 25 anos – 2000 .....	113
GRÁFICO 4.11. - HOR, Pirâmide etária de filhos de resp. por dom. >= 25 anos – 2000 .....	114
GRÁFICO 4.12. - IND, Pirâmide etária de filhos de resp. por dom. >= 25 anos – 2000 .....	114
GRÁFICO 4.13. – Razão de sexo de filhos residentes .....	115
TABELA 4.21. - Proporção de filhos entre 11 e 15 anos com < 4 anos de estudo, segundo nível de instr. de responsáveis por domicílios – 2000 .....	116
TABELA 4.22. – Distribuição da inserção econômica de filhos entre 16 e 24 anos, segundo nível de instrução dos pais resp. por dom. >= 25 anos de idade – 2000 .....	117
TABELA 4.23. – Trabalho infantil entre filhos de 10 a 14 anos de idade – 2000 .....	119

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

8AE - Oito anos de estudo

AE - Anos de estudo

ANAB - Analfabetismo absoluto

ANAF - Analfabetismo funcional

CPQ - Campinas

Dom. - Domicílios

HOR - Hortolândia

H - Homens

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IND - Indaiatuba

Part. - Particulares

Perm. - Permanentes

M - Mulheres

RMC - Região Metropolitana de Campinas

SPSS - Statistical Package of Social Science

## **RESUMO**

Este estudo investiga a relação existente entre nível de instrução e inserção no mercado de trabalho de responsáveis por domicílios, segundo sexo. Com base nos dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000, comparou-se a inserção ocupacional de responsáveis analfabetos absolutos e analfabetos funcionais com a de responsáveis com oito anos completos de estudo, assim como as implicações na escolaridade e ocupação de filhos residentes. A análise compara ainda as condições de vida destes grupos em três contextos urbanos diferentes: Campinas, Hortolândia e Indaiatuba a fim de verificar possíveis diferenças entre elas.

## **ABSTRACT**

The present study investigates the relation between instruction level and labor market insertion of households heads by sex. Based on the Demographic Brazilian Census 2000, the occupation of illiterate and functional illiterate households heads is compared with the occupation of households heads with eight years of study, as well as the implications of scholarship and occupation of resident sons and daughters. This analysis also compares the life conditions of these groups in three different urban contexts – Campinas, Hortolândia and Indaiatuba – in order to verify possible differences between them.

## INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva que vem marcando a economia brasileira desde os anos 90, de modo particular, a economia das regiões mais desenvolvidas, tem levado à precarização das formas de trabalho, resultando no aumento gradativo do desemprego e da informalidade.

Na década de 1990, mudanças importantes na estrutura da economia brasileira, com pouco investimento e lento aumento da produção, repercutiram negativamente no mercado de trabalho assalariado, provocando eliminação de postos de trabalho em números análogos aos da criação de novas oportunidades de emprego, sem permitir ampliar o nível global de emprego, num país em que a população ativa ainda apresenta expressivo ritmo de crescimento. (...) Diante de um aumento da população ativa no ritmo de 2% a.a., pode-se dizer que as mudanças na estrutura da economia brasileira, estimuladas pela abertura comercial e financeira e pela redução do papel do Estado na dinâmica dessa economia acarretaram um estreitamento do mercado de trabalho assalariado (BALTAR, 2003, p. 146).

Neste contexto, ressurgem as teorias do capital humano, para explicar o baixo nível de emprego em subgrupos populacionais específicos. A baixa instrução ou a falta dela é, neste ambiente hostil, um dos primeiros critérios, evocados como responsáveis pela redução das possibilidades de um acesso digno de indivíduos ao mercado de trabalho. A educação formal, conforme teorias do capital humano, teria um peso fundamental para uma melhor inserção de indivíduos em atividades econômicas.

Obviamente, a educação sempre foi considerada um bem em si, pelas oportunidades que oferece de enriquecimento cultural. Mas isso, por si só, não cria as condições para que a universalização do acesso à escola se transforme em prioridade das políticas governamentais. Há duas outras razões básicas que incentivam políticas públicas no sentido de promover a educação em geral e, especialmente, a escolarização básica. A primeira delas reside na necessidade de preparação para cidadania, incorporando à vida nacional grandes massas da população, dando a elas a instrução que lhes permita participar, tanto como eleitores, quanto como usuários dos serviços oferecidos pela sociedade moderna (...). A segunda (...) reside na alteração do processo produtivo associada ao desenvolvimento tecnológico, o qual exige mão-de-obra cada vez mais qualificada (GOLDEMBERG, 1993, p.65).

A teoria do capital humano enfatiza a segunda justificativa citada acima: a formação de mão-de-obra especializada que corresponda às demandas do mercado. Menos importância é dada ao desenvolvimento crítico de indivíduos, que repercute positivamente em seu ambiente social, o que possibilitaria a obtenção de um acesso mais efetivo a direitos sociais, através da construção de uma consciência, capaz de identificar seu real papel no contexto da desigualdade.

Este processo de conscientização provocaria uma reação através do crescente poder de vocalização levando à mobilização por uma melhor qualidade de vida, que permitiria uma busca esclarecida pela integração plena na sociedade. Integração esta, baseada no reconhecimento de que o ambiente, que os cerca, é repleto de imperfeições e de mecanismos de manipulação a favor de interesses dos mais fortes no interior de relações de gênero, familiares, de trabalho e entre Estado e cidadãos, impedindo-os de progredirem livremente, através do desenvolvimento de suas reais capacidades.

Mas o que se observa é a crescente instrumentalização da educação, cada vez mais especializada, levando a uma diminuição da compreensão do todo, basicamente voltada à lógica do mercado. Um exemplo disso são os diversos cursos voltados à capacitação profissional. São positivas as implicações para qualquer profissão do aprendizado contínuo como meio de atualização, aperfeiçoamento, envolvimento e motivação, desde que seu objetivo vá além da lógica do mercado, que o transforma em um simples acréscimo ao valor de troca, implicando em uma maior produtividade e exploração da força de trabalho.

A educação básica é o pré-requisito para qualquer processo de inserção efetiva no mercado de trabalho. Quando inexistente, ou interrompida, resulta na discriminação, seja através do oferecimento de baixos salários, precárias condições de trabalho, ou mesmo exclusão.

Apesar da educação formal ter atingido uma cobertura inédita na história da educação brasileira, ainda resta uma quantidade significativa de indivíduos, excluídos total, ou parcialmente da instrução formal, base mínima para o início de um processo de pleno desenvolvimento crítico.

A questão geral que se coloca, portanto, é a de saber em que medida a educação formal realmente forneceria ferramentas para que um melhor enfrentamento de riscos



sociais seja alcançado tanto no interior do domicílio, quanto na relação de seus membros com a sociedade.

É esta questão geral que orienta, em última análise, a dissertação de mestrado e que objetiva discutir, com apoio nos dados empíricos, a relação entre ausência, ou baixa instrução formal de responsáveis por domicílios e sua inserção no mercado de trabalho, assim como investigar as implicações desta ausência nas condições de vida de seus filhos.

O problema é abordado através de uma análise comparativa de dados referentes aos municípios de Campinas, Indaiatuba e Hortolândia, pertencentes à Região Metropolitana de Campinas, estabelecendo-se como grupo de controle pessoas com oito anos de estudo. Seu recorte urbano acompanha o objeto de pesquisa do projeto “Vulnerabilidade sociodemográfica e famílias em regiões metropolitanas paulistas” ao qual este trabalho está vinculado e que por sua vez integra o projeto temático: “Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sócio-Demográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos”.

A análise é realizada ao longo de quatro capítulos.

No primeiro capítulo, busca-se construir teoricamente o objeto de investigação através da discussão das inter-relações entre nível de instrução, inserção no mercado de trabalho e vulnerabilidade sociodemográfica.

A metodologia é discutida no segundo capítulo através da apresentação de questões operacionais para o desenvolvimento da problemática deste trabalho.

No terceiro capítulo, são tecidas algumas considerações sobre certas características das três cidades, como infra-estrutura e dinamismo econômico e de suas respectivas populações, como distribuição etária, instrução e inserção no mercado de trabalho.

No Capítulo 4, compara-se a inserção ocupacional de responsáveis por domicílios com diferentes níveis de instrução – analfabetos absolutos, funcionais e com oito anos de estudo – para se investigar a relação existente entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Examinou-se, deste modo, tanto a atividade e a posição na ocupação, quanto a renda provinda do trabalho principal nos três espaços urbanos propostos. Finalmente,

as implicações dos três diferentes níveis de instrução considerados de responsáveis por domicílios são investigadas em relação à escolaridade e inserção no mercado de trabalho de seus filhos residentes e comparadas.

Conclusões e apontamentos de questões não resolvidas por este trabalho estão resumidos nas considerações finais, de modo a evidenciar a complexidade da questão investigada.

# **1 – Vulnerabilidade, instrução formal e mercado de trabalho: uma análise sobre sua inter-relação;**

## **1.1. Introdução**

Os eventos analisados por este estudo ocorrem em um contexto fortemente influenciado pelas características do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, onde insuficientes investimentos em pesquisas e produção, combinados com um elevado peso do setor financeiro, levaram a deficiências como a falta de indústrias de bens de produção, essenciais para seu pleno funcionamento. Houve, sem dúvida, a criação de um parque industrial variado e moderno, mas com a ausência de um desenvolvimento interno efetivo:

O conjunto desse processo consistiu na internalização, pelo Brasil, da 2ª Revolução Industrial. Queimando etapas, não tendo sido efetivada no país a pesquisa científica básica que daria lugar à geração da tecnologia necessária à revolução dos processos produtivos, a economia absorveu diretamente essa tecnologia, via atração de capitais externos e, em menor medida, através da importação de máquinas e equipamentos (POCHMANN, 2003, p. 30).

Essa falta de autonomia foi prejudicial à criação e manutenção de empregos principalmente formais, situação agravada pela reestruturação produtiva, fenômeno observado mundialmente. O resultado desses fatores, além da relativa ausência do Estado, como agente ativo para a melhoria efetiva da qualidade de vida de toda a população, foi e continua sendo a marcante desigualdade social.

O capitalismo brasileiro mantém, como traço histórico geral, a forte concentração da renda e da riqueza para um reduzido grupo social, independentemente do ciclo de transformações registrado ao longo da segunda metade do século XX. Assim, a passagem de uma fase agro-exportadora para o ambiente urbano-industrial significou a alteração apenas qualitativa de um padrão de repartição que se mantém extremamente desigual (POCHMANN, 2003, p. 53).

Uma das formas de intensificação da desigualdade é a maior dificuldade de acesso ao trabalho, a principal via de sustento de camadas sociais menos favorecidas e médias. Para se compreender a crescente fragilidade da inserção destas camadas no

mercado de trabalho, agravada nos anos 90, uma análise sobre o papel do trabalho no mundo contemporâneo faz-se necessária.

Antunes (2000) critica as teses que apontam o fim da centralidade do trabalho, defendida por alguns autores, enfatizando a importância de uma análise mais ampliada, que incorpore dimensões do processo de transformação do trabalho na era da empresa flexível como:

- a redução do proletariado estável;
- a ampliação das formas precárias de trabalho;
- o *part-time*;
- a terceirização.

Na transformação do trabalho e da classe trabalhadora, que passaram pelo fordismo e pelo toyotismo, houve uma perda significativa de espaço para o trabalho vivo, conforme apontado pelo mesmo autor, que afirma não existir a possibilidade de reprodução do capital sem uma “parcela imprescindível” deste tipo de trabalho.

Portanto, ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. O que remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender sua *forma de ser do trabalho* no capitalismo contemporâneo, e não à sua negação (ANTUNES, 2000, 163).

Para Antunes, as mudanças descritas acima não significam, de fato, o fim do trabalho, mas uma sensível redução de postos, além de uma diminuição crescente de avanços conquistados pela classe trabalhadora no que diz respeito a garantias de emprego, carteira assinada, descanso remunerado, entre outros.

Outros elementos, que ilustram essa crescente insegurança enfrentada pela classe trabalhadora, quanto à difícil manutenção de postos de trabalho, são apontados por Baltar (2003):

Uma desintegração das cadeias de produção e uma racionalização acentuada das empresas com baixa taxa de investimento e lento crescimento do produto têm um efeito devastador sobre o mercado de trabalho assalariado, porque a forte eliminação de empregos preexistentes não é compensada pela criação de novos empregos. Esses efeitos devastadores sobre o mercado de trabalho de uma modernização com muita importação, pouco investimento e lento crescimento do produto foram acentuados pelas novas tendências de organização do trabalho nas empresas grandes que envolveram um forte movimento de terceirização de atividades antes realizadas por empregados dentro das grandes empresas. (BALTAR, 2003, p.112)

É neste amplo contexto, em que o presente estudo irá se desenvolver.

## **1.2. Vulnerabilidade sociodemográfica**

A análise do objeto deste trabalho será baseada no conceito recente de vulnerabilidade sociodemográfica. Esta abordagem, ainda em construção, possui um caráter mais dinâmico, se comparado ao de estudos com o enfoque na pobreza entendida de modo estrito, como carência de renda.

Sua explicação será iniciada pela descrição de seu caráter complexo.

La vulnerabilidad es compleja, multicausal y está compuesta por varias dimensiones analíticas, pues confluyen aspectos de los individuos u hogares y características económicas, políticas, culturales y ambientales de la sociedad (BUSSO, 2002, p. 8).

Essa complexidade de elementos revela um dinamismo voltado a mudanças graduais, onde deixam de existir certas dicotomias rígidas como: pobre x não pobre, ou empregado x desempregado. Estas dão lugar a um enfoque, onde antigas fronteiras são cada vez menos definidas. O “*ser* incluído” passa a “*estar* incluído”, pois as garantias para a conservação de um estado estão cada vez mais fragilizadas. “(...) se entiende que la vulnerabilidad se expresa en gradientes y no de forma dicotómica” (BUSSO, 2002, p. 21).

La vulnerabilidad es entendida como una situación a la que confluyen la exposición a riesgos de distinta naturaleza y la incapacidad de respuesta y la inhabilidad para adaptarse a su materialización (BUSSO, 2002, p. 10).

Antigas certezas tornaram-se apenas pré-requisitos mínimos: se alguém estudar, *talvez* encontre trabalho e se trabalhar bem, é *possível* que consiga permanecer empregado. Os esforços são necessários, mas não há garantia de sucesso. Qual seria, então, o foco da vulnerabilidade?

O uso da categoria risco, junto com a de perigo, tem sido uma importante perspectiva de estudo em ciências como a Geografia, a Economia, a Psicologia, as Ciências da Terra, as Ciências da Saúde, as Engenharias e, mais recentemente (mas não com menos intensidade), pela Sociologia, pelas Ciências Jurídicas e pela Bioética. Estes estudos têm contribuído de diferentes maneiras com uma postura prognóstica das conseqüências e impactos das mudanças sociais e ambientais. Enquanto categoria de análise, estas ciências utilizam o risco em diferentes quadros teórico-metodológicos e em diferentes problemáticas. A vulnerabilidade, enquanto noção, está praticamente sempre presente. No entanto, sua incorporação enquanto conceito é mais recente, ganhando importância gradativa ao longo do tempo (MARANDOLA JR e HOGAN, 2004, p. 2).

Um grupo, um domicílio, ou uma família é vulnerável “a quê” (RODRIGUEZ, 2001 *apud* BUSSO, 2002)? Este é o primeiro passo a ser dado por estudos baseados na vulnerabilidade, enquanto conceito. Alguns dos riscos específicos citados por Busso estão relacionados a: “nutrición elemental, un hábitat y un empleo digno, así como una salud oportuna y de calidad” (SETEC, 2001 *apud* BUSSO, 2002).

O próximo passo deve ser a reflexão sobre as possibilidades de enfrentamento e redução da vulnerabilidade por indivíduos, famílias, domicílios, ou grupos. Para tanto, Moser (1996,1998) desenvolveu a abordagem que denominou de *asset vulnerability framework*. Através do estudo de quatro populações<sup>1</sup> na busca por uma resposta para a questão sobre *como* os domicílios pobres respondem a mudanças na esfera econômica e de mercado de trabalho, Moser (1996) analisa as estratégias novas ou já conhecidas empregadas por estes domicílios e termina por concluir que a compreensão de tais estratégias passa pela identificação dos ativos disponíveis e que poderiam ser mobilizados (1998). Os principais ativos seriam:

---

<sup>1</sup> Chawama, comunidade próxima a Lusaka, na Zâmbia; Cisne Dos, periferia de Guayaquil, no Equador; Commonwealth, em Metro Manila, nas Filipinas; Angyalföld em Budapeste, na Hungria.

- Labor – commonly identified as the most important asset of poor people.
- Human capital – health status, which determines people's capacity to work, and skills and education, which determine the return to their labor.
- Productive assets – for poor urban households the most important is often housing.
- Household relations – a mechanism for pooling income and sharing consumption.
- Social capital – reciprocity within communities and between households based on trust deriving from social ties (MOSER, 1998, p.4).

Por outro lado, estes ativos estão entrelaçados:

O trabalho de outros membros da família é considerado como um recurso ativado no domicílio como resposta a crises. Isto se dá com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e em seguida, quando necessário - e aprovado pelo grupo familiar -, vem o trabalho infantil como outro ativo.

Por sua vez, o capital humano está diretamente associado com a infra-estrutura econômica e social. A educação fornece conhecimento e habilidades aos indivíduos e a infra-estrutura, como provisão de água, luz e atendimento médico, forma o contexto para que seu desenvolvimento seja possível.

A propriedade é apontada como um importante recurso, que pode resultar no aluguel, na utilização de seu espaço como local de provisão de renda (manicures, costureiras, etc.), ou no chamado *nesting*: resultante da construção de casas pelos filhos no mesmo terreno do domicílio dos pais, possibilitando, desta forma, uma redução de gastos.

A contribuição das relações domiciliares diz respeito à rede de apoio familiar e à migração, principalmente masculina, com posterior remessa de dinheiro à origem. Aponta a constante reestruturação de arranjos domiciliares e uma divisão de trabalho intergeracional, sendo muito maior a participação de mulheres nas tarefas domésticas, que a de homens, mesmo que ambos gastem tempo equivalente no trabalho produtivo.

Finalmente, o capital social é ativado no caso de necessidade de créditos, ou pelo apoio entre os domicílios, como no cuidado de crianças e pelo aumento da atividade comunitária, para a resolução de questões comuns. Cita a importância de organizações não governamentais nesse contexto. Mas dependendo do nível de

vulnerabilidade em que se encontra o domicílio, é preciso que esforços sejam concentrados para que, primeiro, seus mais graves problemas sejam resolvidos, afetando, desta forma, a reciprocidade exigida para a sustentação da rede.

A identificação da presença / ausência destes ativos diversos, de natureza diferente, permite que se reconheça a natureza multifacetada com que a pobreza se apresenta.

(...) the insecurity of the well-being of individuals, households, or communities in the face of a changing environment. Environmental changes threatening welfare can be ecological, economic, social, or political, and they can take the form of sudden shocks, long-term trends, or seasonal cycles. With these changes often come increasing risk and uncertainty and declining self-respect. Because people move into and out of poverty, vulnerability better captures processes of change than more static measures of poverty (MOSER, 1996, p.2).

Porém, não há consenso na literatura especializada sobre se os diferentes fatores mencionados podem ser realmente considerados “capitais”.

No que diz respeito ao capital humano, por exemplo, as abordagens são bastante contraditórias. De um lado, a defesa da teoria do capital humano desenvolveu-se na economia, principalmente nos estudos americanos vinculados ao “household economics”:

Schooling, a computer training course, expenditures of medical care, and lectures on the virtues of punctuality and honesty also are capital. That is because they raise earnings, improve health, or add to a person's good habits over much of his lifetime. Therefore, economists regard expenditures on education, training, medical care, and so on as investments in *human* capital. They are called human capital because people cannot be separated from their knowledge, skills, health, or values in the way they can be separated from their financial and physical assets (BECKER, 2002).

Tais estudos encontraram seguidores no Brasil. Para Mendonça (2005), por exemplo, a educação é vista como um “bem de investimento”.

A noção de capital humano que decorre desse reconhecimento da educação enquanto bem de investimento implica que os impactos do aumento da educação sobre o bem-estar individual são necessariamente indiretos. Entendendo-a como bem de investimento vê-se que o consumo desse bem específico – a educação – deixa de ter



uma finalidade em si, qual seja, a utilidade de produzir diretamente aumento do bem-estar individual. Ao contrário, a educação passa a ser identificada com um meio através do qual amplia-se a possibilidade de satisfação dos desejos racionais dos indivíduos. Com base nessa perspectiva, a expansão educacional resultaria de três fatores: (a) os ganhos de produtividade oferecidos, (b) o desenvolvimento, aprimoramento e aplicação de novas tecnologias, e (c) o aumento da esperança de vida dos indivíduos (MENDONÇA, 2005, p. 1).

Ainda, segundo a mesma autora, o investimento na educação, que elevou o nível de instrução da população brasileira, promoveu resultados positivos:

A educação reduz a probabilidade de um casamento precoce, reduz a taxa de fecundidade, aumenta o espaçamento entre filhos, reduz a taxa de mortalidade infantil, eleva a escolaridade dos filhos, reduz o trabalho precoce, aumenta a taxa de participação feminina no mercado de trabalho, facilita o acesso a melhores postos de trabalho e eleva os salários, e melhora as condições de saúde (MENDONÇA, 2005, p. 2).

Por outro lado, outros autores questionam a teoria da educação como capital humano, a partir de seus poucos efeitos na redução da desigualdade.

No entanto, com relação a esse último argumento (teoria do capital humano), verifica-se que, a despeito da elevação na escolaridade média da população brasileira, acompanhada de maior profissionalização dos trabalhadores, manteve-se com a mesma intensidade o sentido concentrador da distribuição funcional da renda (POCHMANN, 2003, p. 57).

O mesmo autor sinaliza a necessidade de se pensar na combinação de outros fatores para que a escolaridade seja mesmo efetiva como meio de melhoria da qualidade de vida da população.

Todos os esforços de elevação da escolaridade e de qualificação profissional parecem ter sido, até o momento, insuficientes para dar conta do agravamento do quadro social. Mesmo as ações dos poderes públicos federal e estadual, além da baixa densidade, parecem ser pouco eficazes (POCHMANN, 2002, p. 149).

Quanto ao capital social, conforme resume Schuller (2001), vários autores<sup>2</sup> consideram as redes sociais, normas e confiança como a própria essência do capital social, uma vez que a presença de tais elementos aparentemente garante que agentes e instituições sejam mais efetivos na busca por objetivos comuns (p. 4). O autor resume o termo do seguinte modo: “(social capital) focuses on networks: the relationships within and between them, and the norms which govern these relationships” (p. 5).

Uma rede social pode trazer tanto benefícios a uma comunidade, como no caso de uma reivindicação conjunta por melhores condições de infra-estrutura do bairro, ou aspectos negativos, como a estruturação da criminalidade. A maioria dos estudos enfatiza os aspectos positivos desta dinâmica social, conforme apontado por Putnam (2000) e citado por Schuller (2001): “the level of community, enterprise or nation, the quality of life – even the better off – will be higher if membership of the community brings with it active participation” (p. 6).

Glaeser (2001) adverte que a forte importância do *grupo* na compreensão do capital social é, no entanto, somente válida através de uma análise que leve à esfera individual, já que a decisão de participação em uma rede parte dela. Neste sentido, aponta a importante relação entre instrução e capital social, baseado em estudos de caso<sup>3</sup>:

Unquestionably, the most robust correlate of social capital variables across individuals is years of schooling. (...) The education-social connection relationship should probably be seen as the most robust and most important fact about the formation of social capital (GLAESER, 2001, p. 16).

Já, Busso (2002) retoma algumas de suas manifestações:

Las remesas, que se originan en las redes de solidaridad que tienen los hogares a través de los emigrantes constituyen una importante fuente de ingresos que, junto con las fuentes informales de financiamiento, el trabajo familiar (cuidado de enfermos,

---

<sup>2</sup> Entre eles: Robert Putnam (1993, 1996), James Coleman (1988), Francis Fukuyama (1996), Narayan e Pritchett (1997).

<sup>3</sup> General Social Survey; Glaser, Laibson e Sacerdote (2000). “Working to solve local problems is almost 30 percent higher for people with college degrees relative to high school dropouts” (GLAESER, 2001, p.16).

atención de ancianos, etc.) y el trabajo comunitario solidario, permiten dar mayor capacidad de respuesta a los individuos (BUSSO, 2002, p. 29).

Citando Hirschman, Rattner (2003) aponta sua importância como ativo:

Segundo A. Hirschman (1986), o capital social não se desgasta com o uso e não se esgota, mas pode ser destruído ou reduzido, aumentando a vulnerabilidade dos mais pobres e mais fracos, dos desempregados e desabrigados sujeitos às manifestações das diferentes formas de violência, agressões e delinquência, transformando o ambiente numa situação em que o homem se torna o lobo dos outros (“homo homini lupus”) (RATTNER, 2003).

Woolcock responde, em contrapartida, a algumas críticas frequentes sobre capital social:

*Just repackages old ideas; is more style (good “marketing”) than substance; (...)*  
The idea of social capital is at heart a pretty simple and intuitive one, and it consequently speaks to a lot of different people. Without unduly compromising itself, the idea of social capital gives classical (and contemporary) sociological themes a voice they would not otherwise have (p.13).

*Is merely the latest social scientific fad/buzz word (p. 13) (...)* As long as that voice exists, and as long as the idea of social capital can convincingly fill it, the buzz should be welcomed, not scorned (p. 14).

*Encourages and rewards “economic imperialism” (social relations as “capital”?)*  
(p. 14); (...) Perhaps social capital’s greatest quality, however, is that it helps transcend the imperialism wars altogether, providing a common discourse across disciplinary, sectoral, and methodological divides (p. 15).

*Reinforces or legitimizes orthodox (“Washington consensus”) development policies; (...)* Importantly, social capital is facilitating sociology’s entry into high-level policy discussions (...) (p. 15).

*Neglects considerations of power, especially for those who are relatively powerless; (...)* social capital perspective can be used not only to help explain the emergence and persistence of power relations, but – perhaps more important – to provide a constructive basis for doing something about it (p. 16).

*Is a Western (especially US) concept supported by Western research, with little relevance elsewhere; (...)* high quality social capital research has been carried out in

countries as different as India, Togo, Haiti, Italy, and Canada. All social scientific words suffer translational problems – the idea of a “household” or “neighborhood” does not even exist in some languages – but that is no reason not to search for creative and culturally appropriate solutions (p. 17).

As ambigüidades implícitas na consideração dos atributos individuais e das relações sociais como “capitais” indubitavelmente geram o risco, já apontado por Kowarick (2003), de se cair em debates em torno da “identificação do culpado” por determinada situação de incapacidade:

Vale apontar que o debate norte-americano é abertamente político-ideológico. (...) De um lado, *blaming the victim*, aberta e feroz culpabilização das pessoas que se encontram em precárias condições sociais e econômicas, pois, nessa vertente interpretativa, esta situação é vista como fruto de sua própria e única (ir)responsabilidade. (...) De outro lado, os liberais enfatizam que não é no comportamento ou nos valores do indivíduo que se deve buscar as causas do problema, mas nos processos estruturais amplos, na desindustrialização de determinadas regiões, nas transformações tecnológicas e gerenciais, nas mudanças no perfil da mão-de-obra, nas transformações sociais e urbanas das grandes cidades ou no secular preconceito racial que desaba, particularmente, sobre a população afro-americana (KOWARICK, 2003, p. 62).

Os limites e implicações das teorias do capital humano e do capital social mantêm em aberto a discussão sobre vulnerabilidade sociodemográfica e seu enfrentamento. Neste sentido, importante contribuição foi feita por Kaztman e Filgueira (1999), que reside no acréscimo das “estruturas de oportunidades” ao enfoque sobre ativos-vulnerabilidade de Moser (p. 23).

Las estructuras de oportunidades se definen como probabilidades de acceso a bienes, a servicios o al desempeño de actividades. Estas oportunidades inciden sobre el bienestar de los hogares, ya sea porque permiten o facilitan a los miembros del hogar el uso de sus propios recursos o porque les proveen recursos nuevos (KAZTMAN y FILGUEIRA, 1999, p. 9).

Na criação das estruturas de oportunidades, os autores apontam a crescente centralidade do mercado. O papel do Estado também é reconhecido como de fundamental importância, como facilitador do uso de ativos já existentes no domicílio, de promovedor de novos, de regulador e articulador das esferas do mercado e da

sociedade e como canal de mobilidade ocupacional, aumentando as oportunidades de emprego público associado à expansão urbana, ou em sua intervenção na substituição de importações conforme aconteceu na América Latina no pós-guerra. Por outro lado, apontam também a queda do papel da família e da comunidade como estruturas de oportunidades.

Neste sentido, reformas sociais que transferem ao mercado e à sociedade parcela significativa de responsabilidades, sem uma análise da real capacidade destes agentes de cumprimento de novos encargos seriam mal sucedidas na promoção de melhorias no bem-estar. Dois exemplos disso: a incapacidade do mercado de sustentar a segurança do emprego e a queda da sinergia do capital social em função da segregação residencial isolando camadas sociais diferenciadas, que antes eram vizinhas.

Como consequência, Kaztman y Filgueira (1999) chamam atenção para o aumento da insegurança:

Con la creciente centralidad del mercado en la estructura institucional que fundamenta el orden social, el actual escenario social registra, paralelamente, una creciente incertidumbre con respecto al trabajo como vía principal de construcción del futuro de las personas y sus familias. A esta incertidumbre contribuyen el aumento del desempleo y del empleo precario, la flexibilización laboral, el debilitamiento de las instituciones sindicales y el retroceso del Estado como empleador y como garante de la protección social (KAZTMAN y FILGUEIRA, 1999, p.10).

Os papéis do mercado e do Estado como promovedores de “estruturas de oportunidades”, assim como as formas de apreensão das manifestações de suas ações são descritos a seguir:

Desde nuestro marco conceptual, dos aspectos centrales de la estructura de oportunidades de un país, en su expresión básica y promedial, surgen de considerar, por un lado, la riqueza producida por el mercado y, por otro, los recursos con que cuenta el Estado para proveer bienes y servicios que potencialmente pueden constituirse en activos familiares. Como primera y muy simple aproximación a esta idea, en este punto se presentan para los países de la región, el PBI per cápita, y el alcance y maduración del sistema educativo. Adicionalmente se considera la etapa demográfica en que se encuentra cada país. A estos efectos, se incluyen la tasa global de fecundidad, los niveles de urbanización y la tasa de dependencia infantil definida a partir del porcentaje

que representa este segmento de edad sobre la población económicamente activa. Tales indicadores permiten tipificar a los países de la región e identificar grupos que presentan diversas configuraciones de riesgo y oportunidades para sus niños (KAZTMAN e FILGUEIRA, 2001, p. 44).

Mas esta dinâmica é afetada pela já mencionada presença marcante da desigualdade em países como o Brasil, impossibilitando que tanto a riqueza produzida pelo mercado, quanto os recursos do Estado sejam distribuídos de forma justa.

### **1.3. A instrução formal enquanto capital humano**

Conforme observado na seção anterior, a educação via escolarização formal é considerada a principal dimensão do capital humano. Mas a escolarização é também importante ferramenta de auxílio no processo de criação de uma consciência política atenta a mudanças.

A escola é vista como tendo uma função social (porque compartilha com as famílias a educação das crianças e jovens), uma função política (pois contribui para a formação de cidadãos) e uma função pedagógica (na medida em que é o local privilegiado para a transmissão e construção de um conjunto de conhecimentos relevantes e de formas de operar intelectualmente segundo padrões deste contexto social e cultural) (REGO, 2005, p. 58).

A experiência de vida é a base da instrução *informal*, mas esta não é legitimada pela sociedade no momento de disputas de poder, de busca por empregos, e muitas vezes insuficiente como base para o aprendizado contínuo, cada vez mais necessário para a ocupação de postos de trabalho, ou mesmo no desenvolvimento de empreendimentos próprios.

A escolarização desempenha, portanto, um papel fundamental na constituição do indivíduo que vive numa sociedade letrada e complexa como a nossa. Sendo assim, a exclusão, o fracasso e o abandono da escola por parte dos alunos são fatores de extrema gravidade. O fato de o indivíduo não ter acesso à escola significa um impedimento da apropriação do saber sistematizado, de instrumentos de atuação no meio social e de condições para a construção de novos conhecimentos (REGO, 2005, p. 58).

A educação formal está relacionada à organização sistemática do aprendizado, que obedece aos níveis variantes de cognição dos indivíduos, provocando estímulos adequados a seu nível de desenvolvimento. Além disso, sua mensuração é mais facilmente atingida e identificada.

A forma principal e dominante de educação passa a ser a educação escolarizada. Diante dela a educação difusa e assistemática, embora não deixando de existir, perde relevância e passa a ser aferida pela determinação da forma escolarizada. A educação escolar representa, pois, em relação à educação extra-escolar, a forma mais desenvolvida, mais avançada (SAVIANNI, 1997, 3).

Mas nem sempre foi assim.

Nucci (2005) aponta o surgimento da alfabetização há 5000 anos antes de Cristo. Posteriormente, representou o poder de burocratas e religiosos em contraposição aos cidadãos, que não sabiam ler, ou escrever. Foi inegável sua contribuição para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, assim como para a formação da sociedade moderna, que, gradualmente incorporou-a mais intensamente em suas diversas esferas.

A mesma autora relata ainda que não houve necessariamente uma relação linear entre desenvolvimento econômico e alfabetização. Na Suécia, consolidou-se em ambiente familiar, com “práticas religiosas e atitudes de cidadania” (NUCCI, 2005, p.49).

O significado de necessidade, atribuído à escrita foi resultado das Revoluções Francesa e Industrial. De um “valor social e recreativo” passou a “ingressar na vida econômica das pessoas” (p. 49).

Foi através dessa crescente necessidade, que, a partir do século XIX, a alfabetização passou a ser sistematicamente ensinada na escola, o que não correspondia às práticas sociais: “a escola representou uma forma de controle social sobre a escrita por parte do Estado burguês, cuja função era disciplinar os trabalhadores para a industrialização” (p. 50).

Com o desenvolvimento da escolarização, cria-se uma terminologia distinguindo indivíduos que não possuem o “domínio do código escrito” dos que sabem ler e escrever, respectivamente os analfabetos e alfabetizados. Mais tarde, essa distinção

torna-se insuficiente, surgindo o termo analfabeto funcional, que complementaria esta explicação.

A definição sobre o que é analfabetismo vem, ao longo das últimas décadas, sofrendo revisões significativas, como reflexo das próprias mudanças sociais. Em 1958, a UNESCO definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler e escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a UNESCO sugeriu a adoção dos conceitos de analfabetismo e analfabetismo funcional. É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. Seguindo recomendações da UNESCO, na década de 90, o IBGE passou a divulgar também índices de analfabetismo funcional, tomando como base não a auto-avaliação dos respondentes, mas o número de séries escolares concluídas. Pelo critério adotado, são analfabetas funcionais as pessoas com menos de 4 anos de escolaridade (INAF, 2003, p. 4).

O analfabetismo absoluto no Brasil teve proporcionalmente uma sensível diminuição. Se for analisado através de números absolutos, de 1980 a 1991 e de 1991 a 2000 também apresentou uma importante queda, conforme apontado pelo Mapa do Analfabetismo no Brasil na tabela transcrita abaixo (INEP, 2003, p. 8):

TABELA 1.1. - Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total <sup>(1)</sup>	Analfabeta <sup>(1)</sup>	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Nota: (1) Em milhares

Ainda sobre o contexto brasileiro relativo ao analfabetismo:

Tendo-se mantido estável em torno de 65% nos dois primeiros decênios deste século, começou a declinar a partir de 1920 e, de forma acelerada, depois da Segunda Guerra Mundial, para atingir, em 1990, pouco menos de 18,5% da população, altamente



concentrados nas faixas etárias acima de 40 anos. O analfabetismo tende, portanto, a desaparecer. A maioria da população analfabeta de hoje, com mais de 40 anos, deveria ter ido à escola na década de 50. Mas, à época, apenas 38% das crianças de 7 a 14 anos estavam matriculadas nos estabelecimentos de ensino (...) (GOLDEMBERG, 1993, 92).

Embora a diminuição do analfabetismo no Brasil tenha ocorrido em grande escala, ainda está distante da taxa mínima de 5%<sup>4</sup> recomendada pela UNESCO.

Barros, Carvalho e Franco também contextualizam o Brasil em relação ao analfabetismo no cenário internacional: “(...) 55% dos países do mundo apresentam melhor desempenho que o nosso. Mesmo em relação aos 19 países latino americanos ocorre que 72% deles têm uma taxa de analfabetismo menor que a brasileira (p.1)”.

Já a importância do analfabetismo funcional no contexto Latino-americano é apontada por Ribeiro:

Na América Latina, onde ocorreu, nas décadas de 1970 e 1980, uma importante expansão dos sistemas de ensino elementar, o termo (analfabetismo funcional) pôde servir também de referência para caracterizar a situação de uma grande parte da população que, apesar de ter tido acesso à escola, não conseguiu completar a educação básica, seja pela precariedade do ensino oferecido, seja pela precariedade das condições socioeconômicas a que se encontrava submetida (RIBEIRO, 1997, 148).

A mesma autora relata a importância da dimensão do relativismo sociocultural para melhor compreensão do termo funcional: “Tal definição já não visa limitar a competência ao seu nível mais simples (ler e escrever enunciados simples referidos à vida diária), mas abrigar graus e tipos diversos de habilidade, de acordo com as necessidades impostas pelos contextos econômicos, políticos ou socioculturais” (RIBEIRO, 1997, p.147).

Nos anos 1990, desenvolve-se um outro conceito, o de letramento, significando “(...) o conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos” (KLEIMAN *apud* Leite, 2005, p. 30). Outra explicação para o conceito: “(...) resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e

---

<sup>4</sup> Unesco. Boletín Proyecto Principal de Educación. Número 32. Diciembre 1993 *apud* Indicadores Socioeconômicos.

a escrever, ou seja, o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, *apud* LEITE, 2005, p. 30). O conceito de letramento, portanto apresenta um significado similar ao da alfabetização:

Há duas dimensões no letramento: a individual e a social.

A dimensão individual relaciona-se com as habilidades individuais, presentes na leitura e na escrita, envolvendo desde o domínio do código até a construção do significado de um texto. A dimensão social, por sua vez, relaciona-se com as práticas sociais, isto é, o que as pessoas fazem com as habilidades e os conhecimentos relacionados com a leitura e escrita. (SOARES *apud* LEITE, 2005, p. 32).

O que outros estudos (FERRARO, 2002) chamaram de níveis de letramento, a divisão em grupos relativa à capacidade de utilização de leitura e escrita foi denominada pelo estudo feito a partir do INAF<sup>5</sup> 2001 como níveis de alfabetismo: nível 1 de alfabetismo: “capacidade de localizar informações explícitas em textos muito curtos”; nível 2 de alfabetismo: “corresponde àquelas pessoas que conseguem localizar informações em textos curtos” e nível 3 “pessoas classificadas nesse nível mostram-se capazes de relacionar partes do texto, comparar dois textos, realizar inferências e sínteses” (RIBEIRO, 2004, p. 16 e 18). Além dos três níveis de habilidades acima expostos, o analfabetismo foi abordado em seu sentido tradicional.

Britto (2004) correlaciona o nível 1 de alfabetismo ao que outros autores chamam de analfabetismo funcional. Aponta também que há uma relação entre nível de alfabetismo e oportunidade profissional, afirmando que “o letramento é fundamental para a empregabilidade” (p. 55).

A falta de participação na educação formal leva o grupo de analfabetos absolutos e funcionais a uma inserção social dificultada, pois com maiores chances de incerteza de trabalho regular, são mais suscetíveis à vulnerabilidade.

Mas, em que medida a instrução é apenas capital?

---

<sup>5</sup> Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional desenvolvido pelo Instituto Paulo Montenegro – Ação Social do IBOPE e ONG Ação Educativa.

Podemos observar que todos aqueles que vislumbram o processo educativo voltado para a formação do homem em múltiplas dimensões (Frigotto, 1989, 1995; Kuenzer, 1988) já demonstraram sua insatisfação com o reducionismo pedagógico instaurado pela lógica da Teoria do Capital Humano. O importante a ser frisado, mais uma vez, é que, ao deslocarmos a importância da educação para o atendimento de uma única dimensão da formação humana, mais especificamente para o trabalho assalariado, estamos limitando as potencialidades que podem ser desenvolvidas pelos educandos (OLIVEIRA, 2001, p. 12).

Mais do que um investimento com expectativa de retorno, principalmente financeiro, a instrução colabora com o desenvolvimento de um olhar crítico, que promove uma lenta e gradual passagem de um estado de exclusão a outro de inserção, apontando para a relação entre educação e poder. Na educação, é necessário que se busque a emancipação e cidadania dos indivíduos, o que não deve ser resumido à votação (OTERO, 1991, 195).

Schwartzman (2005) aponta esta última dimensão da educação, que igualmente deve ser levada em consideração, como um bem público.

Primeiro, a educação, e sobretudo a educação básica compulsória, é entendida como um bem público, que corresponde a um direito e dever da cidadania, e que deve ser por isto proporcionada pelo Estado para todos os cidadãos, independentemente do possível uso profissional ou prático que ela possa ter (p.7).

Novamente é enaltecida a dimensão relativa ao desenvolvimento político do cidadão, passando pelo desenvolvimento cultural e intelectual do indivíduo, promissor no que diz respeito ao poder de vocalização das pessoas.

Algumas dimensões da educação foram enfatizadas até aqui: como capital que potencialmente aumentaria as chances de uma mais efetiva inserção social, como um bem em si mesmo, promovendo o desenvolvimento individual e como uma ferramenta para o desenvolvimento crítico.

Contudo, o vértice mais fortemente relacionado à teoria do capital humano é a dimensão econômica da educação que possibilita o oferecimento de empregos e participação na dinâmica do mercado. Através da instrução formal, a preparação do indivíduo para o mercado dá-se de forma sistemática, oferecendo “credenciais” a um número cada vez mais elevado de pessoas, que disputam empregos mais escassos.

Mas nem por isto a educação deixa de ser também um bem privado, não só como bem de consumo, mas também como um recurso que tem valor de mercado. Este bem privado, em grande parte, de natureza relacional, ou seja, seu valor é dado pela sua posição relativa em comparação com os outros detentores de mais ou menos educação na sociedade. (...). Na disputa por credenciais educacionais, existe uma tendência generalizada para que as pessoas que tenham mais recursos intelectuais e financeiros – que em geral vêm juntos – ocupem as posições mais desejadas, criando assim uma forte correlação entre classe social e educação que tende a se perpetuar, mesmo nos sistemas educativos mais universalizados (SCHWARTZMAN, 2005 p.7).

Ao mesmo tempo, a educação em si mesma torna-se importante atividade econômica:

Uma última característica importante da educação é que, nas sociedades modernas, ela é, em si mesma, uma importante indústria, empregando centenas de milhares de pessoas e consumindo parte importante da renda pública e privada. (...) A indústria do conhecimento, como qualquer indústria, trabalha permanentemente para criar sua própria demanda, e justificar seu valor e sua existência. (SCHWARTZMAN, 2005, p. 8).

As funções da instrução formal, como promotora do conhecimento pelo conhecimento e do desenvolvimento de uma consciência política, por outro lado, são as características que mais a afastam de seu papel como capital: seja como resposta às demandas do mercado de trabalho, ou como um agente de criação de novas necessidades.

#### **1.4. Instrução formal, mercado de trabalho, mudanças e novos valores**

O impacto da escolaridade na remuneração e na inserção dos trabalhadores é um dos aspectos mais discutidos nas relações entre instrução formal e mercado de trabalho. Conforme Mendonça:

(...) a escolaridade influencia a remuneração e a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho via três mecanismos. Em primeiro lugar, a escolaridade aumenta a produtividade e, portanto, a remuneração. Em segundo lugar, uma maior escolaridade dá acesso a melhores postos de trabalho e, portanto, modifica a inserção do trabalhador

no mercado de trabalho e o seu nível de remuneração. Por fim, a escolaridade altera o valor relativo que o trabalhador dá ao seu tempo em atividades econômicas e não econômicas, levando a que ele fique mais propenso a participar do mercado de trabalho (MENDONÇA, 2005,p. 34).

No entanto, a instrução e as habilidades necessárias para a manutenção da inserção laboral envolvem uma maior complexidade de elementos, resumida por um estudo feito sobre a América Latina:

La combinación de nuevas tecnologías de automatización, basadas en la introducción de la informática y la microelectrónica, con formas radicalmente distintas de la organización del trabajo, generan un nuevo paradigma productivo; éste exige trabajadores que posean un tipo de competencias muy diferentes a las que demandaban los procesos anteriores. Esto implica una transformación sustantiva de las escuelas basadas en el modelo fordista. Se requieren competencias relacionadas con: una comprensión global del proceso tecnológico; formación polivalente para necesidades de rotación en los puestos de trabajo; capacidad de tomar decisiones; habilidades para el trabajo en grupos articulados entre sí; estado de recalificación permanente de los trabajadores (FILMUS<sup>6</sup> *apud* SEPÚLVEDA e GUTIÉRREZ, 2000, 2).

O ritmo tecnológico é tão acelerado, que seu acompanhamento precisa ser constantemente revisado, reformulado e o tempo e o preparo para a assimilação humana dessas mudanças dependem da *estrutura de oportunidades* (KAZTMAN Y FILGUEIRA, 1999), que cada indivíduo dispõe. Apesar da instrução formal ter atingido cobertura positivamente inédita, ainda restam pessoas em idade ativa, analfabetas absolutas e principalmente funcionais. Qual seria seu grau de inserção? Quais as possibilidades de correção de defasagens e posterior inserção?

Porém, pessoas analfabetas absolutas e funcionais são minorias. A educação no Brasil, no que diz respeito à universalização do ensino, apresentou significativo desenvolvimento também apontado por Rigotti (2001), que chama atenção para uma diminuição das disparidades regionais, embora ainda existam localidades com mais

---

<sup>6</sup> Filmus, Daniel. Hacia una nueva articulación en la relación educación – trabajo. N: Daniel Filmus (ed.), Las transformaciones educativas en Iberoamérica. Tres desafíos: democracia, desarrollo e integración. Madrid. OEI. 1998. pp. 193 a 219.

difícil acesso. Ressalta também a importância da permanência dos alunos na escola até a conclusão do ensino médio.

Mas estes avanços não são ainda suficientes:

A comparação entre o perfil dos chefes de família nos dois quartis de renda mais extremos confirma as dificuldades que o mercado de trabalho impõe para os segmentos populacionais que têm condições financeiras mais precárias. Com nível de instrução inferior, os chefes de família mais pobres têm maiores dificuldades para obter colocação nas vagas que o mercado de trabalho oferece resultando em altíssimo desemprego (DIEESE, 2001, 42).

Rocha (2000) também aponta a dificuldade de inserção dos menos escolarizados:

Devido ao fato de que o trabalho é a principal fonte de renda das pessoas e que os trabalhadores não qualificados estão sobre-representados dentre os pobres, a rapidez e a intensidade dessa evolução tendem a afetar adversamente a incidência de pobreza metropolitana. As situações locais são, no entanto, diferenciadas em função, por exemplo, de características produtivas locais e do grau de atratividade demográfica exercida em cada metrópole (ROCHA, 2000, p.2).

Não somente a abrangência da instrução tornou-se importante, mas a melhoria de sua qualidade, como peça fundamental para o acompanhamento da complexidade de elementos, envolvidos na contemporaneidade.

Já existia, nos anos 80, clareza a respeito da necessidade de elevados níveis de escolaridade (efetiva, eficiente) para possibilitar um enfrentamento adequado das novas características que o capitalismo estava adquirindo. À proporção que se avançava nos anos 90, trata-se menos de medir a contribuição da educação para o crescimento econômico, mas de pensar como tornar a aprendizagem adequada para responder a um mundo cada vez mais complexo (PAIVA, 2001, p. 187).

Além disso, segundo Beck (2000), o valor trabalho está intimamente ligado às origens da democracia tanto na América, quanto na Europa. Viver em democracia significava ter um trabalho remunerado. Somente pessoas com casa e trabalho iriam tornar-se cidadãos e participariam da construção da democracia. Sem segurança material não haveria liberdade política.

Sua importância também reside no fato de ser um dos pontos mais importantes relacionados à identidade do indivíduo, que acaba refletindo em outros planos de sua vida. Um indivíduo possui vários papéis: alguns relativos à família, outros à comunidade, ao mercado, ou ao Estado, mas é o papel relacionado a sua profissão, um dos mais exigidos e é através dele que uma pessoa é reconhecida. Numa situação de desemprego, os demais papéis acabam sendo atingidos de forma negativa até o encontro de um novo emprego, onde seu valor novamente é estabelecido, desde que os rendimentos e o status social sejam recuperados.

Le travail – et plus particulièrement l’emploi dans la sphère des activités monétarisées – constitue la pierre angulaire de toute notre organisation sociale, le déterminant principal du revenu (direct ou indirect) des Européens mais aussi ce qui, en leur conférant un statut professionnel, leur assure une reconnaissance sociale (RIFFAULT, 1995, 25).

Este reconhecimento social pelo trabalho é atualmente tão importante para o homem, quanto para a mulher. Mas a esfera domiciliar não acompanhou adequadamente a entrada feminina no mercado de trabalho, sobrecarregando-a com a maioria das tarefas.

(...) as mulheres são, seguramente, os membros da família mais afetados. Primeiramente, porque a vida familiar não está sendo afetada apenas por processos econômicos, mas também pelos demográficos e sociais: a redução da fecundidade e da mortalidade e as novas temporalidades familiares vêm alterando profundamente as trajetórias de vida de homens e mulheres. Não há mais uma trajetória padrão e o ciclo vital da família não corresponde mais ao ciclo vital das pessoas (BILAC, 2002, p. 3).

Essas alterações resultantes tanto de movimentos internos, quanto da inserção mais efetiva de todos os membros da família na esfera externa, possuem grande influência direta e indireta no aumento do nível educacional feminino, ocorrido a partir dos anos 60. Relações de gênero, novos valores e objetivos individuais e do grupo familiar foram modificando-se e uma importante estratégia para reduzir os impactos das mudanças na família foi a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Um estudo específico para a Região Metropolitana de São Paulo constatou que, na década de 80, o aumento da participação da mulher casada na atividade econômica elevou o número de famílias com mulher na força de trabalho, principalmente aquelas famílias constituídas pelo casal e pelo casal com filhos. Isto quer dizer que um número

maior de famílias passou a depender do trabalho da mulher para preservar a renda familiar, não se observando, entretanto, melhora significativa na renda relativa da mulher que trabalha, comparativamente a todas as outras fontes de renda da família. Esses resultados não refletem peculiaridades só da Região Metropolitana de São Paulo, verificando-se também em outras regiões metropolitanas do país (LEONE, 1996a, 1996b, *apud* LEONE 2000, p. 87).

Segundo a mesma autora (2000), nos anos 90, ao lado da recuperação econômica, foi observada uma gradativa diminuição de empregos formais principalmente na indústria e na construção civil, ocupados predominantemente por homens. Por outro lado, notou-se um aumento de atividades ligadas a serviços, trabalho por conta-própria, geralmente, com maior participação feminina, cuja inserção no mercado de trabalho manteve-se.

Montali (2000), em um estudo sobre a Região Metropolitana de São Paulo, também aponta em relação aos últimos vinte anos “a redução do emprego industrial, o crescimento das ocupações ligadas ao terciário – de caráter formal, ou informal – e o progressivo empobrecimento da população” como conseqüência de “transformações regionais associadas à instabilidade da economia” (p. 57).

Análises da década de 90 em particular referentes à RMSP, revelam, igualmente, transformações como a diminuição da participação de homens e mulheres no setor industrial e o aumento da importância do setor terciário como fonte de empregos. As taxas de desemprego sofrem elevação, cresce a participação feminina, havendo simultaneamente uma reorganização da inserção dos membros da família no mercado de trabalho. Neste período, foi crescente a importância da renda gerada pelo trabalho da mulher no interior da família, diminuindo a lacuna entre os rendimentos provindos do trabalho feminino e masculino (MONTALI e LOPES, 2002).

Essas alterações não se dão de forma mecânica, há um importante gasto emocional, resultante das reformulações de papéis no contexto familiar, cercado de tradições, crenças, preconceitos e valores, que nem sempre acompanham, no mesmo ritmo, uma mudança necessária para a sobrevivência familiar, ou manutenção de sua qualidade de vida, como a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Outra questão a ser evidenciada é que a crescente impossibilidade de efetivação do padrão da família mantida pelo “chefe provedor”, caro às famílias de baixa renda,



pode ser, em grande parte, responsável pelo crescimento das famílias chefiadas por mulheres. Estudos de caso mostram que a impossibilidade concreta de realização desse padrão de família considerado como ideal significa para a mulher-cônjuge a ruptura da reciprocidade da divisão sexual do trabalho esperada; para o homem significa a incapacidade de cumprir seu papel, levando-o ao alcoolismo ou ao abandono da família (MONTALI, 2000, p. 62).

Eventos sociodemográficos e culturais são resumidos por Bruschini (2000) para a compreensão das transformações ocorridas no Brasil: “a queda das taxas de fecundidade, o envelhecimento da população, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, a expansão da escolaridade, os novos valores relativos ao papel das mulheres na sociedade brasileira e a redemocratização do País (BRUSCHINI, 2000, p. 13).

A ocorrência de mudanças não implica necessariamente em sua percepção. A queda da fecundidade é um exemplo disso. É constantemente afirmado em meios de comunicação e em conversas informais que o número de filhos por mulher entre as camadas sociais menos favorecidas continua sendo alto. Outro exemplo é o analfabetismo: menos intenso e com outros enfoques, conforme desenvolvido, ainda permanece a idéia de sua alta proporção, o que, no entanto, não diminui sua gravidade, pelo simples fato de continuar existindo. A escolaridade média de brasileiros apresenta melhoras<sup>7</sup>, havendo inclusive uma relação significativa entre aumento da escolaridade feminina e sua inserção no mercado de trabalho:

Como tem sido reiterado pela literatura (Miranda, 1975, Rosemberg, Pinto e Negrão, 1982) a associação entre a escolaridade e a participação das mulheres no mercado de trabalho é intensa. As mais instruídas apresentam taxas mais elevadas de atividade, não só porque o mercado de trabalho é mais receptivo ao trabalhador mais qualificado de modo geral, mas também porque elas podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas, que compensam os gastos com a infra-estrutura doméstica necessária para suprir sua saída do lar (BRUSCHINI, 2000, p. 21 - 22).

A importância da escolaridade reside em esferas além das do trabalho. A alfabetização em grande escala de mulheres, posterior a de homens, foi o primeiro

---

<sup>7</sup> “A duração da vida escolar do brasileiro aumentou de cinco anos em 1993 para 6,4 anos em 2003”. IBGE, Índice de Indicadores Sociais 2004 *apud* O Estado de São Paulo, 24.02.2005.

passo em direção a sua inserção mais efetiva em diferentes meios da sociedade, incluindo naturalmente o mercado de trabalho. Na comparação do nível de instrução de homens e mulheres, é possível notar uma menor participação de mulheres até os anos 60 no contexto escolar, situação que se inverte com o passar do tempo, levando atualmente a uma média de instrução feminina geralmente maior que a masculina.

Observa-se, resumidamente, uma queda da garantia de sustento via mercado de trabalho formal, paralela a uma maior escolarização da população, que, no entanto, caminha em um contexto de maiores exigências quanto à qualificação, a qual necessita de continuidade e atenção às constantes reformulações tecnológicas, que nem sempre podem ser investidas pelo indivíduo, com pouco respaldo do Estado para reinserção laboral dos já excluídos.

### **1.5. Os objetivos deste trabalho**

Neste estudo, busca-se investigar em que medida a instrução formal constitui um ativo no enfrentamento do risco de exclusão do mercado de trabalho e se sua ausência realmente seria um obstáculo para esta inserção.

Para tanto, a análise empírica buscará comparar a inserção laboral de responsáveis por domicílios com nenhuma ou reduzida instrução formal (analfabetos e analfabetos funcionais) com a de responsáveis com o Ensino Fundamental completo (oito anos de instrução formal). Uma das preocupações do presente estudo é se há diferença de inserção no mercado de trabalho entre analfabetos absolutos e funcionais, ou seja, se o fato de um indivíduo conhecer o código escrito, mesmo que faça pouco uso, já significaria a obtenção de maiores chances, do que aquele que não o sabe.

Em suma, busca-se uma análise comparativa das condições de vida e de reprodução de responsáveis por domicílios com níveis especiais de instrução formal, feita em três espaços urbanos da RMC: Campinas, Hortolândia e Indaiatuba da seguinte forma:

- pela verificação de como a ausência, ou a baixa educação formal estariam associadas a outras características demográficas e sociais como: sexo, idade, renda e inserção no mercado de trabalho.

- pela investigação das implicações destes fatores na reprodução quotidiana e geracional das famílias, através da análise do nível educacional e da inserção no mercado de trabalho dos filhos residentes em determinados grupos etários.

Desta forma, busca-se analisar, em que medida, a educação formal realmente forneceria ferramentas para que um melhor enfrentamento de riscos sociais seja alcançado.

A unidade de análise desta pesquisa é a pessoa responsável pelo domicílio com 25 anos ou mais de idade tanto do sexo masculino, quanto do sexo feminino. Optou-se por este recorte com base na suposição de que o responsável ou chefe do domicílio é a figura central e determinante das possibilidades de vida do núcleo doméstico, enquanto principal provedor de renda e detentor mais provável do controle dos ativos familiares. Deste modo, considera-se que, geralmente, a análise de suas características pessoais como sexo, idade, nível de instrução e modo de inserção no mercado de trabalho são significativas das possibilidades e dos revezes por que passam os domicílios e seus membros.

Associada a isso, a comparação da infra-estrutura dos diferentes espaços urbanos, como provedora de condições básicas para que possa se desenvolver tanto o processo de escolarização, como outras práticas sociais, irá fornecer um parâmetro que permitirá a localização de possíveis diferenças entre as cidades.

Além disso, esforços para que a qualidade de vida da população seja melhorada, passam, impreterivelmente, pela dimensão das estruturas de oportunidades, que será analisada em termos das especificidades econômicas, políticas e sociais de cada município.

Com isso, alguns elementos relativos à vulnerabilidade social resumidos por Busso, referindo-se a vários trabalhos baseados neste conceito, como infra-estrutura, educação, inserção no mercado de trabalho, renda e - em menor medida - capital social<sup>8</sup>, guiarão o desenvolvimento da presente análise:

---

<sup>8</sup> Pela análise empírica ter sido baseada nos Microdados do Censo Demográfico 2000, tipo de ferramenta, que dificilmente capta as redes.

1. Condiciones del hábitat (medio ambiente y vivienda).
2. Capital humano en el hogar (educación y salud).
3. Económica (inserción laboral e ingresos).
4. Redes de protección social y capital social (BUSO, 2002, p. 20).

Espera-se que a complementaridade do enfoque das estruturas de oportunidades de Kaztman e Filgueira (1999) possa trazer novos caminhos que permitam um olhar diferenciado a cerca das realidades propostas a serem investigadas.

## **2 – Metodologia**

A análise proposta neste trabalho utiliza o método comparativo. De acordo com a discussão efetuada no capítulo anterior, busca-se comparar a inserção laboral e seus reflexos nas condições de vida de responsáveis por domicílios em três situações diferenciadas em relação ao grau de instrução (analfabetos, analfabetos funcionais e oito anos completos de instrução) em três ambientes urbanos da RMC: as cidades de Campinas, Indaiatuba e Hortolândia.

Os microdados do Censo Demográfico 2000 foram a principal fonte para o desenvolvimento da construção empírica do objeto deste estudo. O programa escolhido para o cruzamento de dados foi o SPSS (Statistical Package of Social Science) versão 11,0. Optou-se pela inserção do peso, portanto trabalhou-se com dados expandidos.

### **2.1. Questões operacionais**

#### **2.1.1. Escolha dos espaços urbanos**

Para que a dinâmica intrametropolitana pudesse ser mais claramente analisada, foram escolhidos três, dos dezenove municípios pertencentes à Região Metropolitana de Campinas para o desenvolvimento do presente estudo. Campinas, por ser sede da RM e os municípios de Hortolândia e Indaiatuba, que embora tendo volumes populacionais similares, que giram em torno dos 150.000 habitantes<sup>9</sup> em 2000, expressam distintas dinâmicas socioeconômicas, representando diferentes posições no interior da hierarquia da RMC.

#### **2.1.2. Instrução**

O desenvolvimento do nosso objeto de estudo passa pela construção empírica das categorias de instrução. Esta não é uma tarefa fácil, dada a imprecisão da captação empírica das situações de analfabetismo e analfabetismo funcional.

---

<sup>9</sup> Superados apenas pela sede da RM: Campinas: 968.172, por Americana: 182.084, Santa Bárbara d'Oeste: 169.735 e Sumaré: 196.055 (PIRES e SANTOS, 2002, p. 58 - Tabela 1).

Ferraro (2002) aponta uma alta correlação entre o número de pessoas, que responderam negativamente à pergunta sobre “saber ler e escrever um bilhete simples” (Censo de 2000), ou seja, entre o número de analfabetos absolutos e o número de pessoas que não completaram um ano de instrução, (Contagem de 1996<sup>10</sup>), cujos valores foram respectivamente 17,6 e 16,9 milhões.

O mesmo foi feito para este estudo: a porcentagem de pessoas que deram respostas negativas sobre “saber ler e escrever um bilhete simples” foi comparada à porcentagem de pessoas com menos de um ano de estudo:

TABELA 2.1 - COMPARAÇÃO DE DOIS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DA OCORRÊNCIA DE ANALFABETISMO ABSOLUTO – PESSOAS COM 25 ANOS E MAIS - 2000

	(1) Não sabe ler e escrever um bilhete simples	(2) Sem instrução, ou menos de um ano de instrução	Diferença entre (1) e (2)
CPQ-H	4,45	5,19	0,74
CPQ-M	6,71	7,06	0,35
HOR-H	7,33	7,92	0,59
HOR-M	11,20	11,76	0,56
IND-H	5,90	6,73	0,83
IND-M	9,43	9,79	0,36

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

O segundo critério apresenta níveis mais elevados em todos os casos. Além disso, esta variação aumenta, ou diminui de acordo com a cidade e sexo analisados, sendo mais alta entre os homens. Mas a representatividade de ambos dentro do total da população é similar no interior de cada grupo, segundo sexo e cidade, e não chega a apresentar um ponto percentual de diferença.

Confirmada a possibilidade da operacionalização do analfabetismo absoluto por anos de estudo, que será adotada neste trabalho, o próximo passo será a identificação da continuidade no interior da escala de instrução até que se atinja o que atualmente é considerado como alfabetização funcional.

(...) pode-se considerar que todas as pessoas que apresentem pelo menos 1 ano de estudo concluído compõem um total próximo do número de alfabetizados apurado pelo critério ler e escrever um bilhete simples. A hipótese é que, com base no critério *anos de*

---

<sup>10</sup> O autor não possuía na época da elaboração do texto, dados referentes a anos de estudo para o Censo de 2000.

*estudo* concluídos (pelo menos 1 ano), pode-se construir alguns níveis significativos de *letramento* (...) salto importante no que tange à educação e aos direitos sociais em geral, porquanto permite ao menos livrar-se dos preconceitos e da estigmatização de que sempre têm sido alvo os analfabetos no Brasil (...) (FERRARO, 2002, p. 38).

Pessoas que não são analfabetas absolutas, mas que não atingiram a alfabetização funcional, denominadas analfabetas funcionais, serão representadas por aqueles que possuem de um a três anos de estudo, como apresentado no estudo Mapa do Analfabetismo no Brasil (INEP, 2003): “são considerados analfabetos funcionais aqueles com menos de quatro anos de estudo (séries concluídas)” (INEP, 2003, p. 26 – Tabela 1B).

A opção pela utilização dos critérios *menos de um ano de instrução* para o analfabetismo absoluto e *de um a três anos de estudo concluídos* para o analfabetismo funcional encobre tanto pessoas que não freqüentaram a escola, mas que sabem ler e escrever, quanto as que freqüentaram, mas com a falta de prática, não mais o sabem. Mesmo assim, pode apontar importantes caminhos para análise sobre a instrução das três populações consideradas no presente trabalho.

Além da comparação entre os dois grupos, foi considerado um terceiro: o de pessoas com oito anos de estudo. Optou-se especificamente por este grupo, pois é o “nível mínimo de escolarização que a Constituição Brasileira garante como direito a todos: as oito séries do Ensino Fundamental” (RIBEIRO, 2004, p. 10). Este grupo refletiria também uma bagagem educacional mais sólida para o enfrentamento e condução das diversas esferas da vida. Uma comparação com pessoas com o Ensino Superior completo, por exemplo, fugiria da realidade em termos quantitativos.

### **2.1.3. Delimitação etária da população investigada**

Os objetivos da presente análise impõem limites etários à população investigada. A referência que interessa, de um lado, é a PEA – População Economicamente Ativa, que oficialmente, envolve a população de 10 anos e mais. Deste modo, nos diferentes espaços urbanos, a ênfase foi dada à caracterização por instrução apenas da população de 10 anos e mais por sexo.

Por outro lado, optou-se pela análise apenas dos responsáveis por domicílios de 25 anos e mais, com base nas seguintes considerações:

- análise de um grupo, que teria idade suficiente para ter concluído a educação básica (níveis fundamental e médio), já contando com possíveis repetências.
- a possibilidade de uma maior ocorrência de casos de domicílios com filhos em idade escolar, para que a análise relacionando filhos aos determinados grupos de responsáveis por domicílios pudesse ser melhor representada;

A tabela 2.2, aponta a proporção de responsáveis por domicílios abaixo dessa idade:

TABELA 2.2 - PROPORÇÃO DE RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS  
ABAIXO DA IDADE DE 25 ANOS - 2000

CPQ – H	CPQ – M	HOR – H	HOR – M	IND – H	IND – M
5,04%	5,05%	7,44%	7,28%	5,56%	3,20%
208 853	70 513	32 637	7 802	32 153	7 685

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 – Tabulações Próprias  
Obs.: N = total de responsáveis por domicílios.

Entre homens responsáveis por domicílios de Campinas abaixo dos 25 anos, existem 2,12% de analfabetos absolutos e 7,19% de analfabetos funcionais, entre as mulheres desse município há 1,13% e 4,08% respectivamente. Os valores para Hortolândia são: 3,40% e 6,40% para os homens e 3,75% e 9,74% para as mulheres; para homens de Indaiatuba: 2,52% e 7,78% e não foram constatadas mulheres responsáveis por domicílios em Indaiatuba analfabetas absolutas, ou funcionais para esta faixa etária.

Outra limitação etária importante, motivada pelos próprios objetivos da análise diz respeito aos filhos. Através do recorte de 11 a 15 anos, foi possível restringir filhos, que já teriam quatro anos completos de estudo (11 anos) até aqueles em idade para terem finalizado os oito anos de estudo (15 anos).

A inserção econômica de filhos foi analisada para a faixa etária entre 16 e 24 anos, de acordo com o PNPE (Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego) desenvolvido pelo atual Governo Federal (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).



Já o trabalho infantil<sup>11</sup> foi investigado na faixa etária entre 10 e 14 anos, utilizada em estudos do DATASUS.

Com isso, diferenças de escolarização e inserção no mercado de trabalho de filhos, segundo o nível de instrução dos pais, puderam ser analisadas.

#### **2.1.4. Considerações sobre a PEA, população inativa e PIA**

Os autores do trabalho “O Censo Demográfico 2000 e a Mensuração das novas formas de trabalho” chamam atenção para a importante introdução no Censo Demográfico 2000 do “trabalho sem o objetivo econômico direto, realizado para auto-consumo” (p. 1), constituído por: “auto-consumo, auto-construção e sem rendimento com jornada de trabalho inferior a 15 horas” (DEDECCA *et al.*, 2004, p. 2).

Esta diferença de constituição da PEA entre os dois últimos Censos foi denominada como PEA-R (população economicamente ativa restrita) – Censo Demográfico 1991 e PEA-A (população economicamente ativa ampla) – com os implementos do Censo Demográfico 2000.

A população economicamente ativa ampla, conforme sustentado pelos autores é significativamente representativa para atividades agrícolas: “sem dúvida, a não incorporação das novas formas de ocupação tem maior impacto sobre as atividades agrícolas, dado que o auto-consumo nesse setor responde por quase 90% do total do incremento da PEA” (DEDECCA *et al.*, 2004, p. 7).

Para medir este impacto para a população urbana das três cidades estudadas, as seguintes variáveis foram testadas:

- “V0441 - Na semana, ajudou sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário”;
- “V0442 - Na semana, ajudou sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio em atividade de cultivo, extração vegetal...;”

---

<sup>11</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 7º, Inciso XXXIII: “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos” (p. 15).

- “V0443 - Na semana, trabalhou no cultivo, etc... para alimentação de pessoas moradoras no domicílio”;

Somando-se a incidência de respostas positivas destas três variáveis, encontra-se a maior representatividade entre homens responsáveis por domicílios de Campinas: 0,3%. No outro extremo, entre as responsáveis por domicílios de Hortolândia, não é encontrada nenhuma ocorrência.

Estes dados são confirmados nos baixos valores relativos às categorias “aprendiz ou estagiário sem remuneração, não remunerado em ajuda a membro do domicílio e trabalhador na produção para o próprio consumo” da variável “V0447 – Nesse trabalho era (...)” para os responsáveis por domicílios<sup>12</sup>.

Apontada essa baixa representatividade para as populações estudadas dessas ocupações recentemente reconhecidas pelo Censo Demográfico 2000, a PEA, a população inativa e a PIA são compostas neste trabalho com base na variável “V0455 - Providência para conseguir trabalho?<sup>13</sup>” Da seguinte forma:

- 1) Respostas em branco representam a população que trabalha e abaixo de 10 anos de idade. Foram aplicados dois filtros em distintos momentos: um para a análise dos responsáveis por domicílios com idades iguais, ou acima de 25 anos e outro na análise da população com idades iguais e acima de 10 anos. Este procedimento elimina, portanto, a população abaixo de 10 anos, que também faria parte destas respostas em branco, restando apenas a população que trabalha.
- 2) Respostas = sim: população, que procura emprego;
  - PEA = (1: ‘respostas em branco’) + (2: ‘respostas = sim’);
- 3) Respostas = não: população em idade ativa, que não procura emprego;
  - População inativa = (3: ‘respostas = não’);

---

<sup>12</sup> Os valores para homens e mulheres responsáveis por domicílios foram respectivamente: CPQ – 0,32% e 0,60%; HOR – 0,30% e 0,43%; IND – 0,35% e 0,57%.

<sup>13</sup> O período de referência desta pergunta é de 30.06 a 29.07.

- 4) Soma das respostas;
- o  $PIA = (1) + (2) + (3)$

### **2.1.5. Desemprego**

O desemprego é calculado também com base na variável 'V0455 – Providência para conseguir trabalho', pela razão entre a população desocupada sobre a PEA. Esta forma de cálculo é denominada por estudos da Fundação SEADE como desemprego total. É escolhida por contemplar apenas pessoas interessadas no mercado de trabalho: ocupados e desocupados. A população inativa é, portanto, excluída desta metodologia.

Ocupação e desocupação de responsáveis por domicílios são calculadas com a mesma variável, mesmos critérios, mas com os devidos filtros.

### **2.1.6. Opção por uma análise de período**

O que este trabalho prioriza é uma análise aprofundada da inserção dos três grupos relevantes a este estudo de responsáveis por domicílios no mercado de trabalho e das implicações da falta, ou baixa instrução para as condições de vida de seus filhos inseridos na população urbana de cada cidade, para que diferenças no interior da Região Metropolitana de Campinas possam ser captadas. O nível de detalhamento buscado tornaria a dissertação de mestrado um tanto volumosa, se uma comparação com outros anos fosse sistematicamente feita, fugindo de seu foco principal.

No entanto, mudanças ao longo do tempo como as relativas à infra-estrutura dos espaços urbanos e escolaridade das três populações são investigadas com o auxílio de outros estudos específicos e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, portanto não deixam de ser contempladas.

As variáveis do Censo 2000 utilizadas nesta análise encontram-se em anexo, ao final da dissertação.

## Capítulo 3 – Universo de análise: Campinas, Hortolândia e Indaiatuba

### 3.1. Infra-estrutura e considerações sobre a economia local



MAPA 3.1. - Região Metropolitana de Campinas (EMPLASA)

As três cidades analisadas neste estudo e destacadas no mapa acima pertencem à Região Metropolitana de Campinas (RMC), estabelecida em 2000, com a cidade de mesmo nome como sede, no Estado de São Paulo. As cidades foram instituídas nas seguintes datas: Campinas (CPQ): 1774, Hortolândia (HOR): 1991 (Lei nº 7.764 de 30/12/1991), administração a partir de 1993 e Indaiatuba (IND): 1859 (Lei Provincial nº 12) como vila e em 1906 (Lei Estadual nº 1038, p. 316) como município<sup>14</sup>.

Com a diminuição dos espaços físicos entre as cidades, devido ao intensivo processo de urbanização e com crescentes trocas entre um município e outro em termos de emprego, mão-de-obra, comércio, serviços, equipamentos sociais, a busca por soluções comuns, como a relativa ao saneamento básico, passou a ser gradualmente necessária.

---

<sup>14</sup> CAIADO, *et al.*, 2002 / NEGREIROS, Rovená e TEIXEIRA, Marina P., 2002 / ALVES, Maria Abadia da Silva, 2002.



Campinas: metalúrgico; Campinas: alimentar, produtos médicos, farmacêuticos e perfumaria (FERNANDES, BRANDÃO e CANO, 2002, p. 418); Indaiatuba: têxtil, vestuário, calçados, artefatos de tecidos, destacando-se a produção de jeans, sendo intitulada como “cidade do jeans” (ALVES, 2002).

Na RMC, há também uma complexa estrutura agrícola e agroindustrial, assim como um avançado desenvolvimento de pesquisas tecnológicas e científicas, além da crescente importância do setor de serviços e comércio, conjunto de possibilidades, que destaca a região no contexto estadual, nacional e em certa medida internacional.

Através da densa rede viária, formada principalmente pelas Rodovias Anhangüera, dos Bandeirantes, Santos Dumont e Dom Pedro I (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS), assim como o aeroporto de Viracopos, o segundo maior do Brasil (EMPLASA), torna-se possível um ágil escoamento de mercadorias e deslocamento de pessoas de, para e entre as cidades da RMC.

A sede, Campinas, possui uma elevada participação de estabelecimentos na RMC, quase 50% do total. Chamam atenção as proporções relativas a comércio e serviços de Campinas, este último respondendo por 60% dos estabelecimentos da RMC. Comparando-se Indaiatuba com Hortolândia, cidades com volume populacional parecido, nota-se uma participação relativa significativamente maior da primeira.

TABELA 3.1 - DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE ESTABELECIMENTOS POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA RMC, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2000

Setores de Atividade Econômica												
Municípios	Agropecuária		Indústria		Comércio		Serviços		Adm. Pública <sup>(1)</sup>		Total	
	N	%*	N	%*	N	%*	N	%*	N	%*	N	%*
CPQ	323	20,1	2.549	34,8	8.174	47,5	9.339	60,0	24	26,4	20 409	48,8
HOR	21	1,3	188	2,6	362	2,1	205	1,3	3	3,3	779	1,9
IND	106	6,6	578	7,9	1.104	6,4	777	5,0	6	6,6	2 571	6,2

Fonte: Ministério do Trabalho; Relação Anual de Infos. Sociais, 2000. / Elaboração EMPLASA, 2002 (EMPLASA)  
 (1) Adm. Publ., Defesa e Seg. Social. / Obs.: Vide notas e esclarecimentos. / \* (%) equivalente na RMC

A indústria é a principal atividade econômica de Indaiatuba. Em 1973, foi criado o distrito industrial e deu-se início ao oferecimento de incentivos fiscais. A deficiência relativa à ausência de cursos profissionalizantes para a qualificação da mão-de-obra local foi amenizada com a criação de iniciativas como com a Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura (FIEC) em 1985, através do “primeiro curso técnico de mecânica” (PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)<sup>15</sup>.

A crescente industrialização de Indaiatuba (correspondendo a 47,4% dos empregos locais), com destaque atual para a metalúrgica (12,2%), de veículos e equipamentos de transporte (8,9%), confecção de vestuários e acessórios (5,9%) e química (4,5%) auxiliou no aquecimento do setor de comércio (16,5%) e serviços (23,5%), com destaque para outras atividades empresariais (8,4%), saúde e serviços sociais (3,5%) e ensino (2,7%). Houve a criação de pólos comerciais, que acompanharam o aumento populacional em função da imigração, como Cidade Nova, Cecap e Jardim Morada do Sol (PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA). A concorrência beneficiou os consumidores em termos de preço e qualidade. Antes, a população era predominantemente dependente de cidades vizinhas, embora parte da demanda da população seja ainda atendida por Campinas. A proporção de empregos da administração pública, defesa e seguridade social é de 10,3% e agropecuária: 2,2% (EMPLASA).

O destaque na agricultura de Indaiatuba é para a cultura de uva, seguida da produção de morango, tomate e batata, além de produtos como frango e leite (PREFEITURA

<sup>15</sup> O SENAI possui duas unidades em Campinas, uma em Indaiatuba e nenhuma em Hortolândia. Fonte: SENAI.

MUNICIPAL DE INDAIATUBA). São boas as perspectivas para o turismo, tanto rural, ecológico, quanto de negócios (ALVES, 2002).

A infra-estrutura viária, que cerca Hortolândia, foi um fator fundamental para a atração de indústrias ainda como distrito de Sumaré. Este setor responde por 53,0% da oferta local de empregos, sendo os principais destaques: a indústria metalúrgica (13,9%), química (10,3%), de veículos e equipamentos de transporte (8,0%) e de materiais elétricos, eletrônicos, equipamentos de comunicações e instrumentação (4,4%). Mas a intensa industrialização não foi revertida em benefícios à população local<sup>16</sup>. O comércio ofereceu, em 2000, 19,8% dos empregos. O setor de serviços é um dos menos desenvolvidos, com apenas 9,5% dos postos de trabalho. De forma mais ampla do que em Indaiatuba, esta lacuna é preenchida principalmente por Campinas. É bastante representativa a parcela de empregos da administração pública, defesa e seguridade social no total: 17,0%. Os empregos na agropecuária correspondem a 0,8% (EMPLASA) do total.

Plantas de empresas estrangeiras de grande porte foram construídas em Campinas entre as décadas de 50 e 70, o que dinamizou o mercado local, pela atração de fornecedores. O setor de serviços apresentou significativo aumento e o de comércio um leve crescimento na última década. É destacada a participação do setor de telecomunicações para a organização e dinamismo local (CAIADO *et al*, 2002). As proporções de empregos oferecidos na indústria são no total: 24,7%; a mais baixa participação entre as três cidades analisadas, sendo representativas as parcelas relativas à indústria de construção: 4,9%; metalúrgica: 3,9%; de veículos e equipamentos de transporte: 3,2%; elétrico, eletrônico, equip. de comunicações e instrumentação: 3,0%; além de alimentos e bebidas: 2,0%. O comércio é responsável por 20,7% dos empregos e a grande participação é a dos serviços: 45,7%, sendo 8,1%: ensino; 7,8%: outras atividades empresariais; 6,9%: transporte e comunicação; 5,2%: saúde e serviços sociais. Os empregos na administração pública correspondem a 8% do total e os da agropecuária: 0,8% (EMPLASA).

---

<sup>16</sup> Este fato será discutido em maior profundidade ainda neste capítulo.



A importância da RMC no contexto paulista e brasileiro, assim como a centralidade de Campinas não são recentes. Surgiram nos tempos áureos da economia cafeeira, o que atraiu infra-estrutura, propiciando mais tarde o estabelecimento de indústrias e principalmente a partir dos anos 70, a recepção de um fluxo intenso de imigrantes. Ocorreu no processo de crescimento da RMC, uma forte urbanização sem planejamento, interferindo no ambiente e na qualidade de vida de toda a população, mesmo que atingindo de diferentes formas e intensidades as distintas camadas sociais.

(...) os traços de heterogeneidade estrutural (social, produtiva e espacial) estão presentes nesse pólo de modernidade nacional. A rápida expansão de sua agricultura, indústria e serviços formou um dinâmico mercado de trabalho, que, porém, não logrou absorver a totalidade dos intensos fluxos demográficos que se dirigiram para a região, gerando um processo de periferização das camadas sociais de menor poder aquisitivo. A estagnação econômica destas duas últimas décadas, com o desemprego e deterioração da renda real dos trabalhadores, sem precedente recente, culminou, também, na gestação de um dos mais sérios focos de violência do país (FERNANDES, BRANDÃO e CANO, 2002, p. 403).

Esta situação se agrava com a falta de articulação dos municípios com outras instâncias. Pôde ser notada uma baixa participação de Indaiatuba e Hortolândia em consórcios intra-municipais: apenas no consórcio para serviços de abastecimento de águas<sup>17</sup>. Enquanto a sede metropolitana participa, além deste, de sete relacionados à limpeza da cidade, coleta e destino do lixo, esgotamento sanitário e processamento de dados<sup>18</sup>.

O reduzido número de consórcios intermunicipais é um dos principais dados negativos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2001, divulgada (...) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo com demandas semelhantes e dificuldades financeiras - e muitas delas próximas geograficamente -, a maioria das prefeituras

---

<sup>17</sup> "Mais do que prestar o 'serviço' de água, o desafio da gestão das bacias hidrográficas implica garantir sustentabilidade ao próprio recurso natural, gerando compromissos a serem compartilhados por todos, muito além da operação técnica e financeira da rede do serviço" (LOPES, 2002, p. 341).

<sup>18</sup> Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001. Vide tabela 4A do anexo.

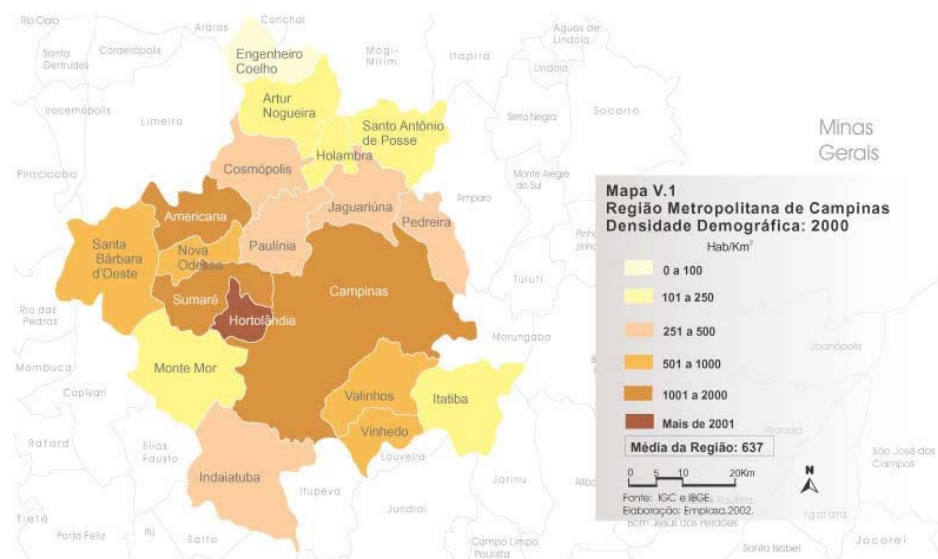
do País resiste em partilhar serviços com os vizinhos. (...) Em nações consideradas desenvolvidas, atividades e serviços de maior abrangência, como segurança pública, saúde, educação e até transporte público são atribuições de competência regional, isto é, um organismo-elo entre municípios e Estados. Tal organização é prevista constitucionalmente, na maioria dos casos, até com participação de cidadãos escolhidos diretamente por eleitores das comunidades. A interligação dos serviços permite racionalidade e eficiência (ANOTICIA).

Esta falta de integração dos municípios parece ainda existir em 2005:

Apatia de prefeitos deixa planos da RMC na gaveta. Encontros paralelos, ausência de prefeitos nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento (...) são apontados pelos próprios membros como problemas para a implantação de ações conjuntas na RMC. No último encontro, em Pedreira, apenas cinco prefeitos estiveram presentes e sete cidades sequer enviaram representantes (CORREIO POPULAR, 06.11.05).

Um dos pontos a serem trabalhados pela RMC, a periferização mencionada anteriormente, pode ser acompanhada pela análise da densidade demográfica dos municípios da RMC, conforme mapa seguinte, apontando Hortolândia com a mais alta ao centro (2.430,6 hab/km<sup>2</sup>), fato relacionado com sua qualidade de cidade dormitório, com mão-de-obra geralmente menos qualificada, que se emprega em cidades vizinhas. Campinas também apresenta elevado valor em comparação aos demais municípios: 1.213,5 hab/km<sup>2</sup>. A densidade demográfica decresce no sentido núcleo → entorno, principalmente em direção ao norte e ao sul, sendo seu valor para Indaiatuba: 471,7 hab/ km<sup>2</sup> (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL).

A intensificação do movimento urbano-urbano transformou o espaço da região de governo de Campinas (que deu origem à região metropolitana) reproduzindo um dos processos mais marcantes da RM de São Paulo: o da periferização da população de baixa renda (BÓGUS, 1997, p.161).



MAPA 3.3. – Região Metropolitana de Campinas - Densidade Demográfica: 2000 (EMPLASA)

O anterior (a 1991) distrito de Hortolândia<sup>19</sup> recebeu grande contingente populacional em curto período de tempo: tinha 4,6 mil habitantes em 1970; 33 mil em 1980, 86 mil em 1991; e 151 mil em 2000 (FERNANDES, BRANDÃO e CANO, 2002, p. 412).

No período entre 1991 e 2000, ocorreu um aumento do entorno de Campinas e um dos destaques em termos de crescimento foi justamente Hortolândia: 6,5% a.a. no período, contra 2,5% da RMC (NEGREIROS e TEIXEIRA, 2002, p. 289).

O baixo custo de suas terras e o menor custo de vida em relação a Campinas estimularam corrente imigratória de mais baixa renda para Hortolândia, passando a caracterizá-lo como “cidade dormitório de Campinas” (NEGREIROS E TEIXEIRA, 2002, p.287).

Não foi apenas Hortolândia a cidade que recebeu destaque em termos de crescimento<sup>20</sup>:

<sup>19</sup> Pertencente a Sumaré, destino de intensos fluxos populacionais (BAENINGER, 2002).

<sup>20</sup> A proporção que corresponde ao crescimento vegetativo e por migração de cada cidade será apontada adiante.

(...) a RMC ainda teve crescimento absoluto de mais de 400 mil pessoas no período 1991-2000, com destaque para as cidades de: Campinas (123.184), Hortolândia (52.631) e Indaiatuba (46.363). Cabe registrar o caso de Sumaré, que, mesmo tendo subtraída a população do ex-distrito de Hortolândia, ainda acrescentou 43.944 novos habitantes – 20.566 por crescimento vegetativo e 23.378 por migração (FERNANDES, BRANDÃO e CANO, 2002, p. 412).

Esse aumento populacional não foi acompanhado por um avanço do mercado de trabalho em Hortolândia. Conforme visto anteriormente, a indústria principalmente e o comércio juntos oferecem mais de 70% dos empregos desta cidade, mas muitas vagas acabam sendo significativamente preenchidas por trabalhadores vindos de fora, profissionalmente mais qualificados. É baixa a participação da agricultura no total de empregos oferecidos. O setor de serviços, atualmente fundamental no que diz respeito ao oferecimento de vagas, é pouco desenvolvido nesta cidade, cuja participação na região acaba sendo menos significativa. Com isso, sua população torna-se dependente de cidades vizinhas, principalmente de Campinas.

Além da insuficiente oferta de postos de trabalho, que poderiam absorver parcela significativa da população deste município, outros motivos, que levaram à insatisfação de seus moradores e ao desmembramento de Sumaré são apontados a seguir:

A Prefeitura de Sumaré é contra, mas os moradores de Hortolândia estão se mobilizando (...) através da realização de um plebiscito, o distrito pode emancipar-se. Hortolândia, que concentra um extenso parque industrial, possui cerca de 80 mil habitantes e uma das maiores arrecadações de ICM<sup>21</sup> (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) do Estado de São Paulo. Responsável por 70% da receita municipal, o distrito coleciona os recordes de crescimento populacional e criminalidade. Enquanto a Prefeitura afirma que investe muito em Hortolândia, um grupo de moradores acha pouco e quer 'liberdade para crescer' (Correio Popular, 08.04.1988, *apud* DUARTE JUNIOR, 1992, p. 9).

Negreiros e Teixeira (2002) apontam também que havia uma “desarticulação interna” no município de Sumaré, com a população do núcleo de Hortolândia mais voltada para Campinas. Esta forte relação entre o distrito de Hortolândia e a cidade de Campinas já surgiu

---

<sup>21</sup> Denominação atual: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

na época em que Sumaré pertencia a Campinas, até 1954, mas o território de Hortolândia continuou anexado ao primeiro (p. 287 e 296).

Hortolândia pertence ao “eixo de baixa renda”, explicado pela “precariedade nos equipamentos urbanos e exclusão social” composto pelas seguintes cidades: Sumaré, Hortolândia, Monte Mor e Santa Bárbara (NEGREIROS E TEIXEIRA, 2002, p. 290), tendo como consequência uma alta taxa de homicídios, ou um crescimento elevado desta como no caso de Santa Bárbara d’Oeste.

AIDAR (2003) aponta a localização das regiões mais violentas da RMC:

Conurbados aos DS's<sup>22</sup> Norte, Nordeste e Sudoeste pelas AA's<sup>23</sup> São Marcos, Anchieta, Valença e União dos Bairros (incluída, neste trabalho, na AA Vista Alegre) encontram-se os municípios de Sumaré, Hortolândia e Monte Mor que, juntamente com a Sede da Região Metropolitana apresentam os maiores índices de violência com taxas superiores à média regional de 153,3 óbitos para cada 100 mil homens de 15 a 44 anos em 2000 (...) (AIDAR, 2003, p. 88).

Adorno e Cardia (2002) apontam quatro mudanças que levaram ao crescimento da violência, em sua análise sobre a RMC: composição social diversificada, “bolsões de pobreza urbana (...), expansão do crime organizado, em especial do narcotráfico, no interior enriquecido do Estado de São Paulo” (p. 305-306) e o crescimento do “fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade de o Estado impor lei e ordem” (p. 308).

Outro fator, que talvez teria contribuído para a violência, somado aos anteriores, seria o acelerado crescimento populacional, em um curto espaço de tempo, sem respaldo correspondente do poder público em termos de infra-estrutura.

Na década de 1980, os centros urbanos de maior porte da RMC – Campinas e Americana – registraram menores saldos migratórios (30.825 e 695 respectivamente). Os municípios de Sumaré<sup>24</sup> e Santa Bárbara d’Oeste foram os que apresentaram os maiores

---

<sup>22</sup> Distritos de Saúde

<sup>23</sup> Unidades de Análise

<sup>24</sup> Hortolândia pertencia a Sumaré nesta época.

saldos migratórios da região, 95 mil e 48 mil pessoas respectivamente, seguidos por Indaiatuba (29 mil pessoas), Paulínia (10 mil). Artur Nogueira (8 mil pessoas) e Monte Mor (7 mil pessoas) quase duplicaram seus saldos migratórios da década de 1970 para 1980 (BAERINGER, 2001 *apud* PIRES e SANTOS, 2002, p. 60).

Os municípios de Indaiatuba, Paulínia e Artur Nogueira também tiveram aumento elevado de seus saldos migratórios, no entanto não fazem parte do eixo mencionado acima. Quais teriam sido as estruturas desses municípios capazes de reservarem à população antiga e recente condições melhores de qualidade de vida?

Uma outra tentativa de explicação seria a comparação dos IDHs, mas mesmo desmembrados pelos três temas, educação, longevidade e renda a nenhuma conclusão se chegaria<sup>25</sup>, pois em alguns casos o IDH de um município considerado como mais pobre, chega a ser maior, que nas cidades que não apresentam esta característica como marcante.

Analisando ainda os perfis municipais, é realmente notada uma renda *per capita* menor dos municípios considerados como o eixo de baixa renda em 2000: variam entre R\$ 259,1 (HOR) a R\$ 325,3 (Santa Bárbara d'Oeste). Dos municípios citados acima, fora deste eixo, apenas Artur Nogueira apresenta renda per capita nesta faixa: R\$ 315,90, sendo importante mencionar o salto de sua taxa de urbanização de 62,21% em 1991 para 91,97% em 2000, o que pode revelar a permanência de algumas formas de sobrevivência, como a produção para próprio consumo, que reduziria a demanda por bens, o que distanciaría muitas famílias da linha de pobreza.

A infra-estrutura, um dos principais meios para o desenvolvimento de aptidões econômicas e sociais, é analisada através dos principais aspectos nas três cidades nas próximas tabelas, que permitirão uma análise em dois períodos distintos do total de domicílios (Tabela 3.2) e de domicílios urbanos, particulares permanentes segundo dados do Censo Demográfico de 2000 (Tabela 3.3).

---

<sup>25</sup> Sumaré: 0,80; Santa Bárbara d'Oeste: 0,82; Monte Mor: 0,78; Hortolândia: 0,79; Indaiatuba: 0,83; Paulínia: 0,85; Artur Nogueira: 0,80; Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

TABELA 3.2 – ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS: **TOTAL DE DOMICÍLIOS** – 1991 E 2000

	Campinas		Hortolândia		Indaiatuba	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Água Encanada (%)	96,7	98,2	95,8	99,0	98,7	97,4
Energia Elétrica (%)	99,4	99,9	99,5	100,0	100,0	100,0
Coleta de Lixo <sup>1</sup> (%)	96,3	98,7	95,6	99,5	98,6	98,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M), 1991-2000 / Perfil Municipal - Tab. Hab.

<sup>1</sup> Somente domicílios urbanos

TABELA 3.3 – ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS: DOMICÍLIOS **URBANOS, PARTICULARES PERMANENTES** – 2000

	Campinas	Hortolândia	Indaiatuba
Abastecimento d'água - rede geral (%)	97,3	97,3	94,2
Iluminação Elétrica (%)	99,9	100,0	100,0
Lixo coletado por serviço de limpeza (%)	96,2	98,2	98,2
Total de domicílios (N)	279 076	40 370	39 792

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

Apesar da alta cobertura de lixo coletado nas três cidades, é desigual a situação de seu destino final: Indaiatuba com forma de disposição adequada em aterro sanitário, Campinas com aterro controlado e Hortolândia, inadequado sendo disposto em lixão (VENTURA E BRANDÃO, 2002, p. 345). Estes graus de adequação são medidos pelo Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR), com a seguinte escala: entre 0 e 6: condições inadequadas; entre 6 e 8: controladas e > 8: adequadas. Os valores encontrados para as três cidades foram: IND: 8,7 – CPQ: 6,5 – HOR: 5,1 (YAHN E GIACOMINI, 2002, p. 208).

A diminuição da cobertura atingida pelo serviço de água encanada em Indaiatuba na comparação da tabela 3.2 talvez seja conseqüência da urbanização dispersa e acelerada (Tabela 3.6), fruto principalmente da imigração, ocorrida com grande intensidade em um relativamente curto espaço de tempo (Tabela 3.4).

A área urbanizada de Indaiatuba, ligada a Campinas pela rodovia Santos Dumont, corresponde a 7,2% da área urbanizada da RMC, proporção inferior apenas à de Campinas e Sumaré. Além de uma significativa área com urbanização densa, que corresponde a quase metade da área urbanizada do município, ressalta-se a existência de ocupações dispersas de área com urbanização baixa (...) (PIRES E SANTOS, 2002, p. 63).

TABELA 3.4 - SALDO MIGRATÓRIO E PARTICIPAÇÃO DA MIGRAÇÃO NO CRESCIMENTO ABSOLUTO DA POPULAÇÃO: 1991 – 2000

Município	Saldo migratório (N)	Participação da migração no cresc. (%)
Campinas*	16 709	13,6
Hortolândia **	36 482	69,3
Indaiatuba***	30 943	85,0

\*Fonte: Fundação SEADE, IBGE e BAENINGER, 2000 *apud* CAIADO et al., 2002, p. 103  
Obs.: Saldo migratório com correção de sub-registros de nascimentos.

\*\* Fonte: Fundação SEADE, IBGE *apud* NEGREIROS e TEIXEIRA, 2002, p. 289

\*\*\* Fonte: IBGE, Censos 1991-2000 e BAENINGER, 2000 *apud* ALVES, 2002, p. 318

Alves (2002) aponta a contribuição da migração no crescimento absoluto da população de Indaiatuba no período entre 1991 e 2000, como a maior encontrada na região, chamando atenção para sua crescente posição de espaço de atração populacional e “conurbação com Campinas” (p.318). Imigrantes como paranaenses fugindo da crise agrícola dos anos 70 e buscando empregos nas indústrias, ou como paulistanos, que, nos últimos anos, mudaram-se para suas “chácaras de lazer, que antes eram ocupadas apenas em finais de semana, continuando a trabalhar em São Paulo” (p. 319). Nota-se, portanto, fluxos consecutivos de grupos economicamente diferenciados, o que já não ocorre em Hortolândia, que recebe imigrantes procurando terrenos mais baratos.

A partir de 1970, principalmente com a chegada de paranaenses e mineiros, Campinas continuou atraindo fluxos migratórios como, em 1980, o de “profissionais especializados com nível superior” (p. 103), além de pessoas sem ou com baixo nível de instrução (Caiado *et. al.*, 2002).

TABELA 3.5 – TIPO DE ESCOADOURO EM %: DOMICÍLIOS URBANOS, PARTICULARES PERMANENTES - 2000

	CPQ	HOR	IND
Domicílios sem banheiro	0,13	0,27	0,07
Rede geral de esgoto/pluvial	86,68	4,35	91,88
Fossa séptica	4,76	76,04	3,89
Fossa rudimentar	4,90	12,77	4,01
Vala	0,64	0,65	0,00
Rio, lago ou mar	2,61	2,46	0,09
Outro escoadouro	0,28	3,47	0,06
Total (%)	100,00	100,00	100,00
Total (N)	279 076	40 370	39 792

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias



Prosseguindo a análise referente à infra-estrutura, a tabela 3.5 anterior e a informação de que a cobertura do esgoto tratado em Campinas<sup>26</sup> é de 5%, de Hortolândia<sup>27</sup>, 0% e de Indaiatuba, 8,2% (ALVES, 2002, p. 345), revelam uma grande lacuna nas cidades analisadas. Hortolândia é o município mais prejudicado. Com sua elevada arrecadação tributária, mas ainda intenso crescimento populacional no período, não houve uma melhora satisfatória da cobertura do saneamento básico. Algo similar foi apontado para a Região Metropolitana de Santos por Bógus (1997):

O crescimento econômico pode não significar melhoria na qualidade de vida da maioria da população; ao contrário, o crescimento pode significar maior exclusão dos benefícios socioeconômicos gerados pelo aumento das riquezas. O fenômeno é constatado na nova RM de Santos: apesar dos números otimistas, crescentes ano a ano, simultaneamente pioram, entre outros fatores, as condições de habitação, saneamento básico, educação e saúde (p. 163-164).

Essa alta arrecadação feita por ambos municípios somada a uma articulação mais dinâmica, além de um planejamento a longo prazo, colaborariam com a melhora da qualidade de vida da população.

(...) se alguns municípios do entorno metropolitano da RM de Campinas tiveram grande crescimento populacional no período 1980/91, em função da instalação de importantes equipamentos urbanos voltados às áreas industriais, instalações comerciais e de serviços geradores de empregos (mesmo pouco qualificados), o mesmo não se pode afirmar dos investimentos realizados nas áreas residenciais de baixa renda, para onde afluíu grande parte da população migrante recente que se deslocou em busca de trabalho e/ou habitação (BÓGUS, 1997, p. 161).

A distribuição da população total por situação de domicílio nas três cidades em dois períodos revela, além da grande proporção de domicílios urbanos em todas as cidades para os dois períodos analisados, um significativo aumento da taxa de urbanização de Indaiatuba no período, como reflexo da expansão regional.

---

<sup>26</sup> Percentual válido até 2001; com a ETE (estação de tratamento de esgoto) Samambaia, alcançou os 10% (CAIADO *et al.*, 2002, p. 133).

<sup>27</sup> Fonte: Muito Mais. / Em Dez 2004: Hortolândia - 2% de esgoto coletado, sendo 0% tratado. Fonte: SABESP.

TABELA 3.6 - POPULAÇÃO TOTAL POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 1991 E 2000

	Campinas		Hortolândia		Indaiatuba	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
População Total (N)	846 737	969 396	89 569	152 523	100 948	147.050
Urbana (N)	824 616	953 218	89 318	152 523	91 849	144.740
Rural (N)	22 121	16 178	251	0	9 099	2.310
Taxa de Urbanização (%)	97,39	98,33	99,72	100,00	90,99	98,43

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M), 1991-2000 / Perfil Municipal - Tab. Dem.

(...) o movimento de expansão regional, do ponto de vista demográfico, ocorreu, num primeiro momento, da sede (Campinas) para o entorno imediato (Sumaré/Hortolândia), e já emergia como subcentro Americana e sua periferia (Santa Bárbara d'Oeste). Nos anos 80, fica mais evidente que a configuração regional se expandiu para vetores mais distantes (Indaiatuba / Monte Mor e Paulínia / Cosmópolis), atingindo nos anos 90 Arthur Nogueira / Engenheiro Coelho, Holambra e Jaguariúna / Santo Antonio de Posse / Pedreira (eixo Campinas – Mogi Mirim), além da permanência dos eixos já existentes, como o da Anhangüera / Bandeirantes (BAENINGER, 2002, p. 105).

Outro ponto a ser mencionado é a habitação. Parte dos domicílios de Hortolândia é caracterizada por irregularidades jurídicas e precárias construções (NEGREIROS E TEIXEIRA, 2002). Neste município, há, de acordo com o levantamento habitacional de 1999 e 2000, 2263 domicílios em 38 “ocupações em áreas públicas” com destaque para Jardim Boa Esperança, Jardim Nova Hortolândia e Jd. Sumarezinho, 424 em 4 “loteamentos clandestinos” como no Bairro Estrela d'Oeste e 3647 em loteamentos em regularização<sup>28</sup>, como no Jardim Nova América. Em Indaiatuba, há geralmente bairros populares com casas modestas de um lado e chácaras de alto padrão de outro (ALVES, 2002). Em Campinas, cresce a população, que vive em sub-habitações, chegando a 16,5% do total em 2000<sup>29</sup>, assim como os condomínios fechados de alto padrão.

---

<sup>28</sup> Relatório: ocupações irregulares e loteamentos em regularização no município de Hortolândia p. 8, 9 e 10 – Prefeitura Municipal de Hortolândia – Secretaria de Infra-Estrutura Urbana – Divisão de Habitação.

<sup>29</sup> “A participação da população moradora de sub-habitações no total da população sobe de 1%, em 1970, para 5%, em 1980, 8%, em 1991, e 16,5% em 2000” (CAIADO *et al.*, 2002, p. 103).

Como aglomeração urbana de porte, seus problemas metropolitanos apresentam dimensão e complexidade que os tornam bastante custosos; ultrapassam, até mesmo, em muito, a somatória dos 19 orçamentos locais. Assim, possui baixa capacidade de gasto para fazer frente à crescente demanda de provisão de serviços urbanos, mesmo os fundamentais. Além desse enorme constrangimento financeiro, a gestão metropolitana vê-se diante de grande diversidade e assimetria de situações, como por exemplo, municípios com receitas per capita várias vezes superiores às de seus vizinhos, que tornam complexa uma tomada de decisão, mesmo em relação a problemas comuns (FERNANDES, BRANDÃO e CANO, 2002, p. 421).

As diferentes posições ocupadas pelas três cidades analisadas neste estudo na hierarquia metropolitana revelam uma alta diversidade, além de uma intensa relação de complementaridade. É por este motivo, que se faz primordial a busca por soluções comuns.

## **3.2. Características da população**

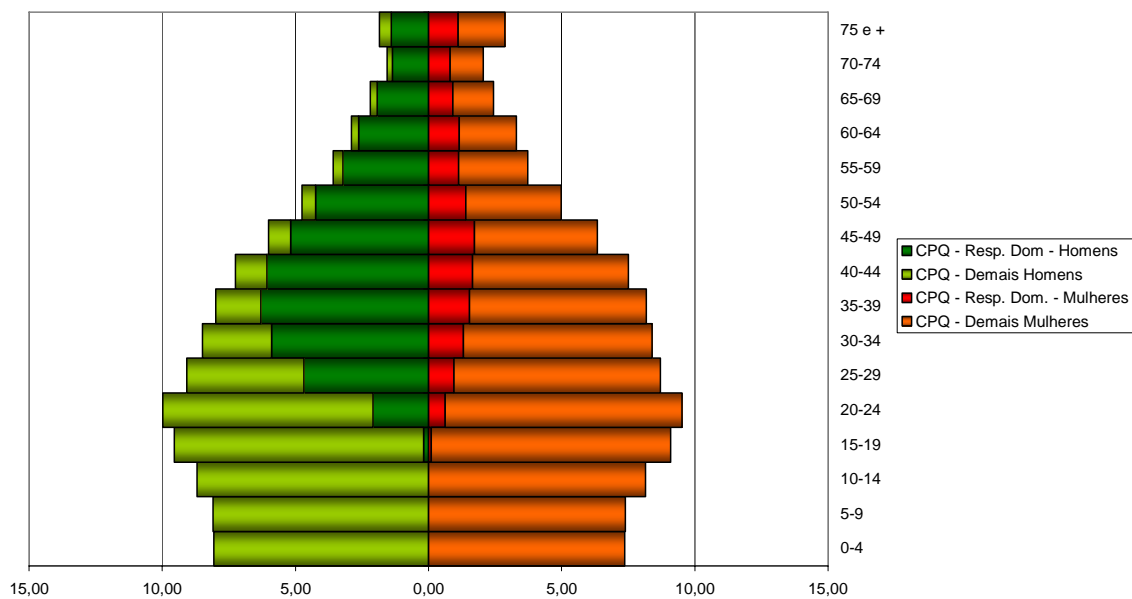
### **3.2.1. Distribuição etária e por sexo**

As pirâmides a seguir permitem visualizar a distribuição da população por sexo e idade nas três cidades investigadas. Em seu interior, os responsáveis por domicílios foram realçados pelas cores mais fortes.

As pirâmides etárias revelam uma maior proporção de população jovem em Hortolândia em relação a Campinas e a Indaiatuba e uma maior concentração relativa de população idosa em Campinas, cuja distribuição etária assemelha-se a de Indaiatuba.

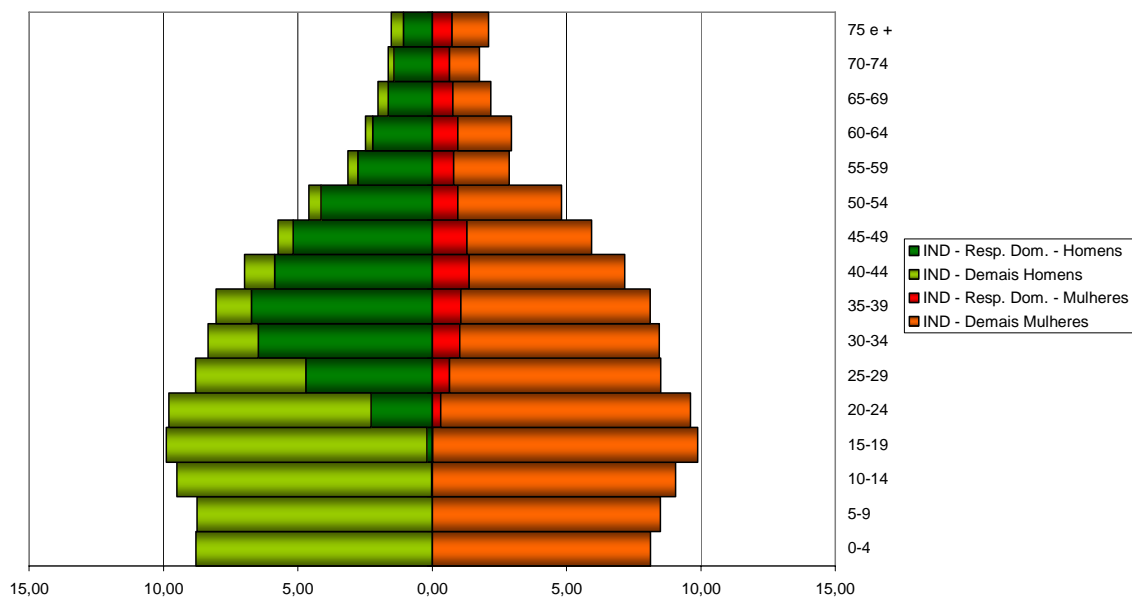
Uma explicação para suas formas é, em grande parte, possível pela análise do deslocamento populacional em direção a Campinas, Indaiatuba e Hortolândia conforme observado anteriormente. Embora a imigração a Indaiatuba tenha tido um importante peso para o incremento populacional, esta possui características diferentes da ocorrida em Hortolândia, onde o peso da população mais jovem é, ao lado da mais alta fecundidade deste município (Tabela 3.8), um reflexo da migração familiar. A primeira ocorreu nas chamadas “idades da migração”, de 20-39 anos (BAENINGER, 2002, p.112). Um tipo de imigração similar a Indaiatuba provavelmente tenha prevalecido em Campinas na última década.

**GRÁFICO 3.1 - Campinas: pirâmide etária da população total urbana e dos responsáveis por domicílios - 2000**



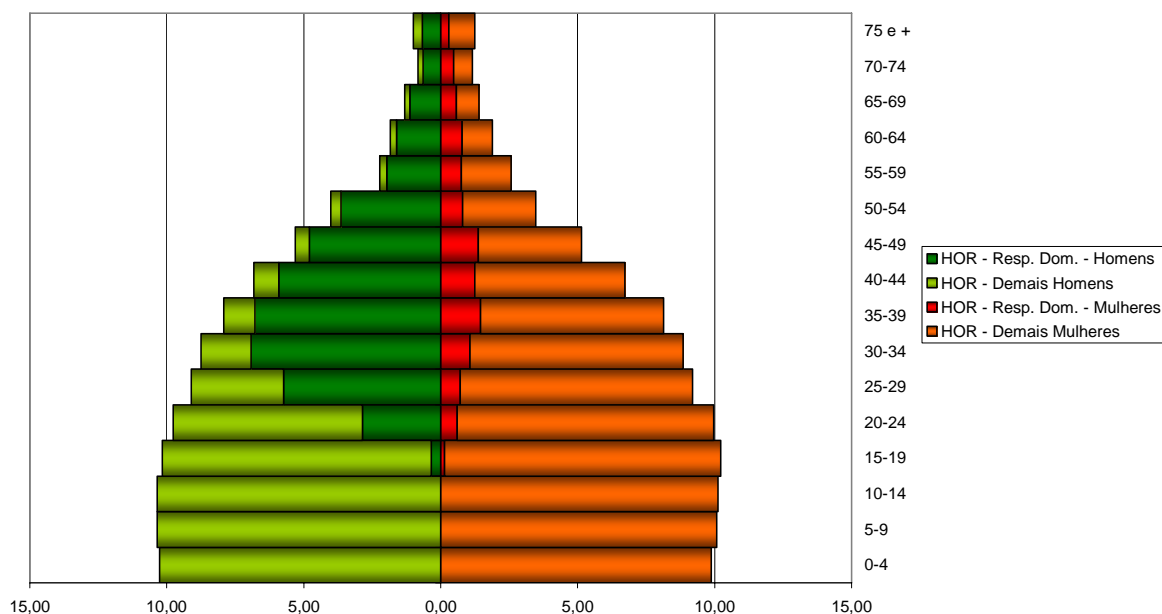
Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

**GRÁFICO 3.2 - Indaiatuba: pirâmide etária da população total urbana e dos responsáveis por domicílios - 2000**



Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

**GRÁFICO 3.3 - Hortolândia: pirâmide etária da população total urbana e dos responsáveis por domicílios - 2000**



Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

Os municípios caracterizados pela recepção da migração intrametropolitana exibem maiores proporções de populações jovens (0-14 anos), como ocorre em Hortolândia, Monte Mor, Sumaré, apontando a importância da migração familiar, bem como de taxas de fecundidade mais elevadas nessas áreas que na sede regional. Em contrapartida, aqueles são os municípios com menores proporções de idosos (BAENINGER, 2002, p. 109).

Novamente, Indaiatuba e Campinas assemelham-se mais na forma em relação aos responsáveis por domicílios, tendo Hortolândia uma proporção menor de mulheres com idades acima de 70 anos.

Para uma visão da composição da população urbana resumida em três faixas etárias relacionadas a razões de dependência específicas, segue a tabela 3.7, que sintetiza a informação já verificada através da comparação das pirâmides etárias, que a população de Hortolândia é a mais jovem. A população de Indaiatuba encontra-se com uma situação intermediária relativa à idade. Segundo Caiado *et al* (2002) a população feminina de Campinas é a maior no interior da RMC.

TABELA 3.7 – ESTRUTURA ETÁRIA E RAZÕES DE DEPENDÊNCIA:  
POPULAÇÃO **URBANA** – 2000

Idade	Campinas	Hortolândia	Indaiatuba
Menos de 15 anos (N)	227 389	46 527	38 154
15 a 64 anos (N)	663 786	100 706	98 479
65 anos e mais (N)	61 855	5 290	8 107
Total (N)	953 030	152 523	144 740
R.d. de jovens (0-14) (%)	34,3	46,2	38,7
R.d. de idosos (65 e +) (%)	9,3	5,3	8,2
R.d. total (%)	43,6	51,5	47,0

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

A relativamente elevada razão de dependência de jovens de Hortolândia e a informação sobre a alta concentração de violência nesta cidade resultam em uma combinação, que necessita de políticas públicas prioritárias.

TABELA 3.8 - ESTRUTURA ETÁRIA E RAZÕES DE DEPENDÊNCIA:  
POPULAÇÃO **TOTAL** - 1991 E 2000

	Campinas		Hortolândia		Indaiatuba	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Menos de 15 anos (N)	243 488	232 609	32 292	46 527	31 899	39 039
15 a 64 anos (N)	559 501	673 419	54 850	100 631	64 599	99 907
65 anos e mais (N)	43 748	63 368	2 427	5 365	4 450	8 104
Total	846 737	969 396	89 569	152 523	100 948	147 050
R. d. de jovens (0-14) (%)	43,5	34,5	58,9	46,2	49,4	39,1
R. d. de idosos (65 e +) (%)	7,8	9,4	4,4	5,3	6,9	8,1
R. d. total (%)	51,3	44,0	63,3	51,6	56,3	47,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M), 1991-2000 / Perfil Municipal - Tab. Dem.

A análise da evolução desses dados entre os períodos abordados nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 revela um aumento da razão de dependência de idosos em todos os municípios, enfatizando a necessidade de acompanhamento destas mudanças demográficas por políticas públicas relacionadas à saúde, previdência social, entre outras. A diminuição da razão de dependência total está relacionada com a alteração dos padrões da fecundidade, a maior parcela constitutiva da razão de dependência total, conforme taxas desagregadas, é a de jovens para os dois períodos.

TABELA 3.9 - INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE - 1991 E 2000

	Campinas		Hortolândia		Indaiatuba	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	23,6	14,1	24,1	14,1	23,4	12,9
Esperança de vida ao nascer (anos)	69,7	72,2	69,5	72,2	69,8	72,9
Taxa de Fecundidade Total* (filhos por mulher)	1,9	1,8	3,0	2,3	2,7	1,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M), 1991-2000 / Perfil Municipal - Tab. Dem.

\* "Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico" (DATASUS).

Hortolândia apresenta uma significativa diminuição de 23,33% da taxa de fecundidade total no período, assim como Indaiatuba: 29,63%. A de Campinas já era baixa e praticamente manteve o nível. Campinas e Indaiatuba apresentam um nível inferior ao de reposição.

### 3.2.2. Instrução

A análise da evolução de características relativas à instrução das populações<sup>30</sup> das três cidades, entre os dois períodos relativos aos dois últimos Censos Demográficos, através dos dados disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, permite as seguintes observações:

Sem exceção, os dados revelam uma melhora considerável da inserção de jovens (7 a 24 anos) na educação formal para o período relativo ao Censo Demográfico de 2000 em relação ao de 1991 nos três municípios, reflexo positivo de políticas promotoras da universalização do ensino.

Também é importante observar a permanência de pré-adolescentes (em idades entre 10 e 14 anos) no Ensino Fundamental mesmo após o término da quarta série. Existe, portanto, uma continuidade dos estudos, o que é bastante positivo.

Igualmente, nota-se um significativo avanço do nível educacional da população adulta (25 anos e mais) em todas as comparações realizadas.

<sup>30</sup> Os três níveis de instrução principais segundo cor, ou raça são apontados no anexo.

Hortolândia, seguida de Indaiatuba, apresenta taxas mais elevadas de pessoas com menos de oito anos de estudo do que Campinas. O mesmo ocorre na comparação entre pessoas com menos de quatro anos de estudo e taxas de analfabetismo. Por outro lado, as porcentagens de frequência escolar são muito similares entre os municípios para as faixas etárias de 7 a 14 e de 10 a 14. É na frequência de jovens de 15 a 17 anos que é novamente observada uma desvantagem para Hortolândia, com a menor proporção, seguida por Indaiatuba e Campinas, embora sejam pequenas as diferenças.

Mas através de projetos como “Grupo de Apoio”, para alunos que apresentam dificuldades, “AJA” alfabetização de jovens e adultos (30 turmas), “EJA” – supletivo, “Sala de Leitura”, “Sala de Pesquisa” para professores, com material didático, entre outros, nota-se uma preocupação da Secretaria da Educação de Hortolândia em melhorar este quadro (PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA).

TABELA 3.10 - NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO JOVEM E ADULTA - 1991 E 2000

	Campinas							
	Taxa de Analf.		% c/ (-) 4 a. est.		% c/ (-) 8 a. est.		% freq. esc.	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	7,2	5,3	-	-	-	-	91,3	96,4
10 a 14	2,4	1,1	45,6	30,3	-	-	90,8	96,5
15 a 17	2,2	0,7	10,6	6,0	64,6	37,3	67,6	84,5
18 a 24	2,5	1,3	9,9	6,1	43,9	26,1	-	-
25 anos e +	9,1	5,8	24,5	17,4	58,0	46,8	6,8	7,9
	Hortolândia							
7 a 14	9,1	5,1	-	-	-	-	90,7	96,5
10 a 14	2,5	0,8	52,4	30,3	-	-	89,8	96,6
15 a 17	3,0	1,5	14,8	7,5	74,0	48,1	60,0	80,0
18 a 24	2,7	1,1	13,2	7,1	62,1	35,2	-	-
25 anos e +	15,9	9,3	40,7	26,2	82,0	66,7	4,2	5,7
	Indaiatuba							
7 a 14	8,1	4,2	-	-	-	-	86,8	96,6
10 a 14	2,8	1,2	43,7	28,1	-	-	86,1	96,8
15 a 17	1,5	1,2	12,1	5,9	76,1	35,2	52,8	82,2
18 a 24	2,5	1,2	15,5	5,8	62,2	28,9	-	-
25 anos e +	12,5	7,7	35,3	23,1	74,6	58,8	5,0	6,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M), 1991-2000 / Perfil Municipal - Tab. Educ.

Verificada a existência de diferenças entre as cidades e de avanços entre os dois períodos, uma análise mais detalhada para a população com idades acima de 10 anos



(tabelas 3.11, 3.12 e 3.13), com dados do Censo Demográfico 2000, aponta que o analfabetismo absoluto, é encontrado mais entre as mulheres, no interior das cidades. As taxas de analfabetismo absoluto de homens e mulheres são em Campinas: 4,21 e 5,38; em Hortolândia: 5,90 e 8,04 e em Indaiatuba: 5,09 e 6,95. As mais altas taxas para as mulheres podem ser explicadas pelo fato do analfabetismo ser proporcionalmente mais freqüente na população mais idosa, com peso maior entre as mulheres, cuja inserção na educação formal era mais restrita no passado.

Isto pode ser acompanhado pela tabela 3.11, relativas à Campinas, cujas taxas específicas de analfabetismo até a faixa etária de 49 anos são maiores para os homens, invertendo-se este quadro a partir dos 50 anos. Em Indaiatuba, esta alteração já ocorre a partir dos 35 anos (tabela 3.13) e, em Hortolândia (tabela 3.12), até os 44 anos, há pouca diferença entre os valores das taxas específicas de analfabetismo absoluto entre homens e mulheres (salvo na faixa etária de 20 a 24 anos), tornando-se claramente superiores entre as mulheres a partir dos 45 anos. A universalização da educação básica parece ter ocorrido mais tardiamente para a população feminina residente em Indaiatuba do que para aquela residente em Campinas, uma vez que as taxas de analfabetismo a partir dos 55 anos são mais elevadas na primeira cidade.

(...) é possível analisar com clareza que as proporções de alfabetizados são, significativamente, maiores para as mulheres até os 40 anos de idade. A partir daí, os homens apresentam taxas superiores às das mulheres. Este fenômeno, que já vinha ocorrendo em 1991, ainda se mantém em 2000, em todas as Grandes Regiões. Uma provável explicação para esse fato é que no passado (até os anos 60) os homens ainda tinham mais acesso à escola do que as mulheres (IBGE, 2002b, p. 18).

Gênero e espaço urbano são dois elementos importantes na análise do analfabetismo. A baixa escolaridade de mulheres no passado ainda é refletida pelas maiores taxas de analfabetismo absoluto feminino nas três cidades analisadas. Uma diferença em termos de espaço urbano também é nítida: as taxas de Hortolândia são as de maior peso, reflexo de sua formação com menores recursos de infra-estrutura e serviços como a educação básica, que pudesse atender tanto a população antiga quanto a recente, as quais geralmente pertencem a classes economicamente menos privilegiadas, apresentando igualmente baixa instrução. Há, porém, evidências de uma melhora significativa, conforme já mencionado.

O analfabetismo funcional<sup>31</sup> apresenta taxas menores entre homens e mulheres de Campinas: 10,75 e 11,19, seguidas por Indaiatuba: 12,86 e 13,77 e Hortolândia: 15,14 e 14,53. Novamente, as maiores taxas são encontradas entre a população feminina, com exceção de Hortolândia. Para este nível de instrução, a diferença entre homens e mulheres diminui. As taxas específicas de analfabetismo funcional são maiores entre os homens de Campinas até os 34 anos e a partir dos 65, o que antigamente já era uma vantagem em relação aos analfabetos absolutos, encontrados em maior peso entre as mulheres, conforme observado anteriormente. Em Hortolândia, isto ocorre até os 24 e a partir dos 55 anos e, em Indaiatuba, até os 14 anos e a partir dos 70 anos. Em Indaiatuba, pode-se dizer que o analfabetismo funcional possui um peso maior entre as mulheres em praticamente todas as faixas etárias.

Esta tendência de uma menor escolaridade em Hortolândia é mantida no restante da comparação dos demais anos de instrução. De quatro a sete anos de estudo, as taxas para homens e mulheres de Campinas são: 32,48% e 30,88%; de Hortolândia: 43,15% e 40,67% e Indaiatuba: 37,26% e 36,67%. As taxas para oito anos de estudo são similares para as três cidades respectivamente: 12,40% – 11,77%; 13,41% – 12,62% e 13,38% – 11,77%. Uma diferença significativa entre as cidades é verificada na comparação de 9 anos de estudo e mais na população masculina e feminina: para Campinas os valores são 40,15 e 40,78; Hortolândia: 22,40 e 24,15 e Indaiatuba: 31,41 e 30,84. As mulheres já apresentam proporções um pouco maiores de participação nesta faixa de maior escolaridade em Hortolândia, chegando muito próximos os valores para Indaiatuba e Campinas. Isto demonstra uma mais efetiva permanência de mulheres na instrução formal, como pré-requisito, ou resultado de sua crescente inserção no mercado de trabalho e da ampliação de sua participação em esferas extra-domiciliares.

Mas o mais baixo nível de instrução da população de Hortolândia observado na comparação estabelecida, não impediu uma importante conquista relativa à sua participação política e organização civil na emancipação do município apoiada na rede de capital social formada pelo Grupo de Jovens de Hortolândia e pelas Sociedades Amigos de Bairros “entidades representantes da população hortolandense, na defesa dos interesses e

---

<sup>31</sup> Que corresponde a pessoas de um a três anos de estudo concluídos.

necessidades da comunidade“ (DUARTE JUNIOR, 1992, p.8).

No plebiscito para a emancipação de Hortolândia, no dia 19 de maio, compareceram 19.592 dos 32.375 eleitores cadastrados. O mínimo necessário para validar a votação seria de 16.188 eleitores. (...) 19.081 (98,6%) foram pelo “sim” (...) (Folha de São Paulo, 23.08.1991 *apud* Duarte Junior, 1992, p. 229).

Isto demonstra que, nem sempre, existe uma relação direta entre instrução e formação de uma consciência política. A conscientização da necessidade de mudanças e a organização para que se estabelecesse um mínimo de condições possíveis para isso, ocorreu mesmo com a baixa instrução da população de Hortolândia. Foi possível a formação de uma consciência coletiva capaz de dar os primeiros passos em direção à busca por melhores condições de vida da população, que depositou altas expectativas na emancipação.

TABELA 3.11 – NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CAMPINAS COM IDADES IGUAIS E ACIMA DE 10 ANOS – 2000

Faixa Etária	ANAB <sup>(1)</sup>		ANAF <sup>(2)</sup>		de 4 a 7 anos de estudo		8AE <sup>(3)</sup>		9 anos de estudo e mais		Total		Total por faixa etária			
	%		%		%		%		%		%		(N)		(%)	
	H*	M*	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
10-14	3,0	<b>2,2</b>	28,7	<b>26,0</b>	66,8	<b>70,3</b>	1,3	<b>1,5</b>	0,2	<b>0,0</b>	100,0	<b>100,0</b>	40 204	<b>39 727</b>	10,4	<b>9,6</b>
15-19	1,8	<b>1,2</b>	4,2	<b>3,5</b>	29,2	<b>21,8</b>	19,9	<b>19,6</b>	44,9	<b>53,9</b>	100,0	<b>100,0</b>	43 878	<b>44 115</b>	11,4	<b>10,7</b>
20-24	1,9	<b>1,5</b>	4,9	<b>3,5</b>	21,9	<b>18,6</b>	12,2	<b>11,2</b>	59,1	<b>65,1</b>	100,0	<b>100,0</b>	45 842	<b>46 371</b>	11,9	<b>11,2</b>
25-29	2,4	<b>1,6</b>	6,0	<b>5,2</b>	25,9	<b>22,9</b>	14,0	<b>13,6</b>	51,7	<b>56,7</b>	100,0	<b>100,0</b>	41 781	<b>42 412</b>	10,8	<b>10,2</b>
30-34	2,9	<b>2,3</b>	7,0	<b>6,9</b>	27,3	<b>24,6</b>	15,8	<b>14,1</b>	47,1	<b>52,0</b>	100,0	<b>100,0</b>	39 119	<b>40 810</b>	10,1	<b>9,9</b>
35-39	2,6	<b>2,3</b>	6,9	<b>8,3</b>	26,2	<b>26,3</b>	14,6	<b>14,6</b>	49,7	<b>48,5</b>	100,0	<b>100,0</b>	36 850	<b>39 844</b>	9,6	<b>9,6</b>
40-44	3,3	<b>3,0</b>	8,3	<b>8,9</b>	28,6	<b>29,8</b>	13,9	<b>13,3</b>	45,9	<b>45,1</b>	100,0	<b>100,0</b>	33 400	<b>36 532</b>	8,7	<b>8,8</b>
45-49	4,2	<b>3,9</b>	9,1	<b>12,4</b>	29,9	<b>29,9</b>	13,5	<b>13,3</b>	43,4	<b>40,5</b>	100,0	<b>100,0</b>	27 708	<b>30 832</b>	7,2	<b>7,4</b>
50-54	5,4	<b>8,3</b>	11,7	<b>16,3</b>	35,0	<b>32,3</b>	11,6	<b>10,3</b>	36,3	<b>32,9</b>	100,0	<b>100,0</b>	21 907	<b>24 129</b>	5,7	<b>5,8</b>
55-59	6,7	<b>11,0</b>	16,3	<b>20,2</b>	33,2	<b>33,4</b>	10,5	<b>9,2</b>	33,3	<b>26,2</b>	100,0	<b>100,0</b>	16 521	<b>18 018</b>	4,3	<b>4,4</b>
60-64	9,4	<b>15,8</b>	18,3	<b>20,8</b>	39,2	<b>34,8</b>	7,6	<b>7,9</b>	25,5	<b>20,8</b>	100,0	<b>100,0</b>	13 232	<b>16 041</b>	3,4	<b>3,9</b>
65-69	11,7	<b>20,4</b>	19,6	<b>19,0</b>	35,7	<b>33,5</b>	8,3	<b>7,4</b>	24,8	<b>19,7</b>	100,0	<b>100,0</b>	9 982	<b>11 725</b>	2,6	<b>2,8</b>
70-74	16,3	<b>21,7</b>	19,7	<b>19,3</b>	33,7	<b>36,9</b>	7,6	<b>7,6</b>	22,6	<b>14,5</b>	100,0	<b>100,0</b>	7 172	<b>9 842</b>	1,9	<b>2,4</b>
75 e +	25,7	<b>31,0</b>	20,4	<b>17,5</b>	28,5	<b>32,5</b>	7,9	<b>7,0</b>	17,6	<b>11,9</b>	100,0	<b>100,0</b>	8 444	<b>13 890</b>	2,2	<b>3,4</b>
Taxa	4,2	<b>5,4</b>	10,8	<b>11,2</b>	32,5	<b>30,9</b>	12,4	<b>11,8</b>	40,2	<b>40,8</b>	100,0	<b>100,0</b>	/	/	100,0	<b>100,0</b>
Total p/ nível instr. (N)	16 266	<b>22 300</b>	41 488	<b>46 373</b>	125 396	<b>127 918</b>	47 884	<b>48 753</b>	155 006	<b>168 944</b>	/	/	386 040	<b>414 288</b>	/	/

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

Obs.: Foram excluídos dos cálculos os níveis “indeterminado e alfabetização de adultos”, equivalentes a 0,7% (homens) e 0,7% (mulheres) do total por sexo.

\* H = homens e M = mulheres.

(1) Analfabetismo absoluto / (2) Analfabetismo funcional / (3) 8 anos de estudo.

TABELA 3.12 – NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO DE HORTOLÂNDIA COM IDADES IGUAIS E ACIMA DE 10 ANOS – 2000

Faixa Etária	ANAB		ANAF		de 4 a 7 anos de estudo		8AE		9 anos de estudo e mais		Total		Total por faixa etária			
	%		%		%		%		%		%		(N)		(%)	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
10-14	3,4	<b>2,8</b>	30,9	<b>23,4</b>	64,5	<b>72,3</b>	1,1	<b>1,4</b>	0,2	<b>0,1</b>	100,0	<b>100,0</b>	7 859	<b>7 692</b>	13,1	12,7
15-19	1,6	<b>1,8</b>	6,1	<b>3,6</b>	40,1	<b>30,8</b>	19,8	<b>20,4</b>	32,5	<b>43,4</b>	100,0	<b>100,0</b>	7 657	<b>7 766</b>	12,7	12,8
20-24	2,7	<b>0,9</b>	5,8	<b>5,6</b>	29,4	<b>27,3</b>	15,4	<b>16,0</b>	46,7	<b>50,3</b>	100,0	<b>100,0</b>	7 417	<b>7 582</b>	12,3	12,5
25-29	2,2	<b>2,5</b>	7,9	<b>8,6</b>	38,5	<b>37,6</b>	17,8	<b>16,5</b>	33,5	<b>34,8</b>	100,0	<b>100,0</b>	6 888	<b>6 973</b>	11,4	11,5
30-34	3,3	<b>3,8</b>	9,5	<b>8,9</b>	39,8	<b>39,6</b>	17,8	<b>19,0</b>	29,6	<b>28,7</b>	100,0	<b>100,0</b>	6 632	<b>6 688</b>	11,0	11,0
35-39	6,1	<b>5,2</b>	10,1	<b>16,8</b>	44,3	<b>43,2</b>	16,4	<b>14,6</b>	23,1	<b>20,3</b>	100,0	<b>100,0</b>	6 001	<b>6 156</b>	10,0	10,1
40-44	4,9	<b>5,3</b>	15,1	<b>17,3</b>	49,3	<b>49,8</b>	16,6	<b>12,8</b>	14,1	<b>14,8</b>	100,0	<b>100,0</b>	5 175	<b>5 115</b>	8,6	8,4
45-49	3,8	<b>10,8</b>	17,7	<b>21,7</b>	53,1	<b>41,3</b>	12,4	<b>10,6</b>	13,1	<b>15,6</b>	100,0	<b>100,0</b>	4 036	<b>3 888</b>	6,7	6,4
50-54	11,6	<b>17,4</b>	24,4	<b>24,3</b>	43,2	<b>42,6</b>	9,8	<b>6,8</b>	10,9	<b>9,0</b>	100,0	<b>100,0</b>	3 055	<b>2 622</b>	5,1	4,3
55-59	16,3	<b>27,5</b>	30,5	<b>29,8</b>	38,9	<b>31,7</b>	10,8	<b>4,2</b>	4,1	<b>6,8</b>	100,0	<b>100,0</b>	1 682	<b>1 933</b>	2,8	3,2
60-64	23,1	<b>37,4</b>	32,0	<b>24,9</b>	36,3	<b>27,7</b>	4,6	<b>4,9</b>	4,1	<b>5,2</b>	100,0	<b>100,0</b>	1 407	<b>1 432</b>	2,3	2,4
65-69	27,9	<b>52,4</b>	36,6	<b>28,5</b>	29,4	<b>12,1</b>	1,9	<b>3,2</b>	4,2	<b>3,8</b>	100,0	<b>100,0</b>	1 003	<b>1 058</b>	1,7	1,7
70-74	33,6	<b>45,9</b>	32,3	<b>31,1</b>	21,0	<b>23,0</b>	3,4	<b>0,0</b>	9,8	<b>0,0</b>	100,0	<b>100,0</b>	625	<b>869</b>	1,0	1,4
75 e +	49,4	<b>59,2</b>	29,2	<b>24,4</b>	14,3	<b>12,8</b>	1,2	<b>1,0</b>	5,9	<b>2,7</b>	100,0	<b>100,0</b>	767	<b>933</b>	1,3	1,5
Taxa	5,9	<b>8,0</b>	15,1	<b>14,5</b>	43,2	<b>40,7</b>	13,4	<b>12,6</b>	22,4	<b>24,2</b>	100,0	<b>100,0</b>	/	/	100,0	100,0
Total p/ nível instr.																
(N)	3 555	<b>4 879</b>	9 114	<b>8 819</b>	25 977	<b>24 692</b>	8 075	<b>7 659</b>	13 483	<b>14 658</b>	/	/	60 204	<b>60 707</b>		

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

Obs.: Foram excluídos dos cálculos os níveis "indeterminado e alfabetização de adultos", equivalentes a 0,60% (homens) e 0,52% (mulheres) do total por sexo.

TABELA 3.13 – NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO DE INDAIATUBA COM IDADES IGUAIS E ACIMA DE 10 ANOS – 2000

Faixa Etária	ANAB		ANAF		de 4 a 7 anos de estudo		8AE		9 anos de estudo e mais		Total		Total por faixa etária			
	%		%		%		%		%		%		(N)		(%)	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
10-14	2,3	<b>1,5</b>	28,3	<b>23,4</b>	67,3	<b>73,8</b>	2,2	<b>1,3</b>	0,0	<b>0,0</b>	100,0	<b>100,0</b>	6 850	<b>6 568</b>	11,6	<b>10,9</b>
15-19	2,3	<b>1,3</b>	3,3	<b>3,6</b>	28,5	<b>23,1</b>	22,8	<b>23,2</b>	43,0	<b>48,9</b>	100,0	<b>100,0</b>	7 114	<b>7 132</b>	12,0	<b>11,9</b>
20-24	1,5	<b>1,3</b>	4,9	<b>4,4</b>	24,7	<b>23,0</b>	14,8	<b>12,3</b>	54,1	<b>59,0</b>	100,0	<b>100,0</b>	7 003	<b>6 942</b>	11,8	<b>11,6</b>
25-29	2,3	<b>2,3</b>	7,4	<b>8,4</b>	31,7	<b>32,1</b>	16,9	<b>13,8</b>	41,7	<b>43,3</b>	100,0	<b>100,0</b>	6 342	<b>6 138</b>	10,7	<b>10,2</b>
30-34	3,1	<b>1,5</b>	9,1	<b>11,0</b>	34,3	<b>36,7</b>	16,9	<b>12,6</b>	36,7	<b>38,2</b>	100,0	<b>100,0</b>	5 955	<b>6 074</b>	10,1	<b>10,1</b>
35-39	3,0	<b>3,1</b>	9,4	<b>10,9</b>	36,7	<b>37,2</b>	16,4	<b>16,1</b>	34,6	<b>32,8</b>	100,0	<b>100,0</b>	5 772	<b>5 836</b>	9,8	<b>9,7</b>
40-44	3,8	<b>5,2</b>	12,5	<b>13,8</b>	33,3	<b>39,3</b>	15,9	<b>14,1</b>	34,5	<b>27,7</b>	100,0	<b>100,0</b>	4 991	<b>5 185</b>	8,4	<b>8,6</b>
45-49	3,3	<b>8,1</b>	14,8	<b>16,8</b>	40,4	<b>37,4</b>	11,3	<b>11,6</b>	30,3	<b>26,2</b>	100,0	<b>100,0</b>	4 126	<b>4 275</b>	7,0	<b>7,1</b>
50-54	6,6	<b>9,4</b>	19,2	<b>25,3</b>	39,2	<b>37,7</b>	10,0	<b>6,9</b>	25,0	<b>20,7</b>	100,0	<b>100,0</b>	3 291	<b>3 469</b>	5,6	<b>5,8</b>
55-59	11,9	<b>22,3</b>	15,2	<b>21,2</b>	47,1	<b>36,2</b>	8,8	<b>6,8</b>	17,0	<b>13,5</b>	100,0	<b>100,0</b>	2 247	<b>2 023</b>	3,8	<b>3,4</b>
60-64	17,4	<b>24,9</b>	19,4	<b>23,3</b>	37,3	<b>35,3</b>	6,3	<b>6,9</b>	19,6	<b>9,6</b>	100,0	<b>100,0</b>	1 765	<b>2 141</b>	3,0	<b>3,6</b>
65-69	22,0	<b>31,8</b>	23,0	<b>28,2</b>	36,1	<b>27,5</b>	8,4	<b>5,2</b>	10,5	<b>7,5</b>	100,0	<b>100,0</b>	1 426	<b>1 584</b>	2,4	<b>2,6</b>
70-74	22,7	<b>31,8</b>	32,3	<b>26,9</b>	30,0	<b>31,4</b>	1,9	<b>3,2</b>	13,0	<b>6,7</b>	100,0	<b>100,0</b>	1 183	<b>1 236</b>	2,0	<b>2,1</b>
75 e +	35,5	<b>43,9</b>	25,2	<b>22,7</b>	27,6	<b>21,8</b>	4,4	<b>4,4</b>	7,3	<b>7,3</b>	100,0	<b>100,0</b>	1 094	<b>1 499</b>	1,9	<b>2,5</b>
Taxa	5,1	<b>7,0</b>	12,9	<b>13,8</b>	37,3	<b>36,7</b>	13,4	<b>11,8</b>	31,4	<b>30,8</b>	100,0	<b>100,0</b>	/	/	100,0	<b>100,0</b>
Total p/ nível instr. (N)	3 013	<b>4 176</b>	7 606	<b>8 277</b>	22 040	<b>22 039</b>	7 916	<b>7 074</b>	18 584	<b>18 536</b>	/	/	59 159	<b>60 102</b>		

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

Obs.: Foram excluídos dos cálculos os níveis “indeterminado e alfabetização de adultos”, equivalentes a 0,65% (homens) e 0,61% (mulheres) do total por sexo.

As populações estudadas possuem concentração populacional em diferentes grupos etários, ficando evidente, conforme mencionado anteriormente, o caso de Hortolândia e sua população proporcionalmente mais jovem. Como se sabe que o analfabetismo é maior nas faixas etárias mais avançadas, como reflexo de situações educacionais anteriores, é necessário eliminar-se o efeito das diferenças etárias da população nas taxas de analfabetismo. Por este motivo, faz-se necessária, a utilização da técnica de padronização, para que estas diferenças sejam melhor compreendidas.

A população de Indaiatuba foi escolhida como padrão conforme explicação abaixo:

Uma decisão razoável seria efetuar a padronização em função de uma distribuição etária média, tanto quando se está comparando várias populações, como no caso de se tratar de comparação de uma mesma população, em períodos de tempo diferentes (CARVALHO *et al*, 1998, p. 45).

TABELA 3.14 - ANALFABETISMO ABSOLUTO DE PESSOAS COM 25 ANOS E MAIS - 2000

	IND	CPQ	HOR
Taxa geral padronizada	8,28	5,84	11,83
Taxa real	8,28	6,17	9,85

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

A faixa etária essencial para este trabalho é a da população com 25 anos e mais de idade, devido ao estudo da inserção no mercado de trabalho dos responsáveis por domicílios com a mesma faixa etária, no próximo capítulo, ser o ponto central. Por este motivo, a taxa geral de analfabetismo calculada já visa este objetivo<sup>19</sup>.

Portanto, se Hortolândia e Campinas tivessem as mesmas estruturas etárias de Indaiatuba, a taxa de analfabetismo absoluto de Campinas seria mais branda e a de Hortolândia teria um aumento de 16,74%. Com este exercício de padronização pôde ser constatada a importância do analfabetismo absoluto entre os adultos de Hortolândia, o que pela alta proporção de jovens, não foi claramente detectado através da taxa real.

A comparação entre as cidades revela os seguintes valores: há, em Indaiatuba, 42% a mais de analfabetos absolutos do que em Campinas; 43% a mais em Hortolândia do que em Indaiatuba e 102% a mais em Hortolândia do que em Campinas.

<sup>19</sup> Para a padronização completa: vide tabela 1A do anexo.

Já a aplicação das taxas do analfabetismo funcional<sup>20</sup> (próxima tabela) aponta o seguinte: se Campinas tivesse a mesma estrutura etária de Indaiatuba, sua taxa de analfabetismo funcional teria um aumento de 2,18%. Hortolândia também apresentaria uma taxa 7,01% mais elevada.

TABELA 3.15 – ANALFABETISMO FUNCIONAL DE PESSOAS COM 25 ANOS E MAIS - 2000

	IND	CPQ	HOR
Taxa geral padronizada	14,40	10,54	17,26
Taxa real	14,40	10,31	16,05

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

Indaiatuba possui 37% a mais de pessoas analfabetas funcionais que Campinas, Hortolândia em relação à Campinas: 64% e Hortolândia em relação à Indaiatuba: 20%.

Nota-se que a estrutura etária mais jovem de Hortolândia esconde mais significativamente analfabetismo absoluto do que o analfabetismo funcional da população adulta.

TABELA 3.16 - PESSOAS COM 25 ANOS E MAIS, COM 8 ANOS DE ESTUDO - 2000

	IND	CPQ	HOR
Taxa geral padronizada	12,27	12,52	12,54
Taxa real	12,27	12,39	13,39

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

Finalmente, taxas reais e padronizadas referentes a oito anos de estudo<sup>21</sup> revelam que, em Campinas, esta teria um aumento de 1,04% e a de Hortolândia uma diminuição de 6,78%. Hortolândia tem praticamente a mesma proporção de população com oito anos de estudo de Campinas e 2% a mais que Indaiatuba. Campinas tem também 2% a mais de população com oito anos de estudo em relação à Indaiatuba.

<sup>20</sup> Para a padronização completa: vide tabela 2A do anexo.

<sup>21</sup> Para padronização completa, vide Tabela 3A do anexo.



### 3.2.3 A inserção laboral

Como um dos elementos fundamentais para o enfrentamento de riscos sociais, a análise da inserção no mercado de trabalho revela que a população economicamente ativa (PEA) tem magnitudes semelhantes nas três cidades, apesar do maior peso da população mais jovem na estrutura etária de Hortolândia. Mas o desmembramento em população ocupada e desocupada já aponta diferenças entre elas e em relação ao desemprego, com destaque para Hortolândia.

TABELA 3.17 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA POR CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO (10 ANOS E MAIS) – 2000

	Campinas		Hortolândia		Indaiatuba	
População ocupada	409 198	50,8	58 109	47,8	62 451	52,0
População desocupada	79 142	9,8	16 469	13,5	11 351	9,5
PEA	488 340	60,6	74 579	61,3	73 802	61,5
População inativa	317 535	39,4	47 018	38,7	46 216	38,5
PIA	805 875	100,0	121 597	100,0	120 018	100,0
Taxa de desemprego total (%)*		16,2		22,1		15,4

IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

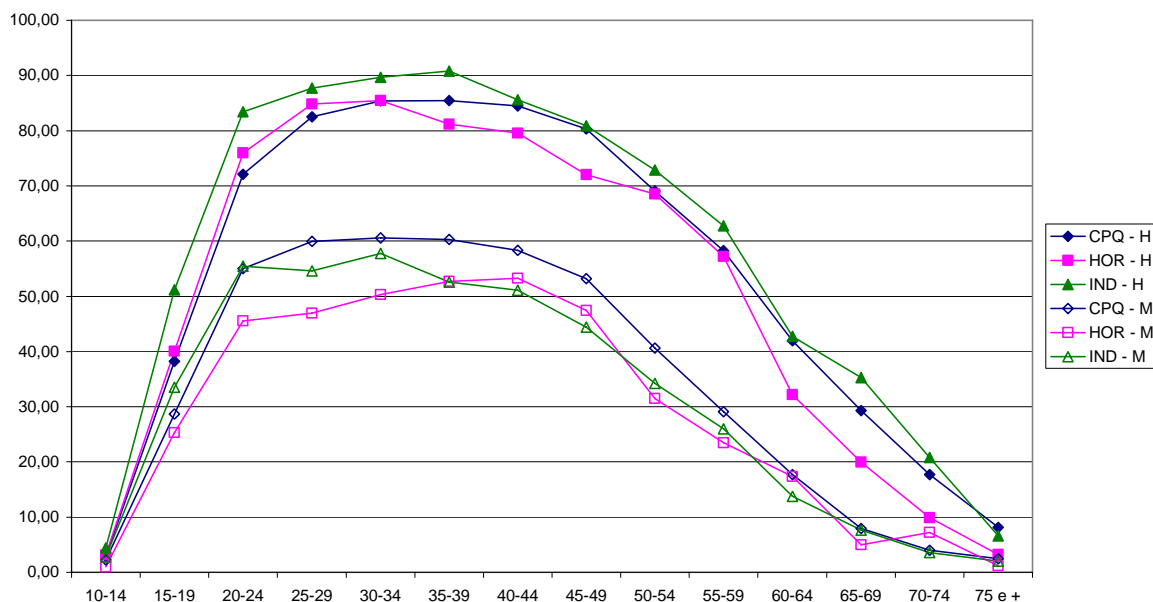
\* Calculada sobre a PEA.

A inserção na ocupação segundo faixas etárias e sexo, apresentada no gráfico 3.5<sup>22</sup>, revela uma diferenciação clara entre o nível de ocupação de homens e mulheres a partir dos 20 anos para as três cidades analisadas, diferença esta que diminui nas idades mais avançadas. É conhecida a maior inserção masculina no mercado de trabalho, embora a participação feminina tenha crescido.

---

<sup>22</sup> População ocupada (por faixa etária i) x 100 / PIA (por faixa etária i)

**GRÁFICO 3.4 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA  
MUNICÍPIOS DE CAMPINAS (CPQ), HORTOLÂNDIA (HOR) e INDAIATUBA (IND) - 2000**



Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro intensificou-se a partir da década de 70, em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e crescente urbanização. Prosseguiu na década de 80, apesar da estagnação econômica e deterioração das oportunidades de ocupação. E na primeira metade dos anos 90, período que se caracterizou pela intensa abertura econômica e pelos baixos investimentos e terceirização da economia, continuou a tendência crescente à incorporação da mulher na força de trabalho (LEONE, 2000, p. 85).

Comparando-se a inserção relativa das mulheres entre si e dos homens entre si nas três cidades, verifica-se que os homens de Indaiatuba, assim como mulheres de Campinas apresentam os mais elevados níveis de ocupação em praticamente todas as faixas etárias analisadas. Isto demonstra a diferenciação que há no interior da RMC de inserção no mercado de trabalho, não apenas por gênero, mas também segundo o espaço urbano contemplado.

O nível de instrução das mulheres de Campinas é claramente superior ao das mulheres de Indaiatuba e de Hortolândia, conforme apontado, o que, pelo menos parcialmente, poderia explicar sua maior inserção. Mas o mesmo não ocorre com os homens

de Indaiatuba: a maior escolaridade é encontrada entre os homens de Campinas. A fonte de tais diferenças estará provavelmente nos fatores de ordem econômica tais como a combinação entre forte industrialização, além de incentivos fiscais para sua implantação, setores de serviços e comércio em desenvolvimento, que empregam a mão de obra local e produzem oportunidades diferenciadas de trabalho também por sexo. É importante notar que a partir dos 35-39 anos, a inserção ocupacional das mulheres em Indaiatuba cai para níveis semelhantes aos de Hortolândia, que já são baixos desde as primeiras faixas etárias.

Uma menor inserção ocorre também entre os homens de Hortolândia. Devido à sua geralmente baixa escolaridade não são absorvidos pelo mercado local, que necessita de mão-de-obra qualificada, levando-os a uma situação de maior vulnerabilidade.

(...) no que diz respeito ao nível de desenvolvimento social, Hortolândia caracteriza-se como periferia de Campinas, abrigando uma população de baixa renda, que em grande parte trabalha em Campinas; ao mesmo tempo, é nesta cidade que reside a maior parte dos trabalhadores industriais de Hortolândia, cujos salários são mais altos. (...) Seu alto ritmo de crescimento industrial não se desdobrou em um processo de desenvolvimento socioeconômico mais integrado ao próprio município (NEGREIROS e TEIXEIRA, 2002, p.291).

Outro ponto a ser lembrado é o baixo desenvolvimento do setor de serviços nesta cidade, setor este que na economia contemporânea absorve grande parte da mão-de-obra tanto feminina, quanto masculina.

Há também uma baixa oferta de transporte público (apenas cinco linhas regulares) (NEGREIROS e TEIXEIRA, 2002, p. 305). Além do município ser constituído por bairros dispersos, existe uma pequena proporção de vias pavimentadas (somente 20%) (NEGREIROS e TEIXEIRA, 2002, p. 305), o que certamente dificulta a locomoção dos trabalhadores, aumentando o tempo do trajeto casa-trabalho, podendo tornar-se um obstáculo para a contratação de mão-de-obra desta cidade.

TABELA 3.18 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA SEGUNDO CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS – CAMPINAS – 2000

Faixas Etárias	Homens						Mulheres						Total					
	Pop. Ocup. (%)	Pop. Desoc. (%)	PEA (%)	Pop. Inat. (%)	Total (%)	Total (N)	Pop. Ocup. (%)	Pop. Desoc. (%)	PEA (%)	Pop. Inat. (%)	Total (%)	Total (N)	Pop. Ocup. (%)	Pop. Desoc. (%)	PEA (%)	Pop. Inat. (%)	Total (%)	Total (N)
10-14	2,9	3,2	6,1	93,9	100,0	40 328	2,3	2,1	4,9	95,1	100,0	39 905	2,6	2,9	5,5	94,5	100,0	80 233
15-19	38,3	19,3	57,6	42,4	100,0	44 236	28,7	21,3	49,8	50,2	100,0	44 508	33,5	20,2	53,7	46,3	100,0	88 744
20-24	72,1	14,8	86,9	13,1	100,0	46 282	55,0	18,7	73,7	26,3	100,0	46 589	63,5	16,7	80,3	19,7	100,0	92 871
25-29	82,5	9,8	92,3	7,7	100,0	42 082	60,0	13,7	73,7	26,3	100,0	42 626	71,2	11,8	82,9	17,1	100,0	84 708
30-34	85,4	9,0	94,4	5,6	100,0	39 347	60,6	11,6	72,2	27,9	100,0	41 060	72,7	10,3	83,1	17,0	100,0	80 407
35-39	85,5	8,3	93,7	6,3	100,0	37 083	60,3	10,4	70,7	29,3	100,0	40 017	72,4	9,4	81,8	18,2	100,0	77 100
40-44	84,5	8,0	92,5	7,5	100,0	33 582	58,4	9,3	67,6	32,4	100,0	36 721	70,8	8,7	79,5	20,5	100,0	70 303
45-49	80,3	8,3	88,6	11,4	100,0	27 838	53,2	7,8	60,9	39,1	100,0	31 033	66,0	8,0	74,0	26,0	100,0	58 871
50-54	69,1	9,2	78,3	21,7	100,0	22 023	40,6	5,4	46,0	54,0	100,0	24 356	54,1	7,2	61,4	38,6	100,0	46 379
55-59	58,2	6,6	64,8	35,2	100,0	16 625	29,1	3,8	32,9	67,1	100,0	18 197	43,0	5,2	48,2	51,9	100,0	34 822
60-64	41,9	5,1	47,1	53,0	100,0	13 412	17,7	1,8	19,5	80,5	100,0	16 170	28,7	3,3	32,0	68,0	100,0	29 582
65-69	29,3	3,8	33,1	66,9	100,0	10 093	7,9	0,8	8,7	91,3	100,0	11 930	17,7	2,2	19,9	80,1	100,0	22 023
70-74	17,7	2,1	19,8	80,2	100,0	7 213	4,0	0,6	4,6	95,4	100,0	10 028	9,7	1,2	10,9	89,1	100,0	17 241
75 e +	8,2	0,9	9,1	90,9	100,0	8 540	2,4	0,7	3,2	96,9	100,0	14 051	4,6	0,8	5,4	94,6	100,0	22 591
Total	61,2	9,5	70,6	29,4	100,0	388 684	41,1	10,1	51,3	48,8	100,0	417 191	50,8	9,8	60,6	39,4	100,0	805 875

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

TABELA 3.19 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA SEGUNDO CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS – HORTOLÂNDIA – 2000

Faixas Etárias	Homens						Mulheres						Total					
	Pop. Ocup. (%)	Pop. Desoc. (%)	PEA (%)	Pop. Inat. (%)	Total (%)	Total (N)	Pop. Ocup. (%)	Pop. Desoc. (%)	PEA (%)	Pop. Inat. (%)	Total (%)	Total (N)	Pop. Ocup. (%)	Pop. Desoc. (%)	PEA (%)	Pop. Inat. (%)	Total (%)	Total (N)
10-14	3,2	5,6	8,8	91,2	100,0	7 891	1,0	2,35	3,4	96,7	100,0	7 710	2,1	4,1	6,1	93,9	100,0	15 601
15-19	40,0	26,6	66,7	33,4	100,0	7 751	25,3	25,16	50,4	49,6	100,0	7 795	33,4	25,9	58,5	41,5	100,0	15 546
20-24	76,0	17,0	93,0	7,0	100,0	7 453	45,6	25,78	71,3	28,7	100,0	7 599	63,4	21,5	82,1	17,9	100,0	15 052
25-29	84,8	11,1	96,0	4,0	100,0	6 945	47,0	16,04	63,0	37,0	100,0	7 009	67,4	13,6	79,4	20,6	100,0	13 954
30-34	85,5	10,0	95,5	4,5	100,0	6 677	50,3	14,06	64,4	35,6	100,0	6 743	71,5	12,0	79,9	20,2	100,0	13 420
35-39	81,2	12,7	93,9	6,1	100,0	6 047	52,7	14,34	67,0	33,0	100,0	6 198	72,6	13,5	80,3	19,7	100,0	12 245
40-44	79,6	14,0	93,6	6,5	100,0	5 207	53,3	8,88	62,2	37,9	100,0	5 125	74,3	11,4	78,0	22,0	100,0	10 332
45-49	72,0	15,2	87,3	12,7	100,0	4 049	47,5	10,61	58,1	41,9	100,0	3 912	67,2	13,0	72,9	27,1	100,0	7 961
50-54	68,5	11,4	79,9	20,1	100,0	3 055	31,5	7,32	38,8	61,2	100,0	2 649	61,6	9,5	60,8	39,2	100,0	5 704
55-59	57,2	14,5	71,7	28,3	100,0	1 695	23,5	7,10	30,6	69,4	100,0	1 957	46,1	10,5	49,7	50,3	100,0	3 652
60-64	32,2	10,0	42,2	57,9	100,0	1 407	17,4	2,65	20,0	80,0	100,0	1 432	29,1	6,3	31,0	69,0	100,0	2 839
65-69	20,0	3,2	23,2	76,9	100,0	1 002	5,0	3,09	8,1	91,9	100,0	1 067	15,5	3,1	15,4	84,6	100,0	2 069
70-74	9,9	5,2	15,2	84,9	100,0	627	7,3	0,00	7,3	92,7	100,0	881	9,0	2,2	10,5	89,5	100,0	1 508
75 e +	3,3	0,0	3,3	96,7	100,0	767	1,2	0,00	1,2	98,8	100,0	944	0,1	0,0	2,1	97,9	100,0	1 711
Total	60,0	13,4	73,5	26,5	100,0	60 573	35,6	13,7	49,3	50,8	100,0	61 021	47,8	13,5	61,3	38,7	100,0	121 594

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

TABELA 3.20 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA SEGUNDO CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS – INDAIATUBA – 2000

Faixas Etárias	Homens						Mulheres						Total					
	Pop. Ocup. (%)	Pop. Desoc. (%)	PEA (%)	Pop. Inat. (%)	Total (%)	Total (N)	Pop. Ocup. (%)	Pop. Desoc. (%)	PEA (%)	Pop. Inat. (%)	Total (%)	Total (N)	Pop. Ocup. (%)	Pop. Desoc. (%)	PEA (%)	Pop. Inat. (%)	Total (%)	Total (N)
10-14	4,4	4,8	9,3	90,7	100,0	6 863	2,2	3,1	5,9	94,1	100,0	6 569	3,6	4,0	7,6	92,4	100,0	13 432
15-19	51,2	18,8	69,9	30,1	100,0	7 150	33,0	24,8	58,3	41,7	100,0	7 164	42,3	21,8	64,1	35,9	100,0	14 314
20-24	83,5	10,2	93,7	6,4	100,0	7 069	55,5	18,8	74,2	25,8	100,0	6 968	69,6	14,5	84,0	16,0	100,0	14 037
25-29	87,7	8,6	96,3	3,7	100,0	6 358	54,6	12,3	66,9	33,1	100,0	6 169	71,4	10,4	81,8	18,2	100,0	12 527
30-34	89,7	6,4	96,0	4,0	100,0	6 027	57,8	11,4	69,2	30,8	100,0	6 125	73,6	8,9	82,5	17,5	100,0	12 152
35-39	90,8	5,3	96,1	3,9	100,0	5 804	52,6	10,3	62,9	37,2	100,0	5 881	71,6	7,8	79,4	20,6	100,0	11 685
40-44	85,6	6,8	92,4	7,6	100,0	5 037	51,1	8,1	59,2	40,8	100,0	5 198	68,1	7,5	75,5	24,5	100,0	10 235
45-49	80,9	6,3	87,2	12,8	100,0	4 143	44,4	10,2	54,6	45,4	100,0	4 307	62,3	8,3	70,6	29,4	100,0	8 450
50-54	72,9	6,6	79,5	20,5	100,0	3 315	34,3	4,7	38,9	61,1	100,0	3 489	53,1	5,6	58,7	41,3	100,0	6 804
55-59	62,8	6,7	69,4	30,6	100,0	2 267	26,0	2,0	28,1	71,9	100,0	2 078	45,2	4,4	49,6	50,4	100,0	4 345
60-64	42,7	8,6	51,4	48,6	100,0	1 793	13,8	0,5	14,3	85,7	100,0	2 141	27,0	4,2	31,2	68,8	100,0	3 934
65-69	35,3	7,1	42,4	57,6	100,0	1 451	7,7	1,2	8,9	91,2	100,0	1 582	20,9	4,0	24,9	75,1	100,0	3 033
70-74	20,8	2,4	23,2	76,8	100,0	1 183	3,6	0,0	3,6	96,4	100,0	1 278	11,9	1,1	13,00	87,0	100,0	2 461
75 e +	6,6	0,9	7,5	92,5	100,0	1 093	2,0	0,5	2,5	97,5	100,0	1 519	3,9	0,7	4,6	95,4	100,0	2 612
Total	65,8	8,2	74,1	25,9	100,0	59 553	38,5	10,7	49,1	50,9	100,0	60 468	52,0	9,5	61,5	38,5	100,0	120 021

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

A população masculina ocupada entre 15 e 19 anos<sup>23</sup> é similar entre Hortolândia e Campinas, 38,3% e 40,0%, sendo superior em Indaiatuba, cujo valor é de 51,2%. As taxas de ocupação de homens da faixa etária seguinte são respectivamente: 72,1%, 76,0% e 83,5%, o que coloca Indaiatuba como a cidade com a mais alta absorção de mão-de-obra jovem masculina. Esse destaque de Indaiatuba ocorre também para as mulheres, principalmente na faixa etária entre 15 e 19 anos: 28,7% (CPQ), 25,3% (HOR) e 33,5% (IND). Para a faixa etária seguinte respectivamente: 55,0%, 45,6% e 55,5%, a diferença já é mais amena.

Nas três cidades, há ainda uma significativa proporção de inserção de homens entre 65 e 69 anos no mercado de trabalho: 29,3% (CPQ), 20,0% (HOR) e 35,3% (IND) e entre 70 e 74 anos, mesmo que em queda: 17,7%, 9,9% e 20,8% respectivamente. A inserção de mulheres cai consideravelmente em relação à faixa etária anterior, apresentando os seguintes valores: 7,9%, 5,0% e 7,7%, podendo conter um reflexo dos diferenciais de sexo da idade de aposentadoria, tanto por tempo de serviço quanto pela idade mínima, fixada na recente Reforma da Previdência em 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens, somado à menor inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, quando jovens.

As taxas de ocupação são relativamente altas nas faixas etárias intermediárias de homens de Campinas e Indaiatuba. Em Hortolândia, a população desocupada chama atenção.

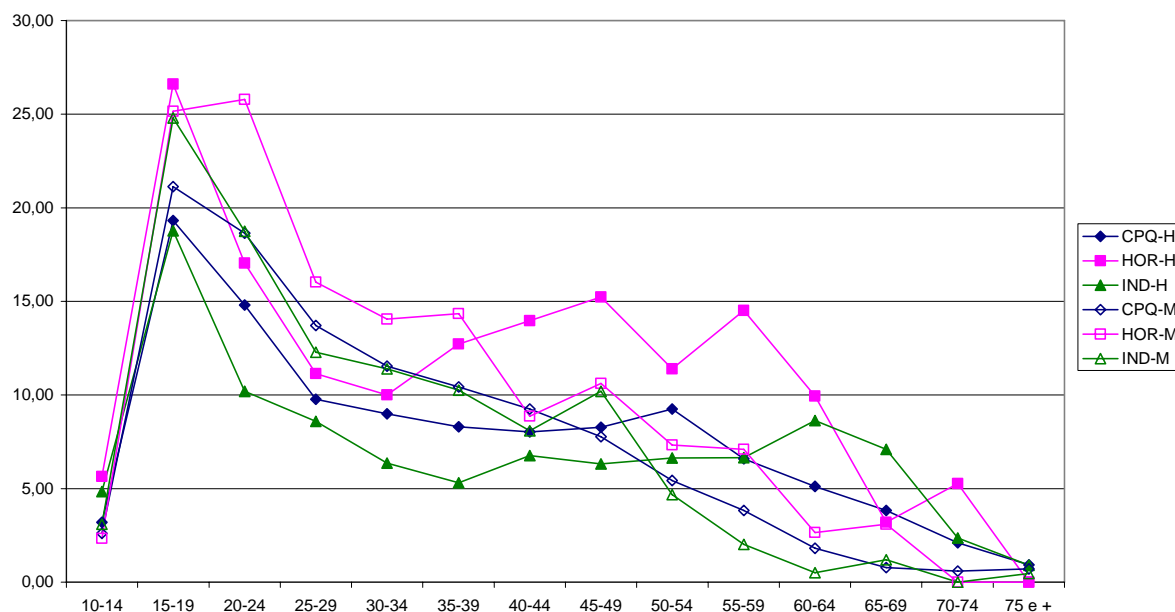
Mais nitidamente no gráfico seguinte<sup>24</sup>, é possível notar taxas de desocupação geralmente maiores entre as mulheres até os 49 anos, reflexo de sua crescente inserção no mercado de trabalho, que apresenta baixo poder de absorção de mão-de-obra, o que, muitas vezes, as submete a um maior risco de exploração. Novamente, em Hortolândia, há taxas de desocupação mais significativas.

---

<sup>23</sup> Conforme apontado anteriormente o trabalho para adolescentes entre 14 e 16 anos é permitido, se a ocupação for aprendiz, ou estagiário.

<sup>24</sup> População desocupada (idade i) x 100 / PIA (idade i).

**GRÁFICO 3.5. - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DESOCUPADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA  
MUNICÍPIOS DE CAMPINAS (CPQ), HORTOLÂNDIA (HOR) e INDAIATUBA (IND) - 2000**



Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

No entanto, no gráfico referente à desocupação, não são observados dois patamares claramente distintos, segundo gênero, como no caso da ocupação. Isto demonstra tanto uma situação vulnerável de homens devido à redução do emprego industrial, quanto uma crescente tentativa de entrada de mulheres no mercado de trabalho, de forma geral, pouco receptivo.

A análise da população desocupada revela seu maior nível na faixa etária entre 15 e 19 anos dos homens em Hortolândia, seguidos pelas mulheres da mesma cidade e depois das populações femininas de Indaiatuba e Campinas.

Nas faixas etárias entre 20 e 34 anos, nota-se uma separação mais evidente entre as taxas de desocupação de homens e de mulheres, sendo as destas últimas as mais elevadas e, na seguinte ordem decrescente: HOR, CPQ e IND. No grupo seguinte, entre 35 e 39 anos, o nível de desocupação de homens de HOR novamente supera os das mulheres das outras



idades, seguindo com o mais elevado até os 59 anos<sup>25</sup>. Até este ponto, o menor dinamismo no que diz respeito ao oferecimento de vagas à população de Hortolândia confirma-se.

A partir dos 45 anos, as mulheres de Campinas apresentam taxas menos elevadas de desocupação do que os homens da mesma cidade, o que pode revelar uma substituição mais precoce de trabalhadores do sexo masculino em função de idades menos jovens, o que não ocorre entre as mulheres dada a diferenciação das atividades desempenhadas por cada sexo, conforme melhor desenvolvido no capítulo seguinte. Isto também é notado entre homens em relação às mulheres de Indaiatuba dos 50 aos 59 anos.

Parte desta variação encontrada pode ser explicada pela diferenciada posição de cada município no que diz respeito ao oferecimento de empregos, sintetizada a seguir:

TABELA 3.21 - PARTICIPAÇÃO DOS 3 MUNICÍPIOS NO Nº TOTAL DE EMPREGOS DA RMC POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Municípios	Agropecuária		Indústria		Comércio		Serviços		Adm. Pública <sup>(1)</sup>		Total	
	N	%*	N	%*	N	%*	N	%*	N	%*	N	%*
CPQ	2 016	17,6	59 988	31,6	50 189	52,8	110 883	62,4	19 516	42,2	242 592	46,6
HOR	104	0,9	7 264	3,8	2 711	2,9	1 306	0,7	2 329	5,0	13 714	2,6
IND	631	5,5	13 508	7,1	4 712	5,0	6 701	3,8	2 924	6,3	28 476	5,5
Total	11 424	100,0	189 699	100,0	95 090	100,0	177 799	100,0	46 257	100,0	520 269	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho; Relação Anual de Inf. Sociais, 2000. / Elaboração EMPLASA (EMPLASA), 2002  
 (1) Adm. Pública, Defesa e Seguridade Social. / Obs.: Vide notas e esclarecimentos. / \* (%) por setor na RMC

Outro elemento a ser acrescentado é ausência de dois programas fundamentais, que beneficiariam a população de Hortolândia: o de “geração de trabalho e renda” e o de “ação de capacitação profissional”, conforme tabela 3.22.

<sup>25</sup> Os pontos referentes à desocupação das populações de Indaiatuba e Hortolândia acima de 60 anos devem ser analisados com cautela devido à alta probabilidade de erro, já que correspondem, na maioria dos casos, a menos de 100 pessoas, tamanho de estimativa com erro padrão aproximado de 29. Fonte: Censo Demográfico 2000 – Documentação dos microdados da amostra.

TABELA 3.22 - PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA – 2001

	CPQ	HOR	IND
Incentivos para atração de atividades econômicas	Sim	Sim	Sim
Benefício tributário relativo ao IPTU	Sim	Sim	Sim
Benefício tributário relativo ao ISS	Sim	Sim	<b>Não</b>
Doação de terras	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>
Fornecimento de infra-estrutura	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>
Distrito industrial	Sim	<b>Não</b>	Sim
Outros incentivos	<b>Não</b>	<b>Não</b>	Sim
Programa de geração de trabalho e renda	Sim	<b>Não</b>	Sim
Programa ou ação de capacitação profissional	Sim	<b>Não</b>	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001 – Tabelas 6.4 (respectivos munic.)  
Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/munic2001/>> Acesso em: 03.11.05

Como síntese deste capítulo, foi observado para os três municípios da RMC um diferenciado nível de instrução de sua população e de inserção econômica e desocupação por faixas etárias, com destaque para a maior vulnerabilidade encontrada entre a população de Hortolândia. No que tange a infra-estrutura, é observada, também nesta cidade, a maior defasagem: é mínima a cobertura da rede geral de esgoto e pluvial, assim como o destino dos resíduos sólidos, o asfaltamento de ruas e o transporte público.

A comparação de dados do Censo Demográfico 2000 em relação aos de 1991 demonstrou importantes avanços nas três cidades, mas que também existe muito a ser realizado tanto em termos de infra-estrutura, quanto de instrução. A necessidade de criação de oportunidades de trabalho foi igualmente detectada, principalmente no caso de Hortolândia.

Além das diferenciações encontradas entre os espaços urbanos, é importante observar que existe uma congruência relativa às três cidades no que diz respeito a gênero e idade, obedecendo ao que ocorre no Brasil: maior escolaridade de mulheres mais jovens e de homens mais idosos, além da manutenção de maior inserção econômica de homens. Os destaques positivos em termos relativos na comparação estabelecida são: a instrução para Campinas e a absorção da população, principalmente masculina, no mercado de trabalho para Indaiatuba.

## **4 – Vulnerabilidade sociodemográfica e instrução formal**

### **4.1. Inserção no mercado de trabalho de responsáveis por domicílios e o papel da instrução formal**

#### **4.1.1. Considerações sobre a instrução de chefes de domicílios**

A instrução é o ponto central que guia toda a análise deste estudo: até que ponto, sua ausência, ou interrupção em níveis ainda iniciais de desenvolvimento poderiam realmente influenciar na inserção de responsáveis por domicílios no mercado de trabalho, o principal risco a ser analisado, assim como na vida de seus filhos residentes? Existe uma diferença entre analfabetos absolutos e funcionais no que diz respeito à inserção na sociedade?

Há consenso entre os especialistas em desenvolvimento de que a educação é fundamental para a redução das disparidades sociais e econômicas. Além disso, a tendência à revalorização dos conteúdos da educação geral é um elemento chave nos processos de qualificação profissional com vistas às novas tecnologias. Portanto, o nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio, principalmente para aqueles do sexo feminino, é determinante para avaliar o bem-estar de seus dependentes (IBGE, 2002b, p. 19).

Os gráficos 4.1 a 4.6 confirmam tendências já apontadas no capítulo anterior referentes à população: nota-se que o analfabetismo absoluto (em vermelho) é representativo entre as responsáveis por domicílios de Hortolândia e o funcional (em laranja) é relevante na população feminina de chefes de domicílios desta cidade e de Indaiatuba (gráficos 4.5 e 4.6) principalmente. Chefes com quatro a sete anos de estudo (em verde claro) são predominantes em Hortolândia e em Indaiatuba. A representação de responsáveis com oito anos de estudo (em verde escuro) é similar em quatro dos grupos, sendo um pouco menor no caso de mulheres chefes de domicílios de Hortolândia e Indaiatuba. E finalmente, nesta última cidade, é alta a participação de homens responsáveis com nove anos e mais de estudo; entre as mulheres, o peso das duas formas de analfabetismo é maior. Em Campinas, o destaque é para homens e mulheres responsáveis com a mais alta faixa de instrução desta comparação: 9 anos e mais de estudo (em azul).

Nota-se uma diferença clara referente aos níveis de instrução dos chefes de domicílios aqui estudados, confirmando o que já foi observado para as populações de 10 anos e mais de idade de cada município, analisadas no capítulo anterior. Em Campinas, mulheres responsáveis por domicílios distinguem-se nitidamente quanto à instrução, sendo seu nível mais elevado do que o de mulheres chefes de domicílios das outras duas cidades. A instrução de homens responsáveis por domicílios de Indaiatuba é caracterizada por uma proporção maior de chefes com nove anos e mais de estudo, deixando-os em uma situação intermediária entre Campinas e Hortolândia. Os níveis de instrução tanto da chefia feminina, quanto da masculina neste último município são os mais baixos encontrados. Até que ponto este diferencial já poderia prescrever diferentes chances desses seis grupos de chefes de domicílios em sua inserção no mercado de trabalho?

Um importante ponto a ser levantado é a diferença de idade encontrada entre homens e mulheres responsáveis por domicílios, conforme tabela 4.1:

TABELA 4.1 - MEDIANAS DAS IDADES DOS RESP. >= 25 ANOS  
POR DOMICÍLIO - 2000

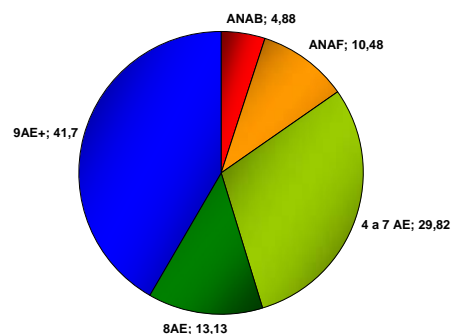
CPQ - H	43
CPQ - M	48
HOR - H	40
HOR - M	45
IND - H	42
IND - M	48

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

A diferença entre as medianas das idades de homens e mulheres responsáveis por domicílios é de 5 anos para Campinas e Hortolândia e de 6 anos para Indaiatuba. Como nas idades mais altas se verifica uma maior proporção de baixa instrução, este fator tem um peso fundamental na análise das diferenças introduzidas pelo gênero nas condições de vida de chefes de domicílios analfabetos absolutos e funcionais em relação aos responsáveis com oito anos de estudo. Mas este diferencial será melhor compreendido nas tabelas e gráfico desagregados por idade.

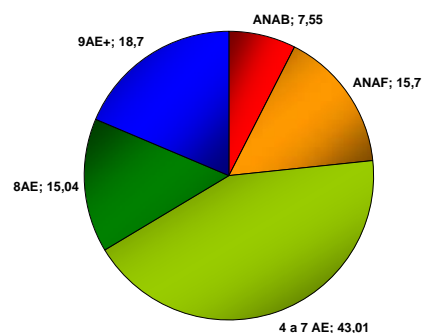
**Gráficos 4.1 a 4.6: Distribuição de responsáveis por domicílios – homens e mulheres – por nível de instrução em Campinas, Hortolândia e Indaiatuba – 2000**

GRÁF.4.1- CPQ : Responsáveis homens



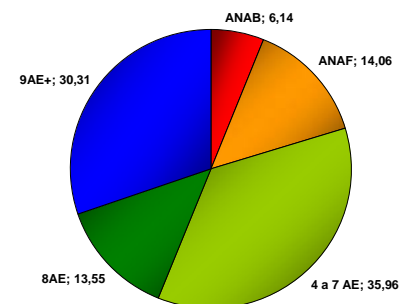
IBGE – Microdados do C. D. 2000 – Tab. Pr.

GRÁF. 4.2 - HOR Responsáveis homens



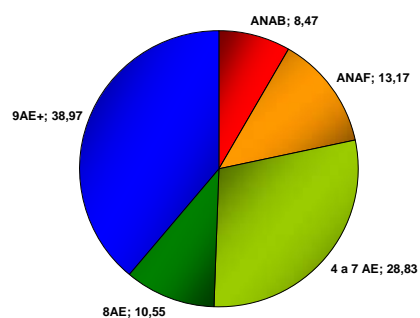
IBGE – Microdados do C. D. 2000 – Tab. Pr.

GRÁF 4.3 - IND Responsáveis homens



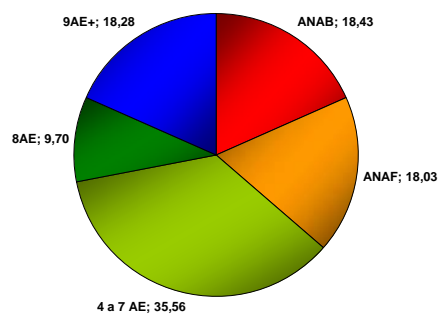
IBGE – Microdados do C. D. 2000 – Tab. Pr.

GRÁFICO 4.4 – CPQ: Responsáveis Mulheres



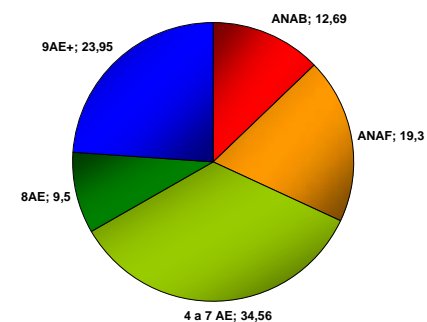
IBGE – Microdados do C. D. 2000 – Tab. Pr.

GRÁFICO 4.5 - HOR: Responsáveis Mulheres



IBGE – Microdados do C. D. 2000 – Tab. Pr.

GRÁFICO 4.6 – IND: Responsáveis Mulheres



IBGE – Microdados do C. D. 2000 – Tab. Pr.

Nos gráficos 4.7 a 4.9, procurou-se destacar o analfabetismo, segundo faixas etárias dos responsáveis por domicílios em cada uma das cidades analisadas: em azul escuro, o analfabetismo absoluto e em azul intermediário, o analfabetismo funcional e os demais níveis de instrução em azul claro, segundo sexo, sendo as onze primeiras colunas referentes a homens e as seguintes às mulheres chefes de domicílios.

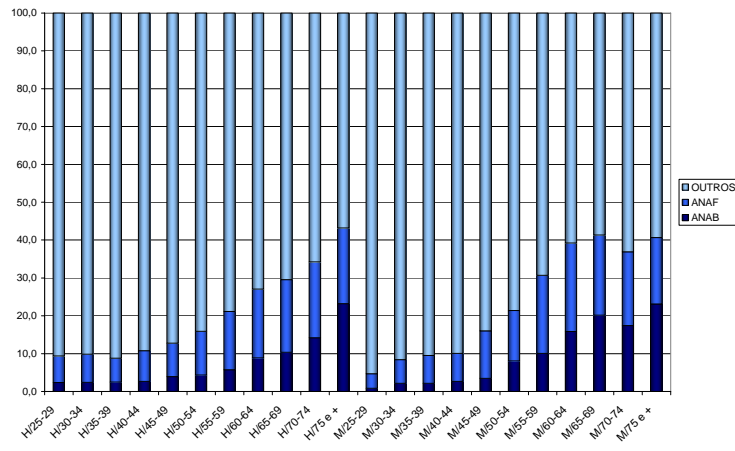
A chefia domiciliar de Campinas não apresenta, em faixa etária alguma, taxas específicas por idade acima de 50% dos dois níveis somados. Em Indaiatuba, isto só ocorre nas faixas etárias acima de 70 anos para os homens e de 65 anos para as mulheres. Em Hortolândia, a soma desses dois níveis de analfabetismo chega a mais de 50% já a partir dos 60 anos para homens e dos 55 para as mulheres chefes de domicílios, o que indica, de forma geral, que estes responsáveis mais idosos – e de modo particular as mulheres - tiveram menores oportunidades de instrução formal do que os mais jovens.

Um dado aparentemente positivo, em Hortolândia e Indaiatuba, é a ausência de analfabetismo absoluto para a primeira faixa etária de mulheres chefes de domicílios de vinte e cinco anos e mais de idade. Mas, principalmente em Indaiatuba, o maior peso do analfabetismo funcional dilui esta aparente vantagem.

Este diferencial referente à baixa instrução entre os responsáveis por domicílios, segundo município, sexo e idade induz novamente a algumas reflexões a cerca da possibilidade de uma diversidade de riscos enfrentada pelos chefes de cada espaço urbano em relação à busca ou manutenção do emprego.

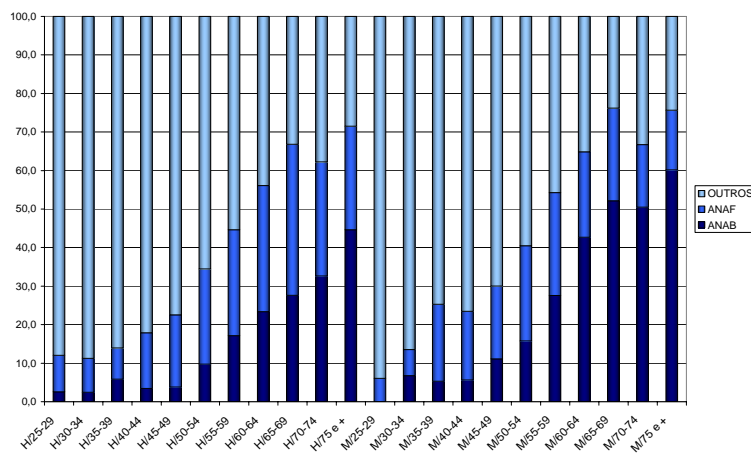
**Gráficos 4.7 a 4.9: Distribuição de responsáveis por dom. – homens e mulheres –, segundo nível de instrução, sexo e faixas etárias – 2000**

**Campinas**



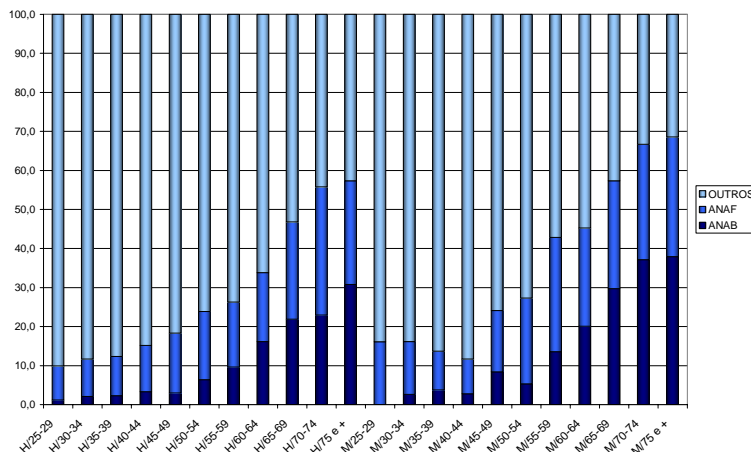
IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

**Hortolândia**



IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

**Indaiatuba**



IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

TABELA 4.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS, COM 25 ANOS E MAIS, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E TRÊS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO – CAMPINAS – 2000

	Homens				Mulheres				Total				
	ANAB	ANAF	8AE	Total resp. dom. H	ANAB	ANAF	8AE	Total resp. dom. M	ANAB	ANAF	8AE	Total de responsáveis por domicílios	
	%	%	%	(N)	%	%	%	(N)	%	%	%	(N)	(%)
25-29	2,3	7,0	15,9	21 562	0,9	3,8	10,4	4 625	2,1	6,5	14,9	26 187	9,9
30-34	2,4	7,4	16,6	27 188	2,2	6,3	11,8	6 360	2,4	7,2	15,7	33 543	12,7
35-39	2,5	6,4	15,2	29 004	2,1	7,4	12,7	7 507	2,4	6,6	14,7	36 511	13,8
40-44	2,7	8,1	14,1	27 982	2,7	7,3	13,7	8 051	2,7	7,9	14,0	36 030	13,7
45-49	3,9	8,9	13,4	23 924	3,4	12,6	12,5	8 396	3,8	9,8	13,2	32 319	12,2
50-54	4,4	11,5	11,3	19 563	8,1	13,3	9,7	6 715	5,3	12,0	10,9	26 278	10,0
55-59	5,7	15,4	10,4	14 762	10,1	20,6	9,4	5 434	6,9	16,8	10,2	20 198	7,7
60-64	8,9	18,2	7,6	12 057	15,8	23,4	7,4	5 622	11,1	19,9	7,5	17 678	6,7
65-69	10,4	19,1	8,2	8 843	20,1	21,2	6,6	4 379	13,6	19,8	7,7	13 223	5,0
70-74	14,2	20,0	7,9	6 277	17,4	19,5	8,6	3 946	15,5	19,8	8,2	10 228	3,9
75 e +	23,2	20,1	8,9	6 400	23,1	17,5	8,7	5 349	23,2	18,9	8,8	11 748	4,5
Taxas	4,9	10,5	13,1		8,5	13,2	10,6		5,8	11,2	12,5		100,0
Total p/ n. instr.	9 639	20 695	25 941	197 562	5 626	8 746	7 006	66 384	15 268	29 437	32 947	263 943	

Fonte: IBGE Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

Obs.: Foram excluídos dos cálculos os níveis "indeterminado e alfabetização de adultos", equivalentes a 0,64% do total dos homens e 1,10% das mulheres responsáveis por domicílios



TABELA 4.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS, COM 25 ANOS E MAIS, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E TRÊS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO – HORTOLÂNDIA - 2000

	Homens				Mulheres				Total				
	ANAB	ANAF	8AE	Total resp. dom. H	ANAB	ANAF	8AE	Total resp. dom. M	ANAB	ANAF	8AE	Total de responsáveis por domicílios	
	%	%	%	(N)	%	%	%	(N)	%	%	%	(N)	(%)
25-29	2,6	9,5	19,1	4 358	0,0	6,1	13,3	543	2,3	9,1	17,3	4 901	13,1
30-34	2,5	8,9	19,5	5 234	6,8	6,8	15,4	810	3,0	8,6	21,8	6 045	16,1
35-39	5,9	8,1	17,0	5 136	5,4	20,0	12,7	1 103	5,8	10,2	19,3	6 241	16,7
40-44	3,4	14,5	18,5	4 475	5,7	17,8	15,9	951	3,8	15,1	18,6	5 427	14,5
45-49	3,8	18,8	12,6	3 641	11,1	19,0	9,7	1 024	5,4	18,8	10,7	4 663	12,5
50-54	9,8	24,7	9,9	2 782	15,8	24,7	6,8	603	10,8	24,7	6,0	3 385	9,0
55-59	17,2	27,5	10,0	1 493	27,6	26,7	4,4	573	20,0	27,3	3,3	2 066	5,5
60-64	23,4	32,8	5,2	1 227	42,7	22,2	4,9	595	29,7	29,3	1,8	1 824	4,9
65-69	27,6	39,2	2,0	862	52,1	24,1	2,1	424	35,7	34,2	0,5	1 286	3,4
70-74	32,7	29,6	4,3	493	50,6	16,2	0,0	364	40,3	23,7	0,4	856	2,3
75 e +	44,6	26,9	1,8	513	60,2	15,5	4,0	226	49,3	23,4	0,4	740	2,0
Taxas	7,6	15,7	15,0		18,4	18,0	9,7		9,6	16,1	14,0		100,0
Total p/ n. instr.	2 280	4 743	4 545	30 214	1 330	1 301	700	7 216	3 612	6 042	5 245	37 434	

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

Obs.: Foram excluídos dos cálculos os níveis "indeterminado e alfabetização de adultos", equivalentes a 0,52% do total dos homens e 0,80% das mulheres responsáveis por domicílios

TABELA 4.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS, COM 25 ANOS E MAIS, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E TRÊS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO – INDAIATUBA – 2000

	Homens				Mulheres				Total				
	ANAB	ANAF	8AE	Total resp. dom. H	ANAB	ANAF	8AE	Total resp. dom. M	ANAB	ANAF	8AE	Total de responsáveis por domicílios	
	%	%	%	(N)	%	%	%	(N)	%	%	%	(N)	(%)
25-29	1,2	8,7	17,5	3 388	0,0	16,1	12,9	466	1,0	9,6	16,9	3 855	10,3
30-34	2,1	9,6	17,8	4 631	2,6	13,5	7,0	731	2,1	10,1	16,3	5 362	14,3
35-39	2,3	10,1	17,3	4 825	3,8	9,9	13,8	746	2,5	10,0	16,8	5 572	14,8
40-44	3,3	11,9	16,6	4 187	2,8	8,9	13,3	1 002	3,2	11,3	15,9	5 190	13,8
45-49	3,0	15,3	11,9	3 715	8,4	15,7	15,0	930	4,1	15,4	12,5	4 645	12,4
50-54	6,4	17,5	9,8	2 969	5,3	22,0	7,2	696	6,2	18,4	9,3	3 665	9,8
55-59	9,6	16,7	9,0	1 981	13,6	29,3	9,3	560	10,5	19,4	9,1	2 541	6,8
60-64	16,2	17,7	5,8	1 572	20,1	25,2	5,8	687	17,4	20,0	5,8	2 259	6,0
65-69	21,9	24,9	8,4	1 149	29,8	27,6	5,4	558	24,5	25,7	7,4	1 709	4,6
70-74	23,0	32,8	2,3	1 023	37,2	29,5	3,2	441	27,3	31,8	2,5	1 464	3,9
75 e +	30,8	26,6	3,9	774	38,0	30,6	4,8	519	33,7	28,2	4,3	1 291	3,4
Taxas	6,1	14,1	13,6		12,7	19,3	9,5		7,4	15,1	12,8		100,0
Total p/ n. instr.	1 855	4 249	4 095	30 214	931	1 416	697	7 336	2 790	5 666	4 792	37 553	

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

Obs.: Foram excluídos dos cálculos os níveis "indeterminado e alfabetização de adultos", equivalentes a 0,79% do total dos homens e 1,53% das mulheres responsáveis por domicílios

Os resultados encontrados são semelhantes à análise já feita em relação à população total no capítulo anterior. No entanto, é importante ser enfatizado que quando, neste capítulo, forem mencionados os analfabetos absolutos, deve-se ter em mente sua idade mais elevada, tanto no caso dos homens, quanto no das mulheres chefes de domicílios, entre as quais, está mais representado. O analfabetismo funcional, mesmo que obedecendo esta lógica de concentração em idades mais avançadas, é mais representativo em idades mais jovens, se comparado ao analfabetismo absoluto.

Verifica-se, portanto, que a inter-relação entre gênero e idade produz claros diferenciais nos níveis de instrução alcançados pelos seis diferentes grupos de chefes de domicílios. Outra dimensão importante a ser levada em consideração é o espaço urbano em questão. Há diferenças de instrução entre responsáveis por domicílios de espaços urbanos diversos: em Campinas o nível é geralmente mais elevado, Indaiatuba com uma situação intermediária e Hortolândia com os mais baixos níveis de instrução da chefia domiciliar.

#### 4.1.2. A inserção no mercado de trabalho e a instrução de chefes de domicílios

As conseqüências das oportunidades desiguais de instrução alcançadas pelos responsáveis por domicílios das três cidades expressam-se na análise de sua inserção econômica.

TABELA 4.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS (25 ANOS E MAIS) SEGUNDO SUA INSERÇÃO ECONÔMICA – 2000

	CPQ - H	HOR - H	IND - H	CPQ - M	HOR - M	IND - M
Ativos (ocupados + desoc.) (%)	80,8	85,5	83,7	59,3	59,7	52,5
Inativos (%)	19,2	14,5	16,3	40,7	40,3	47,5
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	198 832	30 377	30 459	67 123	7 273	7 447
Taxas de desemprego* (%)	8,1	12,5	6,0	11,0	15,8	12,6

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Calculadas sobre os ativos: desocupados x 100 / ocupados + desocupados

Este parâmetro geral sinaliza que homens responsáveis por domicílios ativos - que trabalham, ou buscam empregos - têm uma representação semelhante nas três cidades, assim como as mulheres entre si, sendo um pouco menor sua inserção em Indaiatuba. Hortolândia é a cidade composta pelo maior grupo tanto no primeiro, quanto no segundo caso, mesmo que, a proporção de chefia feminina ativa, praticamente iguale-se com a de Campinas.

As mulheres responsáveis por domicílios possuem as maiores taxas de desemprego, se suas proporções forem comparadas às taxas da chefia masculina no interior de cada município, o que confirma a permanência de uma desigualdade de gênero na inserção no mercado de trabalho, sendo a situação mais crítica a da chefia feminina de Hortolândia. A maior diferença de taxas de desemprego entre homens e mulheres no interior de cada cidade, foi encontrada em Indaiatuba, sendo a de mulheres chefes de domicílios o dobro.

Um dos elementos que poderia contribuir para explicar o aumento das taxas de desemprego feminino (...) diz respeito à dinâmica de ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Ao contrário dos homens, que apresentam taxa de atividade elevada, as mulheres em idade de trabalhar ainda são numerosas fora da PEA (...) Enquanto os homens mantiveram tendência de redução da sua participação na PEA, as mulheres, de 1992 em

diante, apresentaram comportamento inverso, elevando sua taxa de atividade (BORGES e GUIMARÃES, 2000, p. 144).

Esta crescente busca por emprego pelas mulheres de forma geral, que geralmente conciliam a dupla jornada de trabalho, leva a alguns obstáculos como os de cunho legislativo. Segundo Abramo e Todaro (2005, p. 34), existem ainda algumas falhas na legislação, que visa cuidados de filhos de trabalhadores, a saber:

- mulheres que trabalham em microempresas (< 20 empregados) são excluídas, além de boa parcela da mão de obra feminina de empresas pequenas;
- associação direta de creche à trabalhadora feminina;

Os resultados da pesquisa indicam que os gastos relacionados à creche são o principal componente dos custos diretos de contratação de uma mulher para o empregador nos casos do Chile e da Argentina. Ainda assim, são bastante reduzidos: correspondem, respectivamente, a 1,2% e 0,8% da remuneração bruta mensal das mulheres. No Brasil, essa cifra é de 0,3% (...) (ABRAMO e TODARO, 2005, p. 35).

O mito, de que o custo da trabalhadora é mais elevado, que o do trabalhador, é desfeito nesta obra através de cálculos muito claros e da comparação com outros países da América Latina, demonstrando em se tratar de mais um mecanismo de obstáculo à entrada de mulheres no mercado de trabalho.

A situação das mulheres não é boa, mas a dos homens parece ter piorado. Pochmann (2002) constatou para o total da população da RMC o seguinte:

Comparando-se o ano 1991 com 2000, nota-se uma elevação significativa do desemprego, cuja taxa passou de 5,6% da População Economicamente Ativa (PEA) para 15,9%. (...) Em 1991, o desemprego na RMC representou 1,6% do desemprego estadual. Nove anos depois, a RMC passou a representar 7,2% do total do desemprego no Estado de São Paulo (p.137).

Este retorno prévio a uma reflexão geral do mercado de trabalho brasileiro e regional auxilia na compreensão do que os chefes de domicílios têm a enfrentar, já que estão inseridos nessa lógica, com uma responsabilidade grande, como os principais provedores de recursos a seus domicílios, “título” recebido, ou auto-denominado não sem motivo.

TABELA 4.6 - DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO E DA PIA/25E+ SEGUNDO SUA INSERÇÃO ECONÔMICA - 2000

	Nível de Instrução	Ativos	Inativos	Total (%)	Total (N)	Taxa Desempr.
CPQ-H	ANAB	56,5	43,5	100,0	9 640	20,4
	ANAF	67,0	33,0	100,0	20 694	14,1
	8AE	84,6	15,4	100,0	25 943	8,5
	PIA (25e+)	80,0	20,0	100,0	257 838	9,8
HOR-H	ANAB	62,7	37,3	100,0	2 280	17,3
	ANAF	73,0	27,0	100,0	4 741	16,8
	8AE	92,3	7,7	100,0	4 545	11,9
	PIA (25e+)	84,7	15,3	100,0	37 478	13,7
IND-H	ANAB	56,4	43,6	100,0	1 856	10,0
	ANAF	73,9	26,1	100,0	4 252	7,5
	8AE	90,9	9,1	100,0	4 093	4,2
	PIA (25e+)	82,8	17,2	100,0	38 468	7,9
CPQ-M	ANAB	23,5	76,5	100,0	5 627	28,1
	ANAF	43,5	56,5	100,0	8 746	19,6
	8AE	67,6	32,4	100,0	7 005	12,7
	PIA (25e+)	54,3	45,7	100,0	286 188	14,9
HOR-M	ANAB	31,4	68,6	100,0	1 329	21,6
	ANAF	53,1	46,9	100,0	1 300	20,8
	8AE	71,8	28,3	100,0	701	12,1
	PIA (25e+)	53,9	46,1	100,0	37 920	20,7
IND-M	ANAB	17,0	83,0	100,0	932	26,6
	ANAF	33,7	66,3	100,0	1 415	19,0
	8AE	61,1	38,9	100,0	697	12,4
	PIA (25e+)	50,2	49,8	100,0	39 766	15,8

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

Obs.: Responsáveis e PIA com idades >= 25 anos.

Na tabela 4.6, é possível notar que chefes com maiores níveis de instrução tendem a obter maiores chances de inserção no mercado de trabalho. O desemprego, também decresce com o aumento do nível de instrução. Isto ocorre nos seis grupos de chefes de domicílios analisados, o que indica que há realmente uma grande possibilidade de se considerar a educação como um importante ativo.

Em Campinas, fica claramente estabelecida a maior dificuldade de inserção ocupacional dos responsáveis analfabetos absolutos de ambos os sexos até mesmo em relação aos chefes analfabetos funcionais. Tais diferenças são também claramente visíveis em Indaiatuba. Contudo, em Hortolândia os níveis de desemprego de responsáveis analfabetos absolutos e funcionais são muito próximos, tanto entre homens como entre mulheres sugerindo a influência de fatores locais na definição das oportunidades de

trabalho dos grupos menos instruídos. Parece que em Campinas e Indaiatuba, saber ler e escrever, mesmo que muito pouco, é ainda uma vantagem em relação a não possuir conhecimento do código escrito, enquanto que em Hortolândia isto não ocorre com tanta evidência.

Mas é fundamental lembrar que a ausência e o baixo nível de instrução ocorrem principalmente entre a população mais idosa, significativamente no caso das mulheres, embora também existam entre os chefes até os 64 anos, conforme observado. É importante notar, no entanto, que a faixa etária seguinte, menos presente no grupo dos ativos, passa por uma reorganização de seu papel, tanto no caso dos homens, quanto no das mulheres idosas, o que os leva à permanência, ou retorno ao mercado de trabalho: “A mulher brasileira, mesmo idosa, continua desempenhando o seu papel de cuidadora, mas assumiu também o de provedora” (CAMARANO, 2003, p. 59).

É inegável, neste contexto, o importante papel de benefícios previdenciários, que não foi investigado neste trabalho, para os chefes mais idosos, já que, com a Constituição de 1988, sua cobertura tornou-se significativamente abrangente.

A análise da inserção, segundo três faixas etárias de responsáveis por domicílios é, portanto, oportuna, revelando comportamentos distintos dos encontrados na tabela 4.6, o que demonstra a necessidade de se pensar em outros fatores relacionados à inserção no mercado de trabalho, que vão além do diferenciado nível de instrução. Como resumo, apenas os chefes ocupados foram contemplados na tabela 4.7, divididos por faixas etárias.

TABELA 4.7. – DISTRIBUIÇÃO DE OCUPAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS DE RESPONSÁVEIS POR DOM. E POPULAÇÃO DE 25 ANOS E MAIS - 2000

<b>CPQ-H</b>								
Faixas Etárias	ANAB		ANAF		8AE		PIA/25e+	
	% ocup.	Total (N)	% ocup.	Total (N)	% ocup.	Total (N)	% ocup.	Total (N)
25-44	69,5	2 631	80,7	7 627	89,5	16 277	84,4	152 095
45-64	54,4	3 713	57,5	8 837	65,1	7 877	66,2	79 898
65+	14,8	3 295	15,7	4 229	20,9	1 788	19,1	25 846
<b>CPQ-M</b>								
25-44	49,8	554	65,9	1 723	76,9	3 287	59,8	160 424
45-64	25,9	2 267	38,7	4 388	57,2	2 627	38,5	89 755
65+	3,1	2 805	8,7	2 635	9,3	1 091	4,7	36 009
<b>HOR-H</b>								
25-44	86,8	698	78,9	1 938	87,2	3 551	83,0	24 875
45-64	51,8	954	58,4	2 182	63,6	946	63,0	10 206
65+	13,2	628	12,2	621	0,0	48	12,0	2 396
<b>HOR-M</b>								
25-44	75,7	169	64,2	477	64,6	489	51,0	25 077
45-64	26,1	620	31,7	628	64,9	194	34,0	9 950
65+	6,9	540	21,9	196	0,0	18	4,0	2 892
<b>IND-H</b>								
25-44	81,0	384	89,3	1 725	93,5	2 942	88,5	23 224
45-64	60,4	747	71,5	1 699	72,0	1 003	69,1	11 517
65+	24,7	726	18,4	828	62,8	148	22,3	3 727
<b>IND-M</b>								
25-44	64,5	76	63,4	336	70,2	346	54,2	23 372
45-64	20,4	329	22,3	636	46,3	281	32,8	12 013
65+	0,0	527	7,0	443	0,0	68	4,5	4 381

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

Em Campinas, cresce a ocupação de homens e mulheres responsáveis por domicílios com o aumento de seu nível de instrução nas três faixas etárias analisadas. Há também uma diminuição clara de atividade da faixa etária mais jovem para a mais madura. A mesma relação entre nível de ocupação e idade ocorre em Hortolândia e Indaiatuba para homens e mulheres chefes de domicílios.

Mas algo semelhante não é observado entre instrução e nível de ocupação nessas duas cidades: para homens responsáveis por domicílios de Hortolândia, o nível de ocupação de analfabetos absolutos é maior que o de analfabetos funcionais na primeira e na terceira<sup>26</sup> faixas etárias, assim como no caso das mulheres, na primeira. Em Indaiatuba,

<sup>26</sup> Dados referentes à 3ª faixa etária devem ser analisados com cautela devido ao baixo nº absoluto: o erro padrão aproximado para o Estado de São Paulo é 29 para um tamanho de estimativa de 100.



isto ocorre na chefia masculina no último grupo etário considerado. Uma possível causa poderia ser a grande quantidade de pessoas com nível de instrução entre 4 e 7 anos em ambas as cidades o que seria uma espécie de concorrência para os analfabetos funcionais, que disputariam semelhantes cargos no mercado de trabalho, muitas vezes distintos dos disputados pelos analfabetos absolutos, o que será investigado a seguir.

Os resultados de um estudo sobre a RMC, indicando, entre outros temas, a variação entre 1989 e 2000 da inserção no mercado de trabalho por nível de instrução, demonstraram uma sensível diminuição da participação dos menos escolarizados: pessoas com menos de 4 anos de estudo: de 41,5% para 18,3%; e aumento da participação dos mais escolarizados: de 48,3% para 66,7%, para aqueles entre 4 e 11 anos de instrução e de 10,2% para 15%, para aqueles com mais de 11 anos de estudo (POCHMANN, 2002, p. 139-140).

Outro ponto significativo para o presente trabalho, é a alteração da participação relativa de trabalhadores segundo a idade:

Em 2000, por exemplo, os trabalhadores com menos de 25 anos de idade representavam 25,3% do total da ocupação, enquanto em 1989, eram 32,9%. Entre 25 e 49 anos de idade, a participação relativa no total da ocupação passou de 58,6%, em 1989, para 66,4%, em 2000. Por fim, para o segmento etário com mais de 49 anos de idade, o peso no total da ocupação caiu de 8,5% para 8,3% (POCHMANN, 2002, p. 139).

Essa diminuição de participação do grupo mais jovem é preocupante. A demora na conquista do primeiro emprego pode levá-los a aceitarem posições com menos garantias trabalhistas, maior exploração e inclusive participação de parte deles em atividades ilegais.

Conforme dados apresentados no terceiro capítulo, o nível de escolaridade de jovens e adultos melhorou significativamente entre 1991 e 2000, sendo este avanço sentido nos resultados acima expostos, tornando-se maior a dificuldade de competição por vagas de pessoas com baixo nível de instrução meio a uma maior proporção de pessoas mais instruídas, o que explica em parte a maior vulnerabilidade da população de Hortolândia, entre os três municípios analisados, pela presença mais marcante de analfabetos, que irão competir não somente na própria cidade, mas em outros municípios da RMC, muitas vezes com pessoas com um maior nível de instrução.

Comprovada a desvantagem relativa de responsáveis analfabetos absolutos e funcionais no tocante à inserção na ocupação é importante precisar que atividades econômicas propiciam também menores oportunidades para estes chefes. Novamente a chefia masculina será analisada separadamente da feminina, para que sejam captadas possíveis diferenças.

TABELA 4.8 – DISTRIBUIÇÃO DE HOMENS RESPONSÁVEIS POR DOM.  
POR ATIVIDADE, SEGUNDO INSTRUÇÃO - CAMPINAS, 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE	Pop. Ocup./25e+
A - Agric. / Pec. / Silvicult. / Expl. Fl.	5,0	2,3	0,7	1,3
D - Indústrias de Transformação	11,0	17,1	26,4	21,2
F - Construção	29,3	27,5	9,8	11,6
G - Comércio; rep.veíc. auto. /obj./dom.	18,7	16,4	21,0	19,1
H - Alojamento e Alimentação	5,5	4,6	5,0	4,1
I - Transp. / Armazen. / Comunicações	2,5	11,0	13,3	10,3
K - Ativ. Im. / Alug. / Serv.Prest.Empr. <sup>27</sup>	11,4	9,3	9,2	11,9
L - Adm. Púb. / Defesa / Segur.Soc.	3,9	2,3	4,1	4,2
M - Educação	0,7	1,2	2,2	4,2
N - Saúde e Serviços Sociais	0,8	0,9	1,8	3,1
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	3,4	3,2	2,8	3,2
P - Serviços Domésticos	3,8	1,9	0,4	0,6
Outros*	3,9	2,4	3,4	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	45,0	57,6	77,4	72,2
Total com trabalho (N)	4 337	11 909	20 071	186 202
Total geral (N)	9 642	20 700	25 946	257 838

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Atividades: B, C, E, J, Q (conforme Anexo) e atividades mal especificadas.

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

Em comparação com a população ocupada com 25 anos e mais de idade (Pop.Ocup./25e+), em Campinas, os chefes analfabetos absolutos estão extremamente sobrerrepresentados nos serviços domésticos (P), nas atividades agropecuárias (A) e na construção civil (F), assim como os analfabetos funcionais, embora com menor intensidade. Já nas atividades industriais (D), na educação (M) e nos serviços de saúde (N) chefes analfabetos absolutos e funcionais estão bastante subrepresentados, particularmente os primeiros. Nas atividades industriais, por exemplo, a participação de responsáveis analfabetos absolutos é pouco maior do que a metade da participação da população ocupada com 25 anos e mais de idade (Pop.Ocup./25e+). Nas atividades de transporte,

<sup>27</sup> K = Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.

armazenagem e comunicações (I) apenas os analfabetos absolutos estão subrepresentados, sendo que os responsáveis analfabetos funcionais, assim como os chefes com oito anos de estudo apresentam certa sobrerepresentação. Chama a atenção ainda o fato de que enquanto nas atividades ligadas a atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (K), os chefes analfabetos absolutos mantêm participação média, os chefes analfabetos funcionais e principalmente os com oito anos de estudo participam em menor intensidade desta atividade.

TABELA 4.9 – DISTRIBUIÇÃO DE HOMENS RESPONSÁVEIS POR DOM.  
POR ATIVIDADE, SEGUNDO INSTRUÇÃO – HORTOLÂNDIA, 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE	Pop. Ocup./25e+
A – Agric. / Pec. / Silvicult. / Expl. Fl.	2,3	1,9	0,5	1,3
D – Indústrias de Transformação	15,7	13,4	34,0	22,6
F – Construção	36,2	32,6	12,0	20,4
G – Comércio; rep.veíc. auto. /obj./dom.	9,7	12,9	17,4	15,7
H – Alojamento e Alimentação	11,0	5,1	5,4	5,0
I – Transp. / Armazen. / Comunicações	7,3	14,1	12,1	11,8
K – Ativ.Im. / Alug. / Serv.Prest.Empr.	5,7	8,7	9,2	9,6
L – Adm. ub. / Defesa / Segur.Soc.	4,7	1,9	2,0	3,5
O – Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	4,1	2,7	1,8	2,7
Outros*	3,5	6,7	5,8	7,4
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	51,9	60,8	81,4	73,0
Total com trabalho (N)	1 184	2 886	3 699	27 372
Total geral (N)	2 282	4 747	4 545	37 478

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

\* B, C, E, J, M, N, P, Q (conforme Anexo) e outras atividades mal especificadas.

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

Embora os responsáveis por domicílios de Hortolândia se apresentem, distribuídos de forma similar aos de Campinas, segundo sua instrução, os chefes analfabetos absolutos e funcionais encontram-se mais concentrados na construção, assim como chefes com oito anos de estudo em relação indústria de transformação, o que demonstra uma menor diversidade de setores ocupados por chefes com esses níveis de instrução nesta cidade. O

destaque para a atividade de comércio também existe neste município para a chefia masculina, mas com menor expressão, se comparado com o de Campinas<sup>28</sup>.

TABELA 4.10 – DISTRIBUIÇÃO DE HOMENS RESPONSÁVEIS POR DOM.  
POR ATIVIDADE, SEGUNDO INSTRUÇÃO - INDAIATUBA, 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE	Pop. Ocup./25e+
A - Agric. / Pec. / Silvicult. / Expl. Fl.	11,9	10,9	2,3	4,5
D - Indústrias de Transformação	16,6	23,2	44,7	33,1
F - Construção	25,8	26,3	10,1	14,8
G - Comércio; rep.veíc. auto. /obj./dom.	11,8	14,9	14,4	16,5
H - Alojamento e Alimentação	1,4	2,9	6,3	3,2
I - Transp. / Armazen. / Comunicações	2,1	5,9	7,1	7,5
K - Ativ.Im. / Alug. / Serv.Prest.Empr.	5,0	4,1	4,2	6,1
L - Adm. Púb. / Defesa / Segur.Soc.	3,1	1,5	2,5	2,9
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	2,2	1,5	2,8	2,6
P - Serviços Domésticos	13,4	7,4	1,9	2,6
Outros*	6,6	1,4	3,9	6,2
<b>Total (%)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total com trabalho (%)</b>	<b>50,6</b>	<b>68,4</b>	<b>87,1</b>	<b>76,3</b>
<b>Total com trabalho (N)</b>	<b>939</b>	<b>2 911</b>	<b>3 563</b>	<b>29 344</b>
<b>Total geral (N)</b>	<b>1 855</b>	<b>4 255</b>	<b>4 091</b>	<b>38 469</b>

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Atividades B, C, E, J, M, N, Q (conforme Anexo) e atividades mal especificadas.

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

Em Indaiatuba, responsáveis analfabetos absolutos e funcionais também trabalham principalmente na construção civil e sua participação na indústria é comparativamente mais elevada (principalmente de funcionais). Chefes com oito anos de estudo trabalham predominantemente nas indústrias de transformação em proporções mais elevadas que nas outras duas cidades. Novamente atividades relacionadas ao comércio são bastante exercidas por homens responsáveis por domicílios deste município, com distribuição similar entre os três níveis de instrução. Destaque, no caso dos analfabetos absolutos, é para sua participação em serviços domésticos, chefes que provavelmente trabalham em chácaras de recreio, já mencionadas no terceiro capítulo, além de proporção significativa de um grupo exercendo atividades relacionadas à agricultura, pecuária, etc. demonstrando ser uma

<sup>28</sup> A participação de chefes analfabetos absolutos e funcionais de Hortolândia também é representativa em serviços domésticos em relação aos responsáveis com oito anos de estudo, contida em “outros\*”, sendo suas proporções respectivamente: 2,0%, 1,7% e 0,1%.

cidade com um ainda importante peso da economia agropecuária, embora sua taxa de urbanização tenha crescido bastante na última década.

De um modo geral, na comparação entre os três espaços urbanos, pode-se observar que em todos eles, setores como construção civil, atividades agropecuárias, serviços domésticos constituem nichos comuns de inserção laboral de responsáveis por domicílios menos instruídos, enquanto que setores como a indústria de transformação, por exemplo, são claramente excludentes desta mesma população.

Por outro lado, porém, quando se comparam as magnitudes desta inserção/exclusão, as diferenças observadas sugerem a interferência de fatores locais. Assim, por exemplo, em Campinas, a inserção dos chefes analfabetos absolutos homens no setor de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos ocorre praticamente no mesmo nível da inserção da população ocupada com 25 anos e mais de idade, enquanto que em Indaiatuba e Hortolândia ela é bem menor. É bem possível, portanto, que o maior ou menor dinamismo local de um setor de atividade favoreça ou prejudique as possibilidades de trabalho da população menos instruída.

Há que se considerar ainda que a comparação entre os espaços urbanos permite constatar certas diferenças locais entre responsáveis por domicílios analfabetos funcionais e absolutos. Assim, por exemplo, em Campinas, no setor de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas a absorção de chefes analfabetos ocorre praticamente no mesmo nível da absorção da população total, enquanto que a absorção de chefes analfabetos funcionais é bastante semelhante à de chefes com oito anos completos de instrução, estando ambas, porém, bem abaixo da média populacional. Já em Hortolândia, ocorre o inverso neste mesmo setor: são os chefes analfabetos funcionais e com oito anos de estudo que apresentam participações semelhantes entre si e próximas à média, enquanto os analfabetos absolutos estão sub-representados. E finalmente, em Indaiatuba, a inserção dos três grupos de instrução neste setor apresenta-se abaixo da média populacional, de modo particular e muito semelhante, para os responsáveis analfabetos funcionais e com oito anos de estudo.

Estas observações não apenas reforçam a importância dos fatores locais, ou, em outras palavras, da 'geografia de oportunidades (GALSTER e KILLEN, 1995 *apud* SABATINI *et al*, 2005)', como também ilustram claramente, que em certas atividades, as oportunidades ocupacionais para os analfabetos funcionais diferem mais daquelas

oferecidas ao analfabetos absolutos do que daquelas oferecidas ao grupo com oito anos de instrução. Em suma, se, de fato, em termos gerais, a baixa instrução do trabalhador aumenta sua vulnerabilidade no mercado de trabalho, em termos particulares esta vulnerabilidade parece ser mediada por uma série de outros fatores ligadas à configuração local do mercado de trabalho e à demanda local de mão de obra.

Os postos de trabalho nas indústrias de transformação ainda são expressivos entre os mais instruídos. Por outro lado, a baixa participação dos menos instruídos reside no fato de as mudanças tecnológicas exigirem uma qualificação profissional mais elevada, precedida de uma base mínima de instrução formal. Isto leva a uma mais alta participação de responsáveis analfabetos absolutos e funcionais em atividades relacionadas à construção civil, que necessita de uma força de trabalho mais braçal, tarefa também desempenhada em outros ramos de atividades como comércio e reparação de veículos automotores por chefes com esses níveis de instrução.

Naturalmente, em cada ramo de atividade, existem diferentes cargos, seja em relação à responsabilidade, à função, ou ao rendimento. Mas é importante notar, que há concentração em alguns tipos de atividades específicas de responsáveis com menor nível de instrução, o que, por outro lado, expressa reduzidas chances de ingresso em outros setores, pela maior necessidade de qualificação, como conseqüência da crescente presença da tecnologia, como os computadores, que por si só, já excluem aqueles sem instrução.

Se um efetivo investimento fosse conseguido para a melhoria da infra-estrutura da RMC, além de avanços diretamente relacionados à qualidade de vida da população local, isto possibilitaria a criação de postos de trabalho para pessoas com menor nível de instrução como um processo de (re)integração social via mercado, já que o setor de construção civil, que mais parece empregar este tipo de mão-de-obra, seria estimulado. Em conjunto, uma espécie de mutirão da educação poderia ser elaborada, abordando aspectos de alfabetização, qualificação profissional, da esfera familiar, consciência ecológica e política. Medidas visando melhorias, a longo prazo, possibilitariam uma maior segurança entre a população, o que certamente traria reflexos positivos incluindo a redução de taxas de criminalidade.

A análise da inserção de mulheres responsáveis por domicílios indica diferentes rumos dos encontrados entre os chefes. A participação da chefia feminina menos instruída

é predominante no trabalho doméstico, base para a organização de outros domicílios, incluindo aqueles com mulheres que também entraram no mercado de trabalho e que necessitam de ajuda para reduzir sua dupla jornada.

TABELA 4.11 – DISTRIBUIÇÃO DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOM.  
POR ATIVIDADE, SEGUNDO INSTRUÇÃO – CAMPINAS, 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE	Pop. Ocup./25e+
A - Agric. / Pec. / Silvicult. / Expl. Fl.	0,8	1,2	0,4	0,5
D - Indústrias de Transformação	9,9	8,9	16,3	11,2
G - Comércio; rep.veíc. auto. /obj./dom.	9,6	6,2	13,5	13,6
H - Alojamento e Alimentação	8,2	12,4	7,3	5,4
K - Ativ.Im. / Alug. / Serv.Prest.Empr.	6,6	7,4	6,9	8,1
L - Adm. Púb., Defesa e Seg. Soc.	2,2	1,9	1,8	4,1
M - Educação	2,8	3,2	7,9	14,0
N - Saúde e Serviços Sociais	6,0	6,8	17,4	11,2
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	1,7	4,4	6,1	5,5
P - Serviços Domésticos	47,0	43,3	16,9	16,3
Outros*	5,3	4,4	5,6	10,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	16,9	35,0	59,0	46,20
Total com trabalho (N)	954	3 057	4 131	132 231
Total geral (N)	5 630	8 742	7 004	286 188

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* B, C, E, F, I, J e Q (conforme Anexo) e atividades mal especificadas.

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

Tanto para mulheres responsáveis por domicílios analfabetas absolutas, quanto funcionais de Campinas a participação em serviços domésticos é alta, chegando próxima aos 50% no primeiro caso. Já, entre a população ocupada com 25 anos e mais de idade feminina, embora este tipo de atividade seja representativo, não é observada uma importância similar. A indústria de transformação e o comércio são ramos de atividades, onde se observa uma certa concentração de responsáveis com oito anos de estudo, sendo observável também a de chefes com os outros dois níveis de instrução. Mas é possível notar uma participação mais baixa de chefes analfabetas absolutas e funcionais nesses ramos de atividade, que exigem normalmente maiores níveis de instrução, resultando em sua elevada participação nos serviços domésticos, superior até a de homens na construção civil, o que demonstra um adicional às reduzidas opções de atividades encontradas pelos menos instruídos: o gênero. Surge a importância, entre as mulheres – principalmente as mais instruídas –, de atividades relacionadas à educação, saúde e serviços sociais.

TABELA 4.12 – DISTRIBUIÇÃO DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOM.  
POR ATIVIDADE, SEGUNDO INSTRUÇÃO – HORTOLÂNDIA – 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE	Pop. Ocup./25e+
A - Agric. / Pec. / Silvicult. / Expl. Fl.	6,4	0,0	0,0	1,1
D - Indústrias de Transformação	9,2	8,4	5,4	13,5
F - Construção	0,0	1,7	4,5	1,1
G - Comércio; rep. veíc. auto. /obj. /dom.	0,0	2,0	12,2	10,6
H - Alojamento e Alimentação	14,9	9,5	12,0	8,7
K - Ativ.Im. / Alug. / Serv.Prest.Empr.	6,1	6,2	5,0	6,8
L - Adm. Púb. / Defesa / Segur.Soc.	0,0	0,0	5,7	3,9
M - Educação	4,0	0,0	11,7	8,4
N - Saúde e Serviços Sociais	4,0	4,6	13,0	6,5
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	8,5	2,4	4,8	5,6
P - Serviços Domésticos	47,0	63,4	21,9	28,8
Outros*	0	1,8	3,8	5,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	24,7	42,1	63,0	42,8
Total com trabalho (N)	328	547	442	16 209
Total geral (N)	1 329	1 299	701	37 920

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Atividades B, C, E, I, J, Q (conforme Anexo) e atividades mal especificadas.

Obs.: Responsáveis e PEA com idades iguais e acima de 25 anos.

Confirma-se para Hortolândia a predominante participação de mulheres responsáveis por domicílios analfabetas absolutas e funcionais em serviços domésticos, principalmente no caso das últimas. Há também uma proporção significativa de mulheres chefes de domicílios com oito anos de estudo neste ramo de atividade, o que reflete a falta de diversidade de setores neste município, colocando mais barreiras à inserção das menos instruídas e agravando o quadro para os responsáveis com oito anos de estudo. Isto é confirmado pela igualmente elevada proporção de mulheres na população ocupada com 25 anos e mais de idade que ainda trabalham como empregadas domésticas.

(...) a expansão do emprego feminino vem ocorrendo em circunstâncias econômicas bastante adversas para uma inserção de qualidade no mercado de trabalho. A insistência das mulheres por uma participação na atividade econômica mais ampla e diversificada, indo além das ocupações tipicamente femininas tem sido prejudicada pela deterioração das condições gerais do mercado de trabalho, associada a um padrão de absorção de mão-de-obra precário caracterizado pela informalidade das relações de trabalho e por baixos salários (LEONE, 2003, p.201).



Atividades relacionadas a alojamento e alimentação também são significativas em Hortolândia (tabela 4.12). É baixa a participação da chefia feminina em indústrias de transformação, confirmando a preferência por mão-de-obra masculina e qualificada geralmente de outras cidades. Esta análise torna-se, no entanto, um pouco restrita pelo baixo número de mulheres responsáveis por domicílios ocupadas, segundo estes três níveis de instrução e este nível de cruzamento. Por este motivo analisou-se também a inserção da população feminina geral de Hortolândia por atividade (Anexo), segundo nível de instrução, indicando tendência bastante semelhante da encontrada entre as responsáveis<sup>29</sup>.

TABELA 4.13 – DISTRIBUIÇÃO DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOM. POR ATIVIDADE, SEGUNDO INSTRUÇÃO - INDAIATUBA, 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE	Pop. ocup./25e+
D - Indústrias de Transformação	18,1	8,8	27,4	24,8
G -Com.Rep.veíc. auto. / obj. / dom.	9,5	10,9	11,3	12,5
H - Alojamento e Alimentação	19,0	6,5	10,5	6,6
I – Transp. / Armazen. / Comunicações	10,3	0,0	2,1	1,6
K – Ativ. Im. / Alug. / Serv. Prest. Empr.	0,0	2,6	1,6	5,4
M - Educação	0,0	2,1	6,4	11,2
N - Saúde e Serviços Sociais	0,0	2,6	10,2	5,5
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	6,9	6,7	9,7	5,0
P - Serviços Domésticos	36,2	57,0	15,8	19,7
Outros*	0,0	2,8	5,1	7,7
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	12,5	27,3	53,6	42,2
Total com trabalho (N)	116	386	373	16 797
Total geral (N)	932	1 415	696	39 765

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Atividades: A, B, C, E, F, J, L, Q (conforme Anexo) e atividades mal especificadas.

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

O mesmo é observado para a chefia feminina de Indaiatuba em função de um ainda mais baixo valor absoluto, principalmente no caso de chefes analfabetas absolutas ocupadas (N=116). Nota-se o grande peso do trabalho doméstico para as chefes analfabetas funcionais e em seguida o comércio. Já a maior instrução de chefes com oito anos de estudo possibilita uma mais elevada participação nas indústrias de transformação, além de uma mais variada distribuição entre as atividades<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Conforme tabela 16A do anexo.

<sup>30</sup> Em anexo, tabela 17A, a distribuição da população ocupada feminina de 25 anos e mais de idade de Indaiatuba por atividade - mais representativa em termos de números absolutos -

Entre a população ocupada feminina com 25 anos e mais de idade o mesmo é observado, mas o peso dos serviços domésticos permanece significativo.

Em comparação com homens responsáveis por domicílios, nota-se, que mulheres chefes de domicílios mais instruídas trabalham em atividades relacionadas aos setores de saúde, serviços sociais e educação.

Nos setores de prestação de serviços e de atividades sociais, a proporção de mulheres supera a taxa de 60%, indicando que estas são ocupações com grande capacidade de absorção de mão-de-obra feminina. Não se observam grandes mudanças, entre 1989 e 1999, na composição ocupacional por sexo nesses mesmos setores econômicos (POCHMANN, 2005, p. 73).

Novamente, foram encontrados resultados diversificados para as três cidades no que se refere à absorção de mão-de-obra com esses três níveis de instrução, mas obedecendo a um padrão claro de atividades mais exercidas por homens e outras por mulheres. Homens responsáveis por domicílios com baixa instrução encontram ainda, na construção civil, mais chances de emprego. Já as mulheres chefes de domicílios analfabetas absolutas e funcionais com menos alternativas, concentram-se de forma mais elevada em atividades ligadas ao serviço doméstico. O analfabetismo absoluto e o funcional da chefia feminina são empecilhos ainda mais graves para uma inserção diferenciada no mercado de trabalho.

Homens responsáveis por domicílios com oito anos de estudo possuem mais chances de trabalho na indústria de transformação. Já as mulheres chefes de domicílios com este nível de instrução têm uma participação mais diferenciada de acordo com o município em que vivem, o que demonstra, de um lado, mais possibilidades de trabalho em uma diversidade maior de setores em relação às chefes analfabetas absolutas e funcionais e de outro talvez um maior risco de trabalharem sem carteira assinada.

Pochmann (2002) constatou também uma alteração na composição da ocupação geral entre 1989 e 2000, reforçando a importância dos efeitos conseqüentes da

---

segundo os três níveis de instrução, revela-se semelhante, sendo que a população ocupada feminina analfabeta absoluta está igualmente mais presente em atividades relacionadas a serviços domésticos, indústria de transformação e alojamento.

reestruturação produtiva para o mercado de trabalho, com sua intensificação nos anos 90, em termos de atividade e formalidade, cuja temática será desenvolvida em seguida.

A primeira transformação encontra-se na composição setorial da ocupação, decorrente da transição de uma região de dominância industrial para de comércio e serviços. Somente entre 1989 e 2000, por exemplo, a RMC perdeu cerca de 49,7 mil postos de trabalho com contrato formal no setor industrial, enquanto o setor terciário elevou em 118,8 mil novas vagas (p.138).

Outro estudo aponta semelhantes tendências:

Embora as características de nossa sociedade sejam predominantemente urbanas, o aumento da participação da mulher nesse mercado é relativamente recente e ocorre em um período de intensa transformação. Entre as principais características desse período, destacam-se a redução dos postos de trabalho no setor industrial e a quebra de tendência da formalização da relação trabalhista, aspecto importante na estruturação do mercado de trabalho dos trinta anos subseqüentes ao período da II Guerra Mundial, nos países industrializados e também no Brasil (MONTAGNER, 2000, p. 161).

Ainda em relação aos efeitos da reestruturação produtiva, no mesmo estudo apontado anteriormente, é revelado outro dado importante: a crescente participação de micro<sup>31</sup> e pequenas<sup>32</sup> empresas na geração de empregos na RMC: “estas foram responsáveis pela geração de 70,8 mil postos de trabalho entre 1989 e 2000, enquanto as grandes<sup>33</sup> empresas terminaram eliminando 30,8 mil postos de trabalho” (Pochmann, 2002, p. 140).

---

<sup>31</sup> Até 9 empregados.

<sup>32</sup> De 10 a 49 empregados.

<sup>33</sup> Mais de 250 empregados.

TABELA 4.14 - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE HOMENS RESP. P/ DOM. SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO E POP. OCUP. / 25E+ CAMPINAS – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo			Pop. Ocup.
	ANAB	ANAF	8AE	
Empregado com carteira de trabalho assinada	47,4	47,2	56,0	52,4
Empregado s/ carteira de trabalho assinada	16,4	15,7	12,0	14,4
Empregador	1,0	2,2	5,4	6,4
Conta-própria	30,3	32,8	26,0	25,8
Outros*	5,0	2,1	0,6	1,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	45,0	57,5	77,4	72,2
Total geral (N)	9 641	20 695	25 943	257 838

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Trab. dom. c/ e s/ carteira, aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio cons.

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

Homens responsáveis por domicílios analfabetos absolutos, funcionais e com oito anos de estudo de Campinas são geralmente: ‘empregados com carteira de trabalho assinada’, ‘empregados sem carteira’ e trabalham por ‘conta-própria’<sup>34</sup>, mesmo que a intensidade de participação em cada tipo de ocupação seja diferente entre eles, conforme desenvolvido a seguir.

Embora existam muitos chefes empregados sem carteira de trabalho assinada, sua proporção é geralmente bem menor que a de empregados com carteira para os três grupos analisados, segundo instrução. Mas os que mais possuem carteira assinada nas três cidades são, sem dúvida alguma, os responsáveis por domicílios com oito anos de estudo.

A instrução, além de fornecer ferramentas para o trabalho, é uma “credencial (SCHWARTZMAN, 2005)” que, de certa forma, inibe a ocorrência de trabalho informal se comparada à possibilidade de que isso aconteça entre os chefes analfabetos absolutos e funcionais. Isto fica ainda mais evidente entre a chefia masculina de Hortolândia, na tabela 4.15.

<sup>34</sup> Em anexo, tabela referente à população ocupada masculina com idades  $\geq$  25 anos, com similar distribuição.

TABELA 4.15 - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE HOMENS RESP. POR DOMICÍLIOS SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO E POP. OCUP. /25E+ HORTOLÂNDIA – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo			Pop. Ocup.
	ANAB	ANAF	8AE	
Empregado c/ carteira de trab.assinada	48,2	45,8	63,1	54,8
Empregado s/ carteira de trab.assinada	18,4	19,8	9,2	15,7
Conta-própria	30,4	31,8	25,6	26,8
Outros*	2,9	2,7	2,2	2,7
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	51,9	60,8	81,4	73,0
Total geral (N)	2 282	4 742	4 545	37 478

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Trab. dom. c/ e s/ carteira, aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio cons. e empregador

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

Em Hortolândia (tabela 4.15), novamente há uma maior participação de homens responsáveis por domicílios e da população ocupada masculina com vinte e cinco anos e mais de idade nas ocupações 'empregado com carteira de trabalho assinada, sem carteira e conta própria'<sup>35</sup>. A formalidade entre responsáveis com oito anos de estudo é claramente superior a de chefes analfabetos absolutos e funcionais. Já a ocupação por conta-própria é mais representativa entre os dois grupos menos instruídos.

TABELA 4.16 - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE HOMENS RESP. POR DOMICÍLIOS SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO E POP. OCUP. / 25E+ INDAIATUBA – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo			Pop. Ocup.
	ANAB	ANAF	8AE	
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho assinada	10,1	5,2	1,0	1,9
Trabalhador doméstico s/ carteira de trabalho assinada	3,3	2,2	0,8	0,8
Empregado c/ carteira de trabalho assinada	32,1	36,8	58,0	48,5
Empregado s/ carteira de trabalho assinada	21,3	21,0	15,2	16,1
Empregador	0,0	0,7	4,0	5,5
Conta-própria	30,9	33,8	20,5	26,8
Outros*	2,3	0,3	0,4	0,5
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	50,7	68,4	87,1	76,3
Total geral (N)	1 857	4 251	4 093	38 468

Fonte: Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio cons.

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

<sup>35</sup> Tabela 21A (anexo) referente à população ocupada masculina de Hortolândia, segundo os três níveis de instrução indica semelhantes distribuições.

Em Indaiatuba, há uma diferenciação mais clara em relação à proporção de participação na formalidade dos empregados, segundo nível de instrução, crescendo conforme aumentam os anos de estudo. Novamente vêm à tona chefes trabalhadores domésticos analfabetos absolutos, sendo a formalidade, neste tipo de emprego, maior que a informalidade. Chamam novamente atenção os elevados valores da posição na ocupação por conta-própria para os três níveis de instrução analisados, sendo mais significativos entre os responsáveis analfabetos absolutos e principalmente funcionais.

Conforme observado, chama atenção, a proporção de homens responsáveis por domicílios para as três cidades e níveis de instrução na categoria “conta própria”, uma consequência das já mencionadas mudanças intensificadas durante os anos 90, com o oferecimento de uma quantidade enxuta de postos de trabalho, fazendo com que trabalhadores tenham que buscar outras alternativas de sobrevivência. É notada principalmente para os dois grupos de analfabetos, não sem razão de ser.

TABELA 4.17 - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE MULHERES RESP. POR DOM. SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO E POP. OCUP. /25E+ CAMPINAS – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo			Pop. Ocup.
	ANAB	ANAF	8AE	
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho assinada	19,5	19,4	7,0	7,9
Trabalhador doméstico s/ carteira de trabalho assinada	27,5	23,9	9,9	8,4
Empregado com carteira de trabalho assinada	29,0	30,8	52,9	47,3
Empregado s/ carteira de trabalho assinada	11,1	10,0	13,6	15,7
Conta-própria	12,8	14,6	14,8	16,0
Outros*	0,0	1,5	1,9	4,7
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	16,9	35,0	59,0	46,2
Total geral (N)	5 628	8 745	7 004	286 188

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Empregador, aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio consumo

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

As mulheres responsáveis por domicílios analfabetas absolutas de Campinas (tabela 4.17) exercem mais funções como trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada e como empregadas com carteira de trabalho assinada. Sendo o mesmo observado entre as analfabetas funcionais. Já chefes com oito anos de estudo são predominantemente empregadas com carteira de trabalho assinada. Nota-se, entre as mulheres, novamente o importante peso da trabalhadora doméstica, o que é confirmado também para Hortolândia e Indaiatuba.

TABELA 4.18 - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE MULHERES RESP. POR DOM. SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO E POP. OCUP. /25E+ HORTOLÂNDIA – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo			Pop. Ocup.
	ANAB	ANAF	8AE	
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho assinada	23,0	33,3	4,5	15,0
Trabalhador doméstico s/ carteira de trabalho assinada	23,9	30,2	17,4	13,8
Empregado com carteira de trabalho assinada	20,9	22,7	41,2	38,4
Empregado s/ carteira de trabalho assinada	14,4	4,9	21,0	16,2
Conta-própria	17,8	9,0	14,0	14,6
Outros*	0	0	1,8	2,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	24,6	42,1	63,1	42,7
Total geral (N)	1 327	1 299	701	37 920

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Empregador, aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio consumo

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

Em Hortolândia, no que diz respeito à carteira de trabalho assinada, as mulheres responsáveis por domicílios analfabetas absolutas e funcionais inseridas no trabalho doméstico praticamente dividem-se: metade possui carteira de trabalho assinada e a outra metade trabalha informalmente. Chefes com oito anos de estudo estão menos representadas em relação à formalidade no trabalho doméstico. Pelo seu mais alto nível de instrução, talvez esse tipo de inserção tenha um caráter mais transitório, pelo menos como desejo, até o encontro de um trabalho melhor remunerado. As mais instruídas trabalham mais como empregadas com carteira de trabalho assinada, o que reforçaria, de certa forma, a hipótese anterior. Para chefes de domicílios analfabetas absolutas e funcionais, no caso das empregadas (não domésticas), a formalidade é também superior à informalidade.

A posição na ocupação por conta-própria sinaliza talvez uma saída e não uma escolha para mulheres responsáveis por domicílios com oito anos de estudo. Entre as analfabetas absolutas, seu peso também é grande, provavelmente como reflexo de uma recusa de ofertas para o trabalho como empregadas domésticas, com mais chances para analfabetas funcionais.

Ainda sobre Hortolândia, dados da tabela 22A do anexo para a população ocupada feminina, segundo instrução com idades iguais e acima de 25 anos, revelam uma diferente distribuição das posições de ocupação apontando, por exemplo, uma maior informalidade das empregadas domésticas analfabetas absolutas e maior proporção de conta-própria entre as analfabetas funcionais.

TABELA 4.19 - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO – INDAIATUBA – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo			Pop. Ocup.
	ANAB	ANAF	8AE	
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho assinada	23,9	9,6	7,2	7,9
Trabalhador doméstico s/ carteira de trabalho assinada	12,0	47,6	8,6	11,8
Empregado c/ carteira de trabalho assinada	18,0	19,6	52,9	38,8
Empregado s/ carteira de trabalho assinada	19,7	10,3	17,4	18,5
Empregador	12,0	0,0	4,8	3,4
Conta-própria	14,5	12,9	9,1	18,3
Outros*	0,0	0,0	0,0	1,4
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	12,5	27,3	53,7	42,2
Total (N)	933	1 416	697	39 766

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Empregador, aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio consumo

Obs.: Responsáveis e população ocupada com idades iguais e acima de 25 anos.

Em Indaiatuba surge novamente a dificuldade de análise, devido aos baixos números absolutos de mulheres responsáveis por domicílios principalmente analfabetas absolutas, que trabalham.

A informalidade de trabalhadoras domésticas responsáveis por domicílios é mais elevada entre as analfabetas funcionais. Já as mulheres chefes de domicílios com oito anos de estudo concentram-se novamente na ocupação de empregados com carteira de trabalho assinada. A participação na ocupação por conta-própria não diverge muito entre os três grupos, segundo níveis de instrução, decrescendo do menor ao maior nível de instrução.

Na população feminina ocupada de Indaiatuba (Pop. ocup.) com a mesma faixa etária, nota-se sua maior participação como empregadas (não domésticas) com carteira de trabalho assinada, seguidas por empregadas sem carteira assinada, sendo também observada uma alta proporção de mulheres trabalhadoras por conta própria e trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada.

Os mesmos dados foram levantados para a população feminina com 25 anos e mais de idade, segundo os três níveis de instrução, na tabela 24A do anexo e, como em Hortolândia, a distribuição deu-se de maneira diferenciada. Um exemplo disto é a maior concentração de trabalho informal entre as responsáveis por domicílios que são analfabetas absolutas exercendo serviços domésticos, ou a maior participação por conta-própria de analfabetas funcionais e chefes com oito anos de estudo. Esta variação pode ser



resultado de uma baixa representatividade na cidade de chefia feminina com esses níveis de instrução, o que pode significar realmente maneiras de inserção de responsáveis por domicílios no que diz respeito a carteira de trabalho assinada, outras que não as encontradas geralmente pela população ocupada feminina, com os correspondentes níveis de instrução, provavelmente pelo caráter mais emergencial de busca por trabalho em função de seu papel de provedora principal de renda ao domicílio.

De uma forma geral, acrescenta-se na análise da inserção da chefia feminina, além das três ocupações mais encontradas entre os homens – empregados com e sem carteira de trabalho assinada e conta-própria – as categorias: trabalhador doméstico com e sem carteira de trabalho assinada, conforme apontado anteriormente.

Responsáveis com oito anos de estudo são novamente encontradas principalmente na ocupação ‘empregado com carteira de trabalho assinada’ para as três cidades no caso das mulheres, o que aponta melhores condições de proteção social em relação às analfabetas.

A situação relativa à informalidade para mulheres responsáveis por domicílios com oito anos de estudo de Hortolândia é de grande importância, apontando sua maior vulnerabilidade em relação às dos outros municípios com este mesmo nível de instrução e principalmente em relação aos homens.

Algumas tendências puderam ser identificadas: existe uma maior possibilidade de inserção com maior qualidade de acordo com um maior nível de instrução. Mas isto se dá de forma variada de acordo com o espaço urbano e suas estruturas de oportunidades e com o gênero em questão.

A instrução é, portanto, um ativo indiscutível para uma inserção mais efetiva no mercado de trabalho em termos quantitativos e qualitativos. Existe, porém, o papel das estruturas de oportunidades em cada município podendo, em função de sua efetividade, tanto facilitar esse processo de entrada e permanência, quanto dificultá-lo. Além disso, foi possível notar a existência de maiores barreiras para as mulheres nesse processo.

### 4.1.3. Os rendimentos do trabalho

A análise das relações entre rendimentos recebidos e grau de instrução revela que as chances de aumentá-los cresce com o nível de instrução, mas, novamente, de forma diferente na comparação entre espaço e gênero.

Dos homens responsáveis por domicílios com oito anos de estudo 49,6% daqueles de Campinas e 46,1% daqueles de Indaiatuba recebem mais de cinco salários mínimos. Mas isto não ocorre com a mesma intensidade entre os chefes de Hortolândia com este mesmo nível de instrução: 38,9%, o que tende a confirmar uma dificuldade de absorção pelo mercado de trabalho desta cidade, da mão-de-obra local mais instruída.

Por outro lado, homens chefes de domicílios analfabetos absolutos e funcionais desta mesma cidade têm chances um pouco maiores de ganhar entre dois e cinco salários mínimos – 49,60% e 59,6% respectivamente, contra 47,8% 53,0% em Campinas e 45,5% e 54,3% em Indaiatuba. 15% de chefes analfabetos absolutos de Hortolândia recebem mais de 5 salários mínimos. As proporções correspondentes aos responsáveis dos outros municípios nesta faixa salarial e com o mesmo nível de instrução são: 10% em Campinas e 3,8% em Indaiatuba. Há, aparentemente, uma menor diferença salarial entre os homens de Hortolândia com esses três níveis de instrução.

Já as mulheres chefes de domicílios analfabetas absolutas de CPQ, HOR e IND concentram-se na faixa etária até 2 salários mínimos, respectivamente: 70,9%, 81,0% e 78,4%. O mesmo ocorre para as analfabetas funcionais, mas em menor proporção: 59,7%, 66,1% e 83,5%. Há uma melhora salarial entre as cidades para as responsáveis com oito anos de estudo principalmente em Campinas, mas sua proporção na faixa salarial acima de cinco salários mínimos é bem menor se comparada a de homens responsáveis por domicílios com o mesmo nível de instrução.

Os campos sombreados da tabela indicam as faixas salariais referentes aos rendimentos do trabalho principal em salários mínimos, onde mais se concentram os responsáveis por domicílios nos diferentes níveis de instrução<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Conforme tabela 25A do anexo, a análise do total de rendimentos provindos do trabalho principal da população ocupada de 25 anos e mais de cada município, segundo sexo e nível de instrução equivalentes, apresenta semelhante distribuição.

TABELA 4.20 – RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS, SEGUNDO INSTRUÇÃO E TOTAL DE RENDIMENTOS DO TRABALHO PRINCIPAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS - 2000

	Nível de instrução	até 2 SM	de 2 a 5 SM	Acima de 5 SM	Total (%)	Total (N)
Campinas Homens	ANAB	42,30	47,80	10,00	100,00	4 334
	ANAF	27,20	53,00	19,90	100,00	11 904
	8AE	6,90	43,50	49,60	100,00	20 067
Campinas Mulheres	ANAB	70,90	25,00	4,10	100,00	951
	ANAF	59,70	35,50	5,00	100,00	3 060
	8AE	28,10	49,90	22,00	100,00	4 133
Hortolândia Homens	ANAB	35,50	49,60	15,00	100,00	1 183
	ANAF	22,00	59,60	18,40	100,00	2 881
	8AE	9,08	52,00	38,92	100,00	3 700
Hortolândia Mulheres	ANAB	81,00	19,00	0,00	100,00	327
	ANAF	66,10	34,00	0,00	100,00	548
	8AE	31,10	51,20	17,70	100,00	441
Indaiatuba Homens	ANAB	50,80	45,50	3,80	100,00	941
	ANAF	27,80	54,30	18,00	100,00	2 908
	8AE	8,40	45,50	46,10	100,00	3 566
Indaiatuba Mulheres	ANAB	78,40	9,50	12,10	100,00	116
	ANAF	83,50	16,60	0,00	100,00	386
	8AE	32,80	47,30	19,90	100,00	372

Fonte: Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

É novamente clara a importância da instrução formal como ativo para o alcance de melhores condições salariais, mas, uma vez mais, isto ocorre, de forma diferenciada de acordo com o espaço urbano, no interior da Região Metropolitana de Campinas e também de acordo com o sexo do chefe, implicando em diferentes significados para os domicílios, dependendo do peso de sua contribuição à renda familiar<sup>37</sup>.

(...) na Região Metropolitana de São Paulo, em geral, as mulheres de famílias de baixa renda que trabalham detêm um nível de renda que consegue elevar substancialmente o nível de renda familiar. Existem situações em que isto não ocorre devido à existência de

<sup>37</sup> Um dado importante deve ser acrescentado nesta análise. Pochmann apontou para a RMC, entre 1991 e 2000, um aumento do número de responsáveis por domicílios sem renda: de 17,8 mil para 51,3 mil e paralelamente a isso um aumento da violência: de 16 casos de homicídio por mil habitantes para 38,3.

tipos especiais de família: as que têm no trabalho da mulher a principal fonte de renda ou, então, as que têm um nível de renda familiar muito baixo devido ao grande tamanho da família (LEONE, 2000, p. 15).

É importante lembrar que as responsáveis por domicílios são mais idosas, que homens chefes de domicílios, sendo o papel dos benefícios previdenciários importante, um dos fatores de sua menor inserção no mercado de trabalho, se o total de responsáveis, sem limite superior de idade for analisado. Mas, mesmo assim, o ponto fundamental é que existe o trabalho sob condições salariais mais precárias para mulheres responsáveis por domicílios, sendo a desvantagem maior para as menos instruídas.

Isto também é observado para o Brasil:

Em 2000, persistem as diferenças entre os rendimentos masculinos e femininos. O rendimento das mulheres responsáveis é inferior ao rendimento dos homens responsáveis representando 71,5% do valor, (R\$ 591,00 contra R\$ 827,00). Em 1991, esta diferença era pouco maior ainda representando 63,1% (Cr\$ 86.765,00 contra Cr\$ 137.450,00) (IBGE, 2002, p. 27).

Essa diferença salarial encontrada entre homens e mulheres responsáveis por domicílios para os três níveis de instrução e municípios considerados ressalta, portanto, além da instrução, a importância da dimensão de gênero, que implica, novamente, em uma inserção de mulheres no mercado de trabalho mais prejudicada.

A exclusão por gênero, nos mercados de trabalho, é examinada levando-se em conta três aspectos inter-relacionados: a natureza precária do trabalho feminino, a segregação ocupacional e a discriminação salarial diante dos homens (OLIVEIRA e ARIZA, 2001, p. 78).

A segregação ocupacional e a discriminação salarial também puderam ser verificadas para mulheres chefes de domicílios de Campinas, Hortolândia e Indaiatuba. Talvez menores diferenças sejam encontradas na análise de dados do Censo Demográfico de 2010.

A busca por novos rumos para uma melhor inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho faz-se cada vez mais necessária. Além disso, mecanismos estatais de proteção precisam ser priorizados para que postos de trabalho sejam mantidos e outros criados. Caminhos alternativos devem ser cautelosamente estudados, pois o

desenvolvimento do capitalismo, com base na evolução tecnológica e redução de postos de trabalho, sugere tempos mais difíceis tanto a trabalhadoras, quanto a trabalhadores. As estruturas de oportunidades oferecidas pelo Estado e pelo mercado parecem, de fato, diminuir seu potencial de acompanhamento do crescimento da PEA, no que diz respeito, principalmente ao oferecimento de empregos.

A educação é, portanto, um importante ativo para a inserção no mercado de trabalho, possibilitando um aumento dessa inserção, maiores opções de setores de atividades, uma maior chance de contratos formais e aumento da renda relativa ao trabalho principal. Mas existem outras dimensões a serem levadas em consideração: o gênero – com a permanência de maiores vantagens para os homens – e as estruturas de oportunidades oferecidas em cada espaço urbano.

Conforme observado no terceiro capítulo, as três cidades analisadas apresentam estruturas econômicas diferenciadas com distintos graus de dinamismo, levando a uma geração de empregos desigual, o que aumenta, ou diminui as chances de inserção, dificultando, cada vez mais, as possibilidades para os menos instruídos. Uma grande desvantagem em relação a isso foi observada para a população e mais especificamente para os responsáveis por domicílios de Hortolândia, cidade que possui ainda baixo desenvolvimento de seu setor de serviços, como exemplo de uma importante fonte de empregos da atualidade. Associado a isso, notou-se igualmente para o mesmo município uma menor quantidade de incentivos relacionados à qualificação profissional e geração de empregos.

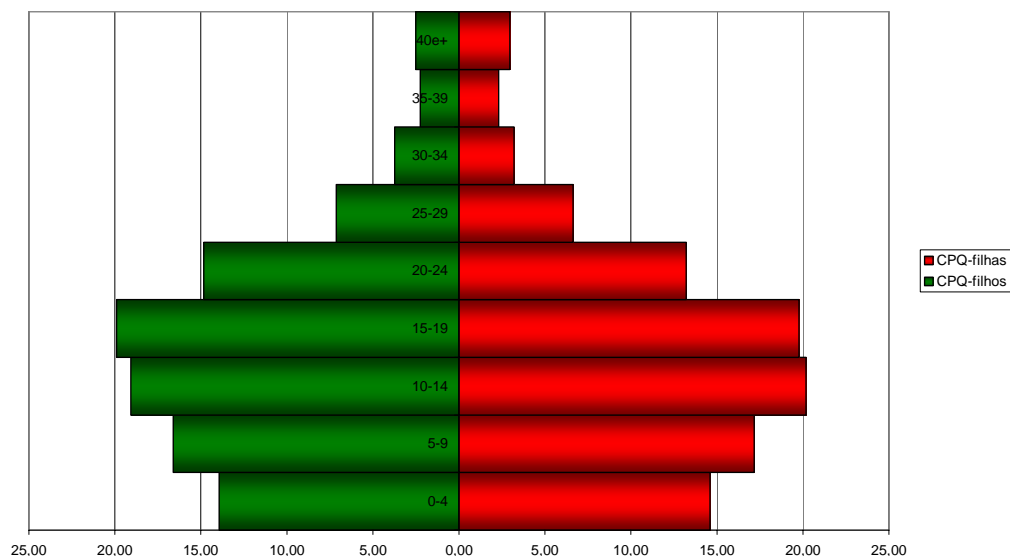
A instrução formal, além de importante por si só, como fonte de conhecimentos gerais, possibilitando um melhor desenvolvimento de uma consciência crítica, pode ser considerada também um importante ativo para a inserção no mercado de trabalho. Sua importância é indiscutível. Mas sua eficiência é relativa, pesando necessariamente as estruturas de oportunidades locais.

## 4.2. A reprodução das desigualdades: sucessão geracional e oportunidades educacionais

Responsáveis por domicílios com baixa instrução enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, conforme desenvolvido anteriormente. O baixo nível de instrução pode implicar em outros tipos de risco. O último deles, a ser investigado por este trabalho, diz respeito à relação entre instrução de pais e qualidade de vida de filhos em termos de escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Por este motivo, uma comparação entre instrução e inserção no mercado de trabalho de filhos de responsáveis por domicílios analfabetos absolutos, funcionais e com oito anos de estudo indicará algumas direções a este respeito.

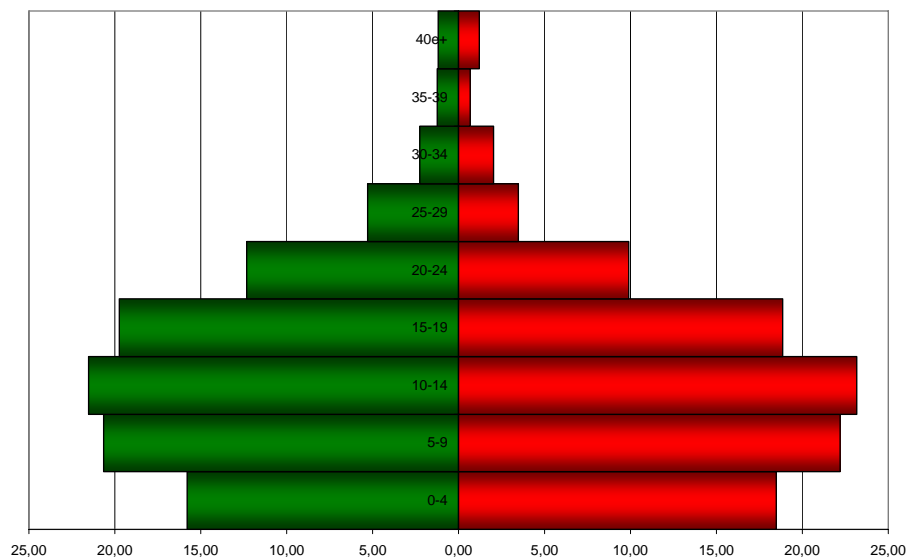
A comparação das pirâmides etárias dos filhos de responsáveis por domicílios das três cidades revela novamente a idade mais jovem da população de Hortolândia e a maior similaridade entre Campinas e Indaiatuba na distribuição dos filhos por faixas etárias.

GRÁFICO 4.10. - CPQ, PIRÂMIDE ETÁRIA DE FILHOS DE RESP. POR DOM. >= 25 ANOS - 2000



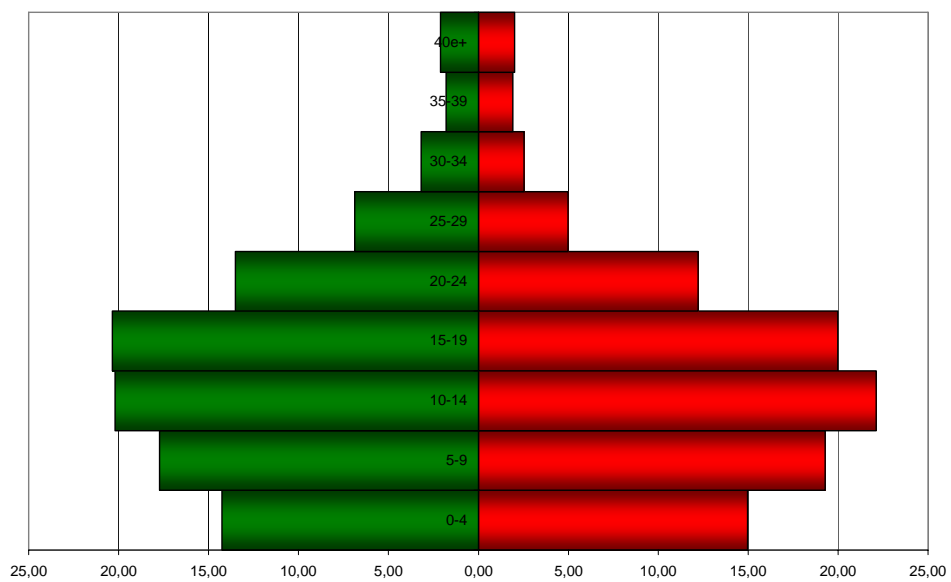
Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

GRÁFICO 4.11. - HOR, PIRÂMIDE ETÁRIA DE FILHOS DE RESP. POR DOM. => 25 ANOS - 2000



Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

GRÁFICO 4.12. - IND, PIRÂMIDE ETÁRIA DE FILHOS DE RESP. POR DOM. >= 25 ANOS - 2000

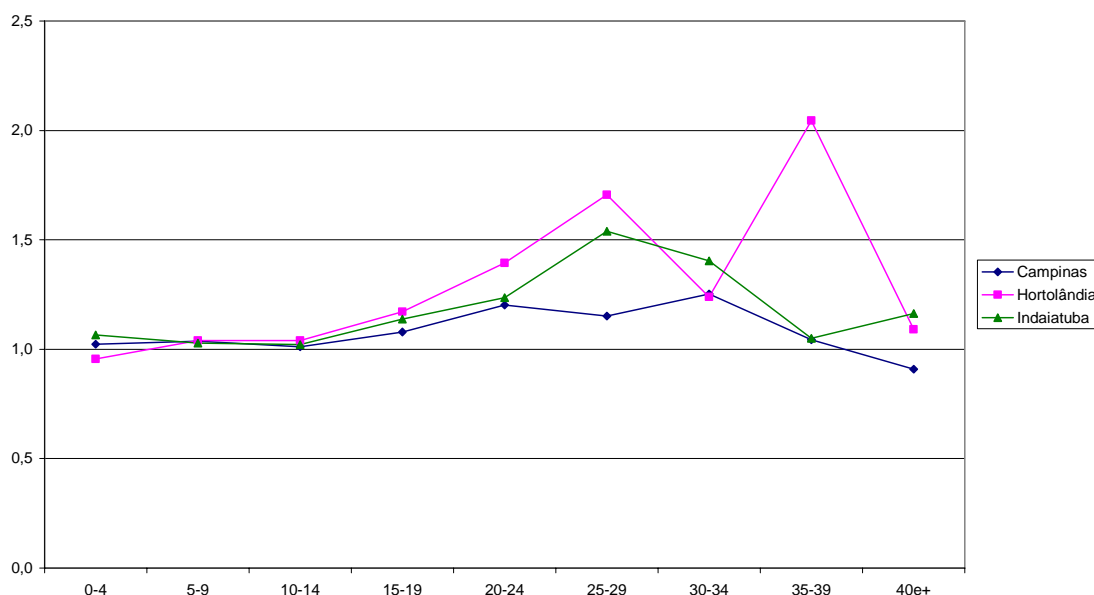


Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

É notada, no gráfico 4.13<sup>38</sup>, uma semelhante proporção de filhas e filhos nos municípios estudados nas três primeiras faixas etárias. Nas demais idades, prevalece uma maior presença de filhos homens, com exceção da última faixa etária de Campinas, onde as mulheres aparecem com mais frequência.

Uma explicação possível para a maior presença de filhos (homens) a partir dos 15 anos poderia estar relacionada às diferentes temporalidades de filhos e filhas na transição para a vida adulta. Um exemplo disso é o fato das mulheres se casarem geralmente mais cedo que os homens.

GRÁFICO 4.13 - RAZÃO DE SEXO DE FILHOS RESIDENTES



Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

Filhos e filhas, que moram com responsáveis por domicílios com vinte e cinco anos e mais de idade, correspondem em Campinas a um total de 371.477, o equivalente a 1,4 filhos por domicílio. Para Hortolândia, esses valores são: 64.774 e 1,7 e para Indaiatuba: 59.754 e 1,6.

<sup>38</sup> Razão de sexo = número de homens na idade (x) / número de mulheres na idade (x)



#### 4.2.1. Escolaridade de filhos residentes: uma herança?

Primeiro, foi constatada a importância da educação como ativo para o enfrentamento de riscos na inserção de chefes de domicílios no mercado de trabalho. Agora, investiga-se a contribuição do nível de instrução de responsáveis por domicílios no que diz respeito a escolaridade de seus filhos.

A tabela 4.21 aponta que filhos de responsáveis por domicílios analfabetos absolutos apresentam escolaridade mais baixa, que os de chefes analfabetos funcionais e estes uma vantagem menor em relação aos filhos de responsáveis com oito anos de estudo, estabelecendo-se novamente o papel importante da instrução como ativo.

TABELA 4.21. - PROPORÇÃO DE FILHOS **ENTRE 11 E 15 ANOS**<sup>39</sup> COM < 4 ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO NÍVEL DE INSTR. DE RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS - 2000

	de resp ANAB		de resp ANAF		de resp 8AE	
CPQ	24,2	3 173	20,1	8 007	10,5	10 694
HOR	21,0	1 139	18,5	2 478	6,6	2 073
IND	23,1	399	22,3	1 996	6,6	1 928

Fonte: IBGE, Microdados Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

Na comparação da escolaridade de filhos de responsáveis por domicílios com os três níveis de instrução considerados, é observada, em Hortolândia, uma proporção menor ou similar de analfabetos absolutos e funcionais somados (< 4 anos de estudo). Geralmente Campinas e Indaiatuba apresentaram dados melhores no decorrer deste trabalho. Isto demonstra a educação como uma provável prioridade desta cidade e como conseqüência, um avanço importante na escolaridade de sua população, com a preocupação de atender sua geração mais nova<sup>40</sup>. As diferenças não são tão grandes assim, mas evidenciam também que além da instrução do responsável, novamente a oferta de oportunidades educacionais nos diferentes espaços urbanos tem um peso importante.

Filhos de chefes analfabetos absolutos e funcionais não estão muito diferentemente representados no que diz respeito a sua escolaridade abaixo dos quatro anos de estudo,

<sup>39</sup> Explicação para delimitação etária conforme Cap. 2, p. 34.

<sup>40</sup> Mas não pode deixar de ser mencionada a baixa quantidade de filhos nessa faixa etária de analfabetos absolutos em Indaiatuba.

variação mais evidente entre estes e filhos de chefes com oito anos de estudo. Isto representa a importância do aumento real da instrução dos pais para a educação dos filhos. Para este caso, as vantagens mais nitidamente observadas anteriormente para os responsáveis analfabetos funcionais em relação aos analfabetos absolutos em sua inserção no mercado de trabalho ficam menos evidentes aqui: as proporções de baixa escolaridade de seus filhos são parecidas.

#### 4.2.2. Inserção econômica de filhos residentes: o papel de outros determinantes

A faixa etária de jovens entre 16 e 24 anos, para a investigação de sua ocupação, segundo a instrução de seus pais, responsáveis por domicílios, onde residem, foi escolhida por ser estabelecida como prioritária no programa do Governo Federal atual (2005) intitulado como PNPE (Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego)<sup>41</sup>, conforme mencionado no segundo capítulo.

TABELA 4.22. - DISTRIBUIÇÃO DA INSERÇÃO ECONÔMICA DE FILHOS ENTRE 16 E 24 ANOS, SEGUNDO O NÍVEL DE INSTR. DOS PAIS RESP: POR DOM. >= 25 ANOS DE IDADE - 2000

	Filhos de ANAB			Filhos de ANAF			Filhos de 8AE		
	CPQ	HOR	IND	CPQ	HOR	IND	CPQ	HOR	IND
Ocupados	50,5	56,1	63,7	54,5	49,8	61,6	54,6	48,5	59,5
Desocupados	27,1	21,6	22,3	24,6	27,8	25,0	20,3	21,7	23,2
Inativos	22,3	22,3	14,0	20,9	22,4	13,4	25,1	29,7	17,3
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	6 204	1 867	1 403	13 811	3 401	2 818	13 975	2 025	2 206

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias

Verifica-se uma maior proporção de inativos entre os filhos de responsáveis por domicílios com oito anos de estudo, se comparados aos filhos de chefes analfabetos absolutos e funcionais nas três cidades. Tal fato reflete sua menor inserção em função de uma possibilidade maior de sustento pelos pais e eventual continuidade dos estudos. Filhos de responsáveis analfabetos funcionais e com oito anos de estudo trabalham em proporções similares no interior de cada município.

<sup>41</sup> “As vagas são direcionadas prioritariamente a jovens de 16 a 24 anos, com ensino fundamental ou médio incompletos e com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. O jovem deve freqüentar a escola. Trinta por cento das vagas podem ser destinadas a jovens com ensino médio completo.” FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego.

Já as proporções de filhos desocupados variam mais em termos de espaços urbanos, que em função da instrução de responsáveis. Há por exemplo, taxas mais elevadas de desocupados filhos de analfabetos funcionais, que de absolutos em Hortolândia e Indaiatuba. Já em Campinas, as taxas de desocupados diminuem com o aumento da instrução dos chefes.

Em Indaiatuba, há aparentemente uma estrutura de oportunidades mais abrangente promovendo claramente maiores chances de inserção no mercado de trabalho, que levam a uma mais elevada proporção de filhos ocupados de responsáveis para os três níveis de instrução. Iniciativas como SENAI e a FIEC (Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura), baseadas na educação, assim como sua boa cobertura, possibilitam alternativas para um melhor desenvolvimento do jovem, que conseqüentemente traz benefícios a sua família. Nota-se, no entanto, uma maior proporção de filhos de responsáveis por domicílios com oito anos de estudo desocupados, mesmo que sutil, em relação às outras duas cidades.

Neste item, as estruturas de oportunidades oferecidas em cada espaço urbano tendem a possuir um peso central na possibilidade de inserção no mercado de trabalho, maior, inclusive, que a escolaridade dos pais.

#### **4.2.2.1. Trabalho infantil: outras implicações**

A baixa ocorrência do trabalho infantil, em termos absolutos nas três cidades impede uma análise mais desagregada, segundo o nível de instrução dos pais. Neste item, portanto, serão apenas registradas eventuais variações entre as cidades investigadas.

Uma proporção maior de crianças de 10 a 14 anos<sup>42</sup> que trabalham, foi observada em Indaiatuba em relação a Campinas e Hortolândia, representando respectivamente: 3,5%; 2,5% e 2,2%. A PNAD de 2001 registrou para a Região Sudeste 8,08% de jovens nesta faixa etária, que trabalham e, no Estado de São Paulo, 5,75% (DATASUS), sendo

---

<sup>42</sup> Faixa etária utilizada no DATASUS.

importante lembrar que estes dados referem-se à população urbana e rural, sendo que o trabalho infantil é mais comum nas áreas rurais<sup>43</sup>.

TABELA 4.23. - TRABALHO INFANTIL ENTRE FILHOS  
DE 10 A 14 ANOS DE IDADE - 2000

	Ocupados	Total (N)
CPQ	2,5	72 865
HOR	2,2	14 444
IND	3,5	12 610

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tab. próprias

Indaiatuba é a cidade com uma importância ainda significativa do setor agropecuário, o que poderia explicar, na comparação estabelecida, sua mais elevada taxa de trabalho infantil, já que sua ocorrência é mais comum neste tipo de atividade.

Hortolândia, com maior destaque ao longo do trabalho, no que diz respeito a mais baixos níveis de: instrução de responsáveis por domicílios, oportunidades diferenciadas de inserção no mercado de trabalho, renda referente ao trabalho principal e maiores taxas de desemprego, apresenta aqui, a menor taxa de trabalho infantil. Isto sugere que alguns problemas do passado parecem começar a receber um melhor encaminhamento, resultando em conseqüências mais positivas para a geração mais jovem.

Mas não deve ser esquecido o diferente significado do setor agropecuário para cada município em termos de emprego: enquanto, em Indaiatuba, 2,2% dos empregos são oferecidos pelo setor agropecuário, tanto em Campinas, quanto em Hortolândia sua proporção corresponde a 0,8% (EMPLASA).

Através deste capítulo, pôde ser verificado o importante papel da instrução como ativo na redução da vulnerabilidade, no enfrentamento de riscos sociais. No entanto, esta relação sofre importante influência da geografia das oportunidades que promovem uma maior, ou menor inserção econômica tanto para responsáveis por domicílios quanto para seus filhos. Outro elemento a ser acrescentado nesta reflexão é a maior vulnerabilidade na inserção de mulheres responsáveis por domicílios no mercado de trabalho principalmente no que diz respeito a trabalho formal e renda.

---

<sup>43</sup> Foram igualmente investigadas as proporções de trabalho infantil para filhos de todos os chefes de domicílios (sem corte de idade): em todas as cidades, mantiveram-se as mesmas: CPQ: 2,5%, HOR: 2,2% e IND: 3,5%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal questão proposta por este trabalho foi respondida: a educação formal realmente fornece ferramentas para um melhor enfrentamento de riscos sociais no que diz respeito, num primeiro momento, à inserção no mercado de trabalho de responsáveis por domicílios para as três cidades estudadas. No entanto, isto não ocorre de uma forma homogênea. Há um importante elemento envolvido nesta inserção que são as estruturas de oportunidades oferecidas nos diferentes espaços urbanos estudados. Confirma-se assim a importância da geografia das oportunidades na configuração das condições de vida das populações.

A inserção no mercado de trabalho de responsáveis por domicílios com os três níveis de instrução abordados no presente estudo – analfabetos absolutos, analfabetos funcionais e com oito anos completos de estudo – foi investigada através de sua atividade, posição na ocupação e renda.

Foi observada uma diversidade de opções de trabalho mais restrita para responsáveis por domicílios com menor nível de instrução: homens trabalham principalmente em atividades da construção civil e mulheres no serviço doméstico. Já, homens chefes de domicílios com oito anos de estudo conseguem uma importante participação na indústria de transformação. A chefia feminina com este mesmo nível de instrução participa, geralmente de uma diversidade maior de atividades, com destaque para o setor de serviços, saúde e ensino, mas ainda permanecendo em certa medida no trabalho doméstico. No entanto, isto se dá de diferentes formas em Campinas, Hortolândia e Indaiatuba.

A carteira de trabalho assinada é um direito mais alcançado por chefes de ambos os sexos com um maior nível de instrução. Nota-se uma importante participação, tanto dos menos instruídos, quanto de chefes com oito anos de estudo, em serviços por conta própria. Longe de representar um sinal de autonomia, tal fato parece ser antes resultante de um processo de crise do mercado de trabalho.

Além de uma relação positiva entre aumento de anos de estudo e rendimentos mais elevados provindos do trabalho principal, sobressaem as diferenças de remuneração entre homens e mulheres responsáveis por domicílios com os mesmos níveis de

instrução, com sinais claros de um maior prejuízo para a chefia feminina. Novamente diferenciais entre as cidades puderam ser observados.

Num segundo momento, a relação entre instrução de responsáveis por domicílios e a escolaridade e inserção no mercado de trabalho de filhos residentes foi igualmente investigada.

No primeiro caso, uma maior escolaridade dos chefes é percebida como um ativo para um melhor nível de instrução dos filhos. Mas diferenças entre as implicações do analfabetismo absoluto e funcional dos chefes, mais evidente nas relações estabelecidas em sua inserção no mercado de trabalho, são muito sutis neste caso. A chefia domiciliar com oito anos de estudo é novamente a que consegue fornecer mais claramente chances para que seus filhos residentes tenham um maior nível de instrução.

A inserção no mercado de trabalho de filhos residentes parece sofrer pouca influência da instrução dos pais, ressurgindo o importante papel das estruturas de oportunidades oferecidas nas cidades. A população jovem, de forma geral mais instruída, não encontra correspondente número de vagas para o início de sua vida profissional e isto é o que parece mais influenciar seu início de carreira.

O trabalho infantil nos três espaços *urbanos* ocorre em proporção menor do que a encontrada para a Região Sudeste e para o Estado de São Paulo, onde o total de trabalho infantil - rural e urbano - foi considerado. As taxas de urbanização das três cidades são bastante elevadas e a que mais se modificou de 1991 a 2000, com proporção mais baixa que a de Hortolândia e semelhante a de Campinas, foi a de Indaiatuba, com um incremento significativo. Esta mudança, que ocorreu em um curto espaço de tempo, ainda reflete à economia local a importância relativa de atividades agrícolas que ensejam a maior ocorrência de trabalho infantil, como por exemplo, na horticultura.

No terceiro capítulo, foi possível identificar aspectos econômicos diversificados e uma diferenciada oferta de empregos pelos três municípios. Além disso, conforme discutido no capítulo 3, políticas que estimulam a criação de empregos e a qualificação profissional são mais escassas em Hortolândia. Estes fatores espelham-se na inserção mais difícil de responsáveis por domicílios desta cidade, mesmo dos mais instruídos na comparação estabelecida entre os três grupos: de chefes analfabetos absolutos, funcionais e com oito anos de estudo.

Foi possível compreender também, que o evento demográfico atual mais importante em termos quantitativos para esses três municípios parece ser a migração, já que a fecundidade diminuiu, assim como a mortalidade infantil<sup>44</sup>. Densos fluxos populacionais continuaram dirigindo-se na década de 90 à Indaiatuba, Hortolândia e à Campinas. Qual a real capacidade de cada município de recepção com qualidade de vida para a população em movimento em termos de infra-estrutura, habitação, educação, saúde e segurança? Uma combinação entre planejamento e crescimento populacional faz-se necessária.

Mesmo no interior dessa complexidade de fatores, foi possível identificar que o papel da instrução formal como *ativo*, parece, portanto, ser inegável.

No entanto, enquanto crises políticas se alternam e empresas abrem e fecham suas portas, a desigualdade vai aumentando a erosão entre camadas sociais, e o mercado e o Estado também perdem forças como promovedores de estruturas de oportunidades.

Segundo Kaztman e Filgueira (1999), conforme citado no primeiro capítulo, a comunidade vem perdendo seu papel como promotora de estruturas de oportunidades. Talvez uma das opções para a tentativa de mudança no que diz respeito à diminuição da desigualdade seja o desenvolvimento das potencialidades desse agente através do fortalecimento de laços que permitam um desenvolvimento mais efetivo do capital social.

Para que isso aconteça, uma das medidas necessárias seria que o papel da educação como meio para a construção de uma consciência política seja igualmente desenvolvido, onde o poder de vocalização das camadas menos privilegiadas seja fortalecido e alterações em seu favor sejam alcançadas por diferentes vias: através do Estado, mercado, ou comunidade.

Os homens (...) ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam

---

<sup>44</sup> Outras faixas etárias não foram estudadas em termos de mortalidade, o que poderia sinalizar alguns problemas como o gerado por mortes por causas externas, diminuindo principalmente a população jovem masculina, conforme citado no terceiro capítulo.

nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (FREIRE, 1987, p. 89).

Uma tentativa de compreensão da complexidade de fatores envolvida no desenvolvimento desse trabalho passou pelo plano macro, com a identificação da presença do processo de reestruturação produtiva, chegando às especificidades locais, com uma diferenciada oferta de infra-estrutura, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico, e confirmando que a educação formal é um importante ativo para um melhor enfrentamento de riscos sociais. O importante papel da geografia das oportunidades, mesmo em uma região caracterizada pela integração dos mercados foi igualmente detectado, revelando-se imprescindível para a compreensão de como se dá a inserção no mercado de trabalho nos municípios estudados.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís e TODARO, Rosalba. Custos do trabalho e reprodução social em cinco países latino-americanos. In: ABRAMO, Laís (Ed.). **Questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres**. Organização Internacional do Trabalho – Brasília: OIT, 2005. 196 p.

ADORNO, Sérgio e CARDIA, Nancy. Violência, crime, insegurança: há saídas possíveis? In: (Org.) FONSECA, Rinaldo Barcia e DAVANZO, Aurea M. Q.; NEGREIROS, Rovená M. C. **Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2002.

AIDAR, Tirza. A face perversa da cidade: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90. **Texto Nepe**, 44, 2003. Disponível em: <[http://143.106.156.18/iah/textos/textos/texto\\_nepo\\_44.pdf](http://143.106.156.18/iah/textos/textos/texto_nepo_44.pdf)> Acesso em: 21.11.05.

ALVES, Maria Abadia da Silva. Município de Indaiatuba. In: (coords.) CANO, Wilson e BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, vol. 1.

ANOTÍCIA. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/2003/nov/13/0opi.htm>> . Acesso em 03.11.05.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez, 2000.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD Brasil. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>> Acesso em: 08.07.2005.

BAENINGER, Rosana. A população em movimento. In: (Org.) FONSECA, Rinaldo Barcia; DAVANZO, Aurea M. Q.; NEGREIROS, Rovená M. C. **Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2002.

BALTAR, Paulo E. A. Estrutura Econômica e Emprego Urbano na Década de 90. In: PRONI, Marcelo W. & HENRIQUE, Wilnês. **Trabalho, Mercado e Sociedade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

BARROS, Ricardo Paes de Barros; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Analfabetismo no Brasil**. IETS. Disponível em: <<http://www.iets.inf.br/acervo/Artigos/Analfabetismo%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 22.03.2005.

BECK, Ulrich. **The Brave New World of Work**. Cambridge: Polity Press. 2000.

BECKER, Gary S. **Human Capital**. The Library of Economics and Liberty – The Concise Encyclopedia of Economics, 2002. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/HumanCapital.html>> Acesso em: 16.01.05.

BELTRÃO, Kaizô I. e NOVELLINO, Maria S. **Alfabetização por Raça e Sexo no Brasil: Evolução no Período 1940-2000**. Ministério do Planejamento, Orçamento

e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: <<http://www.ence.ibge.gov.br/textodiscuss%C3%A3o/textos%20para%20discuss%C3%A3o%201.pdf>> Acesso em:11.09.2003.

BILAC, Elisabete Dória. **Arranjo familiar e inserção feminina no mercado de trabalho da RMSP na década de 90.** Mulher & Trabalho, Boletim nº 10. Fundação SEADE, São Paulo, 2002.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado. Condições de vida e acesso a serviços no contexto das metrópoles paulistas. In: PATARA, Neide Lopes *et al.* (org.) **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993.** Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1997.

BORGES, Ângela e GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero – Mudanças, Permanências e Desafios.** Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG / São Paulo: Ed. 34, 2000. 384 p.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, Vera M. (org.). **Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001.** 2ª ed. São Paulo: Global, 2004.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95) In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero – Mudanças, Permanências e Desafios.** Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG / São Paulo: Ed. 34, 2000. 384 p.

BUSSO, Gustavo. **Vulnerabilidad sociodemográfica en Nicaragua: un desafío para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza.** CEPAL. Población y desarrollo, serie 29, 2002. Disponível em: <<http://www.cepal.cl/publicaciones/Poblacion/4/LCL1774P/lcl1774e-P.pdf>> Acesso em: 12.01.06.

CAIADO, *et al.* Município de Campinas. In: (coords.) CANO, Wilson e BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, vol. 1.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? In: **Estudos Avançados - Mulher, mulheres.** Volume 17, número 49. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, USP, 2003.

CARVALHO, José Alberto M. de *et al.* **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia.** ABEP, 1998. 2ª Ed. Disponível em: <[www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/tdv01.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/tdv01.pdf) > Acesso em: 06.2005.

Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 29. ed. Atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2002.

COSTA, Maria Teresa. Esvaziamento emperra ações na RMC. **Correio Popular**, Campinas, S.P., 6 nov. 2005, A4.

DATASUS. **Indicadores Socioeconômicos**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idx2002/b07.htm>> Acesso em: 24.11.05

DEDECCA, Cláudio S. *et al.* **O Censo Demográfico 2000 e a mensuração das novas formas de trabalho**. 2004. Disponível: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A157.pdf>> Acesso em: 13.06.2005.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DUARTE JÚNIOR, Leovigildo. **Hortolândia Município: subsídios para a História**. Campinas; s.c.p; 1992. 321 p. illus.

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA). **Sumário de Dados da Região Metropolitana de Campinas**. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/>> Acesso em: 26.02.2005.

FERNANDES, Ana Cristina A.; BRANDÃO, Carlos A. e CANO, Wilson. A Região Metropolitana de Campinas – Análise integrada. In: (coords.) CANO, Wilson e BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, vol. 2.

FERRARO, Alceu Ravello. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos?** 38 Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 13.09.05.

FIEC (Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura). Disponível em: <<http://www.fiec.com.br/v2/>> Acesso em: 11.11.05.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GLAESER, Edward L. **The Formation of Social Capital**. 2001. Disponível em: <[http://www.isuma.net/v02n01/glaeser/glaeser\\_e.shtml](http://www.isuma.net/v02n01/glaeser/glaeser_e.shtml)> Acesso em: 26.01.05.

GOLDEMBERG, José. O repensar da Educação no Brasil. In: **Estudos Avançados Volume 7, Número18**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, USP, 1993, p. 65 – 137.

GuiaNet. Disponível em: <<http://www.guianet.com.br/sp/mapasp.htm>> Acesso em: 26.02.05.

INAF (Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional). **3º Indicador Nacional e Analfabetismo Funcional. Um diagnóstico para a inclusão social pela educação**. 2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org/inaf03.pdf>> Acesso em: 17.10.2003.

Indicadores Socioeconômicos. Disponível em:  
<[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Capitulob\\_socioeconomicos.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Capitulob_socioeconomicos.pdf)>  
Acesso em (último): 31.12.05.

INEP. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília: INEP, 2003. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>> Acesso em: 24.04.05.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Gestão Pública 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2001/munic2001.pdf>> Acesso em: 01.12.05.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Demográfico 2000 - Documentação dos Microdados da Amostra**. IBGE, Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil – 2000**. Estudos e Pesquisas – Informações Demográficas e Socioeconômicas nº 8. Rio de Janeiro, 2002b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/perfilmulheres.pdf>> Acesso em 27.07.05.

KAZTMAN, Ruben y FILGUEIRA, Carlos. **Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL, Oficina de Montevideo / PNUD. LC/MVD/R.176/Rev.1/E. Abril de 1999. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/Montevideo/6/LCMVDR176/LC-R176.pdf>> Acesso em: 20.01.05.

KAZTMAN, Ruben y FILGUEIRA, Carlos. **Panorama de la infancia y la familia en Uruguay**. IPES, Universidad Católica del Uruguay, 2001. Disponível em: <[http://www.ucu.edu.uy/facultades/cienciashumanas/IPES/pdf/12\\_INFANCIATODO.pdf](http://www.ucu.edu.uy/facultades/cienciashumanas/IPES/pdf/12_INFANCIATODO.pdf)> Acesso em: 27.01.05.

KOWARICK, Lúcio. **Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil – Estados Unidos, França e Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, número 51, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15986.pdf>> Acesso em: 08.2005.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Notas sobre o processo de alfabetização escolar. In: LEITE, Sérgio Antônio da Silva (org). **Alfabetização e letramento – contribuições para as práticas pedagógicas**. 3ª Edição – Campinas, S.P. Komedi, 2005.

LEONE, Eugenia Troncoso. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero – Mudanças, Permanências e Desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG / São Paulo: Ed. 34, 2000. 384 p.

LEONE, Eugenia Troncoso. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI, Marcelo W. & HENRIQUE, Wilnês. **Trabalho, Mercado e Sociedade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

LOPES, Alberto. Por um ativismo metropolitano de resultados. In: (Org.) FONSECA, Rinaldo Barcia; DAVANZO, Aurea M. Q.; NEGREIROS, Rovená M. C. **Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2002.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo e HOGAN, Daniel Joseph. **Vulnerabilidade: Esboço para uma discussão conceitual**. Texto apresentado no Seminário sobre Questão Ambiental Urbana: Experiências e Perspectivas, do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Brasília, de 28 a 30 de Julho de 2004.

MENDONÇA, Rosane. **Avaliação do impacto da alfabetização sobre o desenvolvimento humano**. IETS. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/article.php3?id\\_article=397](http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=397)> Acesso em: 12.01.06.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/FuturoTrabalhador/primeiroemprego/Conteudo/tiraduvidas.asp#>> Acesso em: 23.11.05.

MONTAGNER, Paula. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: onde estão as mulheres? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero – Mudanças, Permanências e Desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG / São Paulo: Ed. 34, 2000. 384 p.

MONTALI, Lilia. **Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida**. RBCS Vol. 15, nº 42, fevereiro/2000. Disponível em: <[http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/hemeroteca/rcs/vol15n42/rbcs\\_15n42\\_4.pdf](http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/hemeroteca/rcs/vol15n42/rbcs_15n42_4.pdf)> Acesso em 28.08.05.

MONTALI, Lilia e Lopes, Giovanna. **Relações familiares e trabalho feminino na região metropolitana de São Paulo na década de 90**. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional ABEP de 2002.

MOSER, Caroline O. N. Confronting crisis. **A summary of household responses to poverty and vulnerability in four poor urban communities**. Environmentally Sustainable Development Studies and Monographs Series No. 7. The World Bank, Washington. D.C. 1996.

MOSER, Caroline O. N. **The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies**. World Development, 26, 1-19, 1998. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/B6VC6-3SX6Y97-1/2/75d03376c47ba8072334c6836a02481c>> Acesso em: 20.01.05.

Muito Mais – **Informação da Região M. de Campinas**. Disponível em: <<http://www.mmais.com.br/materia.cfm/idedicao/21/tb/noticias/id/632/ordem/2>> Acesso em 06.2005.

NEGREIROS, Rovená e TEIXEIRA, Marina P. Município de Hortolândia. In: (coords.) CANO, Wilson e BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de**

**Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, vol. 1.

NUCCI, Eliane Porto Di. Alfabetizar letrando... Um desafio para o professor! In: LEITE, Sérgio Antônio da Silva (org). **Alfabetização e letramento – contribuições para as práticas pedagógicas.** 3ª Edição – Campinas, S.P. Komedi, 2005.

O Estado de São Paulo, 24.02.2005. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/educando/noticias/2005/fev/24/100.htm>> Acesso em 20.12.05.

OLIVEIRA, Orlandina de e ARIZA, Marina. Gênero, trabalho e exclusão social. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (org.). **Demografia da exclusão social – Temas e abordagens.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, Nepo, 2001.

OLIVEIRA, Ramon de. **O Legado da CEPAL à educação nos anos 90.** Revista Iberoamericana de Educación, Madrid - Espanha, 2001. Disponível em: <<http://www.campus-oei.org/revista/deloslectores/Oliveira.PDF>> Acesso em: 16.01.06.

OTERO, Elisabete de Sousa *et al.* Alfabetização de jovens e adultos: ainda um desafio para um velho problema. In: SILVA, Dinorá Fraga (Org.). **Para uma política educacional da alfabetização.** Campinas, SP: Papyrus, 1991.

PAIVA, Vanilda. **Sobre o conceito de “Capital Humano”.** Caderno de Pesquisa, n. 113, julho/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a10n113.pdf>>

PIRES, Maria Conceição S. e SANTOS, Sarah Maria M. Evolução da mancha urbana. In: (Org.) FONSECA, Rinaldo Barcia; DAVANZO, Aurea M. Q.; NEGREIROS, Rovená M. C. **Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas.** Campinas, SP: Unicamp. IE, 2002.

POCHMANN, Márcio. Emprego, renda e pobreza. In: (Org.) FONSECA, Rinaldo Barcia; DAVANZO, Aurea M. Q.; NEGREIROS, Rovená M. C. **Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas.** Campinas, SP: Unicamp. IE, 2002.

POCHMANN, Márcio. **Atlas da Exclusão Social no Brasil – Volume 5: Agenda não liberal da inclusão social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Márcio. Emprego e custo do trabalho feminino no Brasil no final do século XX. In: ABRAMO, Laís (Ed.). **Questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres.** Organização Internacional do Trabalho – Brasília: OIT, 2005. 196 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Dados disponíveis em: <[http://www.campinas.sp.gov.br/portal\\_2003\\_sites/conheca\\_campinas/cc\\_campinas\\_acessos.htm](http://www.campinas.sp.gov.br/portal_2003_sites/conheca_campinas/cc_campinas_acessos.htm)> Acesso em 26.02.05.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA. Dados disponíveis em: <<http://www.hortolandia.sp.gov.br/>> Acesso em: 07.11.05.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA. Secretaria de Infra-Estrutura urbana. Divisão de Habitação. **Relatório: Ocupações irregulares e loteamentos em regularização no município de Hortolândia.** 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA. Dados disponíveis em: <<http://www.indaiatuba.sp.gov.br/>> Acesso em: 01.11.05.

RATTNER, Henrique. **Prioridade: construir o capital social.** Revista Espaço Acadêmico – Ano II, nº 21, Fevereiro/2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>> Acesso em: 15.01.06.

REGO, Teresa Cristina. **Ensino e constituição do sujeito.** In: Coleção memória da pedagogia, nº 2 – Liev Semiovich Vygotsky. São Paulo: Segmento-Duetto, 2005.

RIBEIRO, Vera M. **Alfabetismo funcional: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa.** In: Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 60, dezembro/97. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf>> Acesso em: 11.09.03.

RIBEIRO, Vera M. Por mais e melhores leitores: uma introdução. In: RIBEIRO, Vera M. (org.). **Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001.** 2. ed. – São Paulo, Global, 2004.

RIFFAULT, H. **Les européens et la valeur travail.** In Futuribles, nº 200, Julho-Agosto, 1995, p.25-47.

RIGOTTI, I. **A Transição da Escolaridade no Brasil e as Desigualdades Regionais.** In: Revista Brasileira de Estudos de População Vol. 18; n. 1/2 jan./dez. 2001.

ROCHA, Sonia. **As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio.** Econômica, nº 4, pp. 5-24, dezembro 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/v2n2/2-soniarocha.pdf>> Acesso em 13.06.05.

SABATINI, Francisco *et al.* **Nuevas formas de pobreza y movilización popular en Santiago de Chile.** Disponível em: <[http://www.comunitarios.cl/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=17&Itemid=38](http://www.comunitarios.cl/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=17&Itemid=38)> Acesso em: 26.01.06.

SABESP Disponível em: <[http://www2.sabesp.com.br/html/a\\_sabesp/sua\\_regiao/default.asp?inic\\_mun=h](http://www2.sabesp.com.br/html/a_sabesp/sua_regiao/default.asp?inic_mun=h)> Acesso em: 03.08.05.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 2a. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SCHULLER, Tom. **The Complementary Roles of Human and Social Capital.** 2001. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/5/48/1825424.pdf> > Acesso em: 26.01.05.

SCHWARTZMAN, Simon. **A expansão do ensino superior, a sociedade do conhecimento, e a educação tecnológica.** Trabalho realizado por solicitação do

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Departamento Nacional. Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/biblioteca/A\\_expansao\\_do\\_ensino\\_superior\\_a\\_sociedade\\_do\\_conhecimento\\_e\\_a\\_educacao\\_tecnologica.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/A_expansao_do_ensino_superior_a_sociedade_do_conhecimento_e_a_educacao_tecnologica.pdf)> Acesso em: 12.01.06.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Disponível em: <<http://www.sp.senai.br/home/Telas/enderecos/enderecos.asp?idl=3>> Acesso em: 26.12.05.

SEPÚLVEDA, Leandro e GUTIÉRREZ, Gonzalo. **Notas sobre educación y trabajo en América Latina en la última década.** Revista Digital UMBRAL 2000 – No. 13 – Septiembre 2003. Disponível em: <<http://www.umcc.cu/boletines/educede/boletin11/sepulveda13.pdf>> Acesso em: 20.01.05.

SPSS 11.0. **Módulo Base. Conceitos e Recursos.** 2002.

VENTURA, Kátia Sakihama e BRANDÃO, Carlos Antônio. Saneamento ambiental na RMC. In: (coords.) CANO, Wilson e BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, vol. 2.

YAHN, Armando Gallo e GIACOMINI, Adriana A. R. V. Isenburg. Recursos hídricos e saneamento. In: (Org.) FONSECA, Rinaldo Barcia; DAVANZO, Aurea M. Q.; NEGREIROS, Rovená M. C. **Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas.** Campinas, SP: Unicamp. IE, 2002.

WOOLCOCK, Michael. **The Place of Social Capital in Understanding Social and Economic Outcomes.** Development Research Group, The World Bank, and Kennedy School of Government, Harvard University, 2001. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/5/13/1824913.pdf>> Acesso em: 01.03.05.



## **ANEXOS**

### **Variáveis utilizadas**

A operacionalização deste estudo para a investigação das características do domicílio, assim como do nível de instrução, inserção no mercado de trabalho e renda da população como um todo e principalmente de responsáveis por domicílios é baseada nas variáveis relacionadas a seguir.

### **Variáveis do registro de domicílios**

- a) “V0103 – Município”;
- b) “V1006 – Situação do domicílio = 1 - urbano”;
- c) “V0201 – Espécie = 1 – particular permanente”;

A primeira variável é utilizada para a organização da saída dos dados por municípios. As variáveis (b) e (c) são utilizadas como filtros, restringindo o banco de dados em domicílios urbanos e particulares permanentes.

- d) “V0207 – Forma de abastecimento de água;”

Para este estudo, apenas a categoria ‘rede geral’ é contemplada para que sua cobertura, já elevada, possa ser comparada entre os municípios.

- e) “V0211 – Tipo de escoadouro”;

Como este item da infra-estrutura é o que aponta maiores demandas, todas as categorias são comparadas.

- f) “V0213 - Iluminação elétrica”;

- g) “V0212 – Coleta de Lixo”;

Apenas a categoria ‘Coletado por serviço de limpeza’ é levada em conta, já que sua cobertura é igualmente abrangente (o que não significa tratamento de resíduos sólidos);

Uma análise dos itens (d), (e), (f) e (g) para a comparação entre períodos distintos, contemplados pelos Censos Demográficos 1991 e 2000 para a população total, é feita com o auxílio do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, conforme já mencionado.

## Variáveis do registro de pessoas

- a) “V1006 – Situação do domicílio = 1 – Urbano”;
- b) “V0402 – Relação com responsável pelo domicílio = 01 – Pessoa responsável; 03 – Filho(a), Enteado(a)”;
- c) “V0103 – Município”;
- d) “V0401 – Sexo 1 – Masculino, 2 – Feminino”;
- e) “V4752 – Idade calculada em anos completos a partir de 1 ano”.

Os itens (a) e (b) listados acima são utilizados como filtros. O primeiro em todos os cruzamentos feitos (somente população urbana) e o segundo nas análises restritas a responsáveis por domicílios e a filhos de responsáveis por domicílios.

Os pontos (c) e (d) são utilizados para a organização das saídas do programa, feitas, na maioria dos casos, por município e sexo.

A variável (e) auxilia na composição da variável “faixaet1”, construída para o agrupamento da população por faixas etárias com intervalos de cinco anos. Também é útil para a construção de filtros que limitam a população igual e acima de dez anos, ou igual e acima de vinte e cinco anos.

- f) Nupcialidade
  - o “V0436 - Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)”;
- g) Variável de instrução;
  - o “V4300 – ANOS DE ESTUDO”;

O analfabetismo absoluto é apreendido a partir dos resultados da categoria ‘00 - sem instrução, ou menos de um ano de instrução’. Para a operacionalização do analfabetismo funcional são agregadas as categorias ‘01, 02 e 03 anos’. A de oito anos de estudo corresponde a ‘08 anos’. O mesmo é feito para os grupos de 4 a 7 e 9 e mais anos de estudo, nas tabelas que agregaram informações gerais da população.

Há também pesquisas específicas para este tema, que auxiliam na complementação de informações. Uma seria o Censo Escolar<sup>1</sup>, outra, um estudo feito pelo Instituto Paulo Montenegro – Ação Social do IBOPE e da ONG Ação Educativa<sup>2</sup>.

- h) Variável referente à cor;
  - o “V0408 – COR OU RAÇA”;

Foram analisadas as categorias “1 – Branca”, “2 – Preta” e “4 – Parda”. As categorias “3 – Amarela” e “5 – Indígena” foram agregadas em “Outros” nas tabelas, que foram contempladas. A categoria “9 - Ignorado” foi excluída dos cálculos.

De qualquer modo, no Brasil, o que se verifica é a existência, ainda, de um hiato considerável entre a situação dos indivíduos dependendo de sua cor ou raça: pretos e pardos de um lado e brancos e amarelos de outro. As estatísticas mostram que, mesmo no nível mais elementar da educação, que é o da alfabetização, a desigualdade racial, apesar de menor hoje do que nas décadas anteriores, ainda permanece (BELTRÃO E NOVELLINO, 2002, p. 8).

Pelo enfoque relativo à cor não ter sido o foco deste estudo, mas devido a sua importância, tabelas sobre este tema foram acrescentadas no anexo.

- i) Variáveis de trabalho;
  - o “V0447 – NESSE TRABALHO ERA...”

As categorias resultantes dessa variável são: ‘1 – Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada’, ‘2 – Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada’, ‘3 – Empregado com carteira de trabalho assinada’, ‘4 – Empregado sem

---

<sup>1</sup> “(...) é um levantamento de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado anualmente. Ele abrange a Educação Básica, em seus diferentes níveis – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e modalidades – Ensino Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos” (INEP, 2005).

<sup>2</sup> “(...) resultou na construção do INAF (Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional). O INAF tem como base a análise de habilidades, práticas e representações sobre leitura e escrita. “Os dados do INAF são coletados anualmente junto a amostras nacionais de 2 mil pessoas, representativas da população brasileira de quinze a 64 anos, residentes em zonas urbanas e rurais em todas as regiões do país” (RIBEIRO, 2004, p. 9).

carteira de trabalho assinada’, ‘5– Empregador’, ‘6- Conta-própria’, ‘7 – Aprendiz, ou estagiário sem remuneração’, ‘8 – Não remunerado em ajuda a membro do domicílio’ e ‘9 – Trabalhador na produção para o próprio consumo’.

Desta forma, foi possível analisar a questão do trabalho formal x informal, assim como sua localização nas esferas domésticas, ou não-domésticas. A categoria “conta-própria” poderá adquirir gradativamente mais peso com a reestruturação produtiva, já que postos de trabalho vêm sofrendo uma crescente redução.

- “V4462 – CÓDIGO NOVO DA ATIVIDADE“;

Através desta variável, as atividades podem ser agregadas em 18 grupos principais: ‘A - Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, B – Pesca, C - Indústrias extrativas, D - Indústrias de transformação, E - Produção e distribuição de eletricidade, gás e água, F – Construção, G – Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domiciliares, H - Alojamento e alimentação, I - Transporte, armazenagem e comunicações, J - Intermediação financeira, K – Atividades imobiliárias, aluguel, serviços prestados às empresas, L - Administração pública, defesa e seguridade social, M – Educação, N - Saúde e serviços sociais, O - Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, P - Serviços domésticos, Q – Organismos internacionais e Outros institutos extraterritoriais e atividades mal especificadas’.

A descrição de variáveis foi extraída do arquivo “CnaeDom-Estrutura.xls”, anexo do Censo Demográfico 2000.

Com isso, análises por setores do mercado de trabalho e suas diferenças segundo instrução, sexo e cidades puderam ser feitas.

- j) Variável de renda
  - “V4514 – TOTAL DE RENDIMENTOS NO TRABALHO PRINCIPAL, EM SALÁRIOS MÍNIMOS“;

Através desta variável, diferenças salariais por cidade, nível de instrução e sexo são apontadas.

TABELA 1A - PADRONIZAÇÃO COM APLICAÇÃO DAS TAXAS DE ANALFABETISMO ABSOLUTO - 2000

Faixa Etária	IND/POP padrão	IND ANAB	CPQ ANAB	HOR ANAB
00-04	12 248	1,000	12 248	1,000
05-09	12 474	0,602	7 495	0,640
10-14	13 433	0,019	255	0,026
15-19	14 314	0,018	253	0,015
20-24	14 038	0,014	200	0,017
25-29	12 526	0,023	284	0,020
30-34	12 152	0,023	276	0,026
35-39	11 685	0,031	358	0,025
40-44	10 233	0,045	458	0,031
45-49	8 450	0,057	479	0,040
50-54	6 802	0,080	544	0,069
55-59	4 344	0,168	717	0,089
60-64	3 934	0,215	839	0,127
65-69	3 034	0,272	817	0,162
70-74	2 461	0,274	663	0,192
75 e +	2 612	0,404	1 046	0,287
Total	144 740		26 932	25 600
Total >= 25 a.	78 234		6 481	4 571

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações Próprias

TABELA 2A - PADRONIZAÇÃO COM APLICAÇÃO DAS TAXAS DE ANALFABETISMO FUNCIONAL - 2000

Faixa Etária	IND/POP padrão	IND ANAF	CPQ ANAF	HOR ANAF
00-04	12 248	0,000	0	0,000
05-09	12 474	0,397	4 953	0,358
10-14	13 433	0,259	3 479	0,273
15-19	14 314	0,034	491	0,038
20-24	14 038	0,046	651	0,042
25-29	12 526	0,079	986	0,056
30-34	12 152	0,099	1 209	0,069
35-39	11 685	0,101	1 175	0,076
40-44	10 233	0,131	1 340	0,086
45-49	8 450	0,157	1 328	0,107
50-54	6 802	0,222	1 509	0,140
55-59	4 344	0,178	772	0,182
60-64	3 934	0,214	841	0,195
65-69	3 034	0,255	773	0,190
70-74	2 461	0,290	715	0,192
75 e +	2 612	0,235	614	0,184
Total	144 740		20 836	17 510
Total >= 25 a.	78 234		11 262	8 246

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações Próprias

TABELA 3A - PADRONIZAÇÃO COM APLICAÇÃO DAS TAXAS DE OITO ANOS DE ESTUDO - 2000

Faixa Etária	IND/POP* padrão	IND – 8AE	CPQ – 8AE	HOR – 8AE
00-04	12 248	0,000	0	0,000
05-09	12 474	0,000	0	0,000
10-14	13 433	0,017	231	0,014
15-19	14 314	0,229	3 278	0,196
20-24	14 038	0,134	1 887	0,116
25-29	12 526	0,153	1 920	0,137
30-34	12 152	0,146	1 772	0,148
35-39	11 685	0,161	1 883	0,146
40-44	10 233	0,149	1 520	0,135
45-49	8 450	0,114	961	0,133
50-54	6 802	0,084	570	0,108
55-59	4 344	0,077	336	0,098
60-64	3 934	0,066	258	0,077
65-69	3 034	0,066	201	0,077
70-74	2 461	0,025	62	0,075
75 e +	2 612	0,044	114	0,073
Total	144 740		14 993	14 409
Total >= 25 a.	78 234		9 597	9 797

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações Próprias

TABELA 4A - EXISTÊNCIA DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS PARA:

	CPQ	HOR	IND
Atendimento na área de educação	Não	Não	Não
Habitação	Não	Não	Não
Aquisição e/ou uso de máquinas e equipam.	Não	Não	Não
Serviços de abastecimento de águas	Sim	Sim	Sim
Serviços de esgotamento sanitário	Sim	Não	Não
Limpeza urbana	Sim	Não	Não
Coleta de lixo	Sim	Não	Não
Coleta seletiva de lixo	Sim	Não	Não
Reciclagem de lixo	Sim	Não	Não
Remoção de entulhos	Sim	Não	Não
Coleta de lixo especial	Sim	Não	Não
Tratamento ou disposição final do lixo	Sim	Não	Não
Processamento de dados	Sim	Não	Não
Atendimento na área de saúde	Não	Não	Não
Número de consórcios na área de saúde	Não Aplic.	Não Aplic.	Não Aplic.
Partic. rec. fin. do Est. ou do Gov. Federal nos cons. saúde	Não Aplic.	Não Aplic.	Não Aplic.

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001 – Tabelas 4.1 (respectivos munic.)  
Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/munic2001/>> Acesso em: 03.11.05

TABELA 5A - POPULAÇÃO COM IDADES IGUAIS E ACIMA DE 25 ANOS,  
SEGUNDO COR - 2000

	CPQ - H	CPQ - M	HOR - H	HOR - M	IND - H	IND - M
Branca	74,85	77,73	62,65	66,09	75,37	77,93
Preta	6,19	5,58	6,87	6,26	4,32	3,48
Parda	17,51	15,36	29,63	26,95	18,13	16,21
Outros*	1,45	1,32	0,84	0,69	2,18	2,38
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total (N)	255 334	284 352	37 193	37 737	38 304	39 635

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações Próprias

\* A categoria outros inclui: indígenas e a cor amarela.

Obs.: Foram excluídas as categorias "ignorado" dos totais, correspondendo respectivamente a: 0,97%, 0,64%, 0,76%, 0,48%, 0,43% e 0,33%.

TABELA 6A – RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS COM IDADES  
IGUAIS E ACIMA DE 25 ANOS, SEGUNDO COR - 2000

	CPQ - H	CPQ - M	HOR - H	HOR - M	IND - H	IND - M
Branca	75,34	76,37	62,50	61,54	76,24	77,10
Preta	5,93	6,82	6,55	9,70	3,84	5,86
Parda	17,21	15,64	30,01	28,07	17,90	14,90
Outros*	1,53	1,17	0,94	0,69	2,02	2,14
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total (N)	197 396	66 780	30 177	7 236	30 351	7 419

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações Próprias

\* A categoria outros inclui: indígenas e a cor amarela.

Obs.: Foram excluídas as categorias "ignorado" dos totais, correspondendo respectivamente a: 0,72%, 0,51%, 0,66%, 0,51%, 0,35% e 0,37%.

TABELA 7A – CAMPINAS: PROPORÇÃO DE ANAB POR COR, SEGUNDO SEXO E  
FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO COM 25 ANOS E MAIS - 2000

	Branca - H	Preta - H	Parda - H	Branca - M	Preta - M	Parda - M
25-29	1,72	2,02	3,99	1,15	0,58	3,29
30-34	1,88	2,79	5,53	1,53	2,39	4,80
35-39	1,72	6,74	4,47	1,25	3,93	6,11
40-44	2,18	5,81	5,90	1,99	4,54	7,10
45-49	2,61	10,49	9,08	2,71	6,64	9,65
50-54	3,46	16,60	10,70	6,00	17,99	17,42
55-59	4,86	12,35	15,84	8,45	16,03	23,18
60-64	5,91	16,82	25,16	11,24	28,02	38,30
65-69	8,33	28,72	30,26	16,33	41,47	42,05
70-74	14,55	32,95	24,05	17,44	33,41	48,16
75 e +	21,29	42,31	49,76	26,55	53,27	58,79
Total (N)	7 367	1 501	3 993	12 353	1 744	5 413
Total (cor)	189 928	15 712	44 333	219 657	15 597	43 315
% (N)/(cor)	3,88	9,55	9,01	5,62	11,18	12,50

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

TABELA 8A – HORTOLÂNDIA: PROPORÇÃO DE ANAB POR COR, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO COM 25 ANOS E MAIS - 2000

	Branca - H	Preta - H	Parda - H	Branca - M	Preta - M	Parda - M
25-29	1,28	2,72	3,47	1,26	2,15	4,98
30-34	1,81	3,46	0,00	2,87	0,00	7,11
35-39	5,35	5,20	7,52	4,10	4,34	8,40
40-44	2,64	9,16	8,05	4,80	4,53	6,67
45-49	2,95	5,95	5,07	8,86	18,03	14,34
50-54	8,54	24,60	15,38	11,43	16,85	31,52
55-59	15,16	21,25	20,00	23,42	44,44	35,91
60-64	17,89	46,75	31,46	41,12	33,90	26,51
65-69	29,39	0,00	30,42	60,90	57,55	32,35
70-74	36,53	0,00	25,00	41,81	40,85	52,61
75 e +	40,76	63,64	69,18	56,27	88,24	58,96
Total (N)	1 569	272	1 053	2 651	348	1 424
Total (cor)	23 199	2 526	10 931	24 760	2 316	10 080
% (N)/(cor)	6,76	10,77	9,63	10,71	15,03	14,13

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

TABELA 9A – INDAIATUBA: PROPORÇÃO DE ANAB POR COR, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO COM 25 ANOS E MAIS - 2000

	Branca - H	Preta - H	Parda - H	Branca - M	Preta - M	Parda - M
25-29	1,66	5,00	3,10	2,05	4,94	3,19
30-34	1,76	2,05	7,04	1,38	0,00	2,64
35-39	1,82	0,00	8,46	1,92	8,71	7,76
40-44	3,23	3,24	7,18	4,09	0,00	10,83
45-49	2,63	10,61	5,59	6,71	8,89	14,77
50-54	5,12	8,89	12,17	8,05	6,67	21,44
55-59	9,33	17,35	22,56	15,75	10,67	56,31
60-64	12,13	24,29	43,68	24,03	28,79	36,13
65-69	21,23	28,13	4,46	29,00	52,42	36,45
70-74	20,04	59,26	30,86	25,72	61,54	70,00
75 e +	32,92	69,51	40,40	39,15	58,33	63,75
Total (N)	1 623	210	668	2 624	179	970
Total (cor)	28 722	1 629	6 846	30 699	1 339	6 342
% (N)/(cor)	5,65	12,89	9,76	8,55	13,37	15,29

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias



TABELA 10A – CAMPINAS: PROPORÇÃO DE ANAF POR COR, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO COM 25 ANOS E MAIS - 2000

	Branca - H	Preta - H	Parda - H	Branca - M	Preta - M	Parda - M
25-29	4,13	9,87	10,15	3,57	10,72	10,03
30-34	4,83	11,92	13,34	5,36	13,92	11,96
35-39	4,88	13,05	13,72	5,49	14,00	18,24
40-44	6,12	11,20	16,41	6,97	18,03	14,72
45-49	6,90	16,49	17,60	9,54	22,67	25,01
50-54	9,00	20,49	22,55	14,22	18,55	29,75
55-59	14,06	24,36	26,69	18,48	21,31	32,41
60-64	17,11	26,30	21,89	20,62	21,15	22,77
65-69	17,20	25,11	32,87	17,89	24,26	25,02
70-74	18,15	19,77	26,20	18,90	23,56	22,03
75 e +	19,78	30,16	20,59	17,25	20,56	19,68
Total (N)	15 694	2 426	7 181	21 943	2 696	7 767
Total (cor)	189 928	15 712	44 333	219 657	15 597	43 315
% (N)/(cor)	8,26	15,44	16,20	9,99	17,29	17,93

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

TABELA 11A – HORTOLÂNDIA: PROPORÇÃO DE ANAF POR COR, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO COM 25 ANOS E MAIS - 2000

	Branca - H	Preta - H	Parda - H	Branca - M	Preta - M	Parda - M
25-29	6,69	15,76	9,78	7,94	13,23	8,82
30-34	7,97	14,57	11,12	7,13	17,21	10,52
35-39	9,29	13,29	11,87	16,05	27,46	17,00
40-44	14,08	16,54	18,21	16,10	24,47	19,11
45-49	14,73	24,21	22,24	20,84	15,08	24,23
50-54	24,71	7,66	28,88	25,71	38,20	18,07
55-59	32,04	26,25	28,76	29,66	13,49	29,96
60-64	30,48	31,17	35,12	26,45	16,95	21,69
65-69	30,48	75,95	41,67	21,95	34,91	37,50
70-74	29,54	35,29	45,37	32,03	59,15	22,27
75 e +	32,19	36,36	15,75	23,09	11,76	32,55
Total (N)	3 390	474	1 885	3 948	516	1 724
Total (cor)	23 199	2 526	10 931	24 760	2 316	10 080
% (N)/(cor)	14,61	18,76	17,24	15,95	22,28	17,10

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

TABELA 12A – INDAIATUBA: PROPORÇÃO DE ANAF POR COR, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO COM 25 ANOS E MAIS - 2000

	Branca - H	Preta - H	Parda - H	Branca - M	Preta - M	Parda - M
25-29	5,04	11,92	12,83	7,71	15,43	11,22
30-34	7,52	18,15	12,18	9,13	28,35	17,14
35-39	7,53	25,00	15,05	9,68	3,32	19,61
40-44	8,55	17,41	29,85	12,76	14,48	19,35
45-49	13,38	11,36	25,44	15,95	41,48	20,77
50-54	18,89	50,37	17,81	26,13	31,85	25,77
55-59	15,02	28,57	14,76	21,13	9,33	25,24
60-64	19,74	32,86	16,25	21,66	22,73	28,83
65-69	23,79	25,00	24,11	26,31	29,84	39,41
70-74	32,96	18,52	32,10	28,13	38,46	17,27
75 e +	23,95	9,76	47,47	21,53	22,22	29,38
Total (N)	3 432	342	1 240	4 559	285	1 251
Total (cor)	28 722	1 629	6 846	30 699	1 339	6 342
% (N)/(cor)	11,95	20,99	18,11	14,85	21,28	19,73

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

TABELA 13A – HOMENS (>= 25 ANOS) POR ATIVIDADE, SEGUNDO INSTRUÇÃO - CAMPINAS, 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE
A - Agric. / Pec. / Silvicult. / Expl. Fl.	5,7	2,7	0,8
D - Indústrias de Transformação	10,7	17,2	25,9
F – Construção	29,4	27,3	9,7
G – Comércio; rep.veíc. auto. /obj./dom.	17,9	16,8	21,3
H - Alojamento e Alimentação	5,7	5,1	4,9
I - Transp. / Armazen. / Comunicações	2,7	10,7	13,1
K - Ativ. Im. / Alug. / Serv.Prest.Empr.	9,6	9,1	9,6
L - Adm. Púb. / Defesa / Segur.Soc.	4,4	2,0	3,9
M - Educação	0,7	1,2	2,2
N - Saúde e Serviços Sociais	1,2	1,1	1,5
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	3,8	2,8	3,1
P - Serviços Domésticos	3,7	1,9	0,4
Outros*	4,4	2,1	3,6
Total	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	38,5	54,6	75,8
Total com trabalho (N)	5 146	14 102	25 068
Total geral (N)	13 380	25 850	33 085

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Atividades: B, C, E, J, Q e atividades mal especificadas.

TABELA 14A – MULHERES (>= 25 ANOS) POR ATIVIDADE,  
SEGUNDO INSTRUÇÃO – CAMPINAS, 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE
A - Agric. / Pec. / Silvicult. / Expl. Fl.	1,1	0,9	0,2
D - Indústrias de Transformação	9,6	9,1	15,4
G - Comércio; rep.veíc. auto. /obj./dom.	9,1	9,0	17,2
H - Alojamento e Alimentação	8,7	8,1	8,8
K - Ativ.Im. / Alug. / Serv.Prest.Empr.	7,2	5,3	4,9
L - Adm. Púb., Defesa e Seg. Soc.	2,0	1,3	2,2
M - Educação	3,3	3,0	7,5
N - Saúde e Serviços Sociais	3,2	4,7	12,6
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	1,7	4,5	6,4
P - Serviços Domésticos	49,1	47,8	17,6
Outros*	4,9	6,2	7,3
<b>Total (%)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Total com trabalho (%)	14,7	30,4	46,4
Total com trabalho (N)	2 979	9 973	15908
<b>Total geral (N)</b>	<b>20 201</b>	<b>32 854</b>	<b>34 317</b>

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* B, C, E, F, I, J e Q e atividades mal especificadas.

TABELA 15A – HOMENS (>= 25 ANOS) POR ATIVIDADE,  
SEGUNDO INSTRUÇÃO - HORTOLÂNDIA, 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE
A - Agric. / Pec. / Silvicult. / Expl. Fl.	2,0	1,8	0,6
D - Indústrias de Transformação	15,4	13,8	32,5
F – Construção	35,2	32,5	12,3
G – Comércio; rep.veíc. auto. /obj./dom.	11,6	13,4	17,8
H - Alojamento e Alimentação	10,1	5,8	5,7
I – Transp. / Armazen. / Comunicações	6,9	13,2	11,6
K - Ativ.Im. / Alug. / Serv.Prest.Empr.	5,9	9,3	8,4
L - Adm. Púb. / Defesa / Segur.Soc.	4,1	2,0	2,7
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	3,6	2,3	2,3
*Outros	5,3	5,9	6,0
<b>Total (%)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Total com trabalho (%)	45,5	58,2	80,7
Total com trabalho (N)	1 351	3 371	4 303
<b>Total geral (N)</b>	<b>2 966</b>	<b>5 788</b>	<b>5 335</b>

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* B, C, E, J, M, N, P, Q e outras atividades mal especificadas.

TABELA 16A – MULHERES (>= 25 ANOS) POR ATIVIDADE,  
SEGUNDO INSTRUÇÃO – HORTOLÂNDIA – 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE
A - Agric. / Pec. / Silvicult. / Expl. Fl.	5,1	2,6	0,3
D - Indústrias de Transformação	8,0	11,2	12,0
F - Construção	0,7	1,0	1,1
G - Comércio; rep. veíc. auto. /obj. /dom.	2,7	4,6	17,8
H - Alojamento e Alimentação	16,6	10,7	6,8
K - Ativ.Im. / Alug. / Serv.Prest.Empr.	2,4	5,2	5,6
L - Adm. Púb. / Defesa / Segur.Soc.	0,0	1,0	6,2
M - Educação	1,5	1,3	7,0
N - Saúde e Serviços Sociais	3,6	3,7	8,5
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	7,1	5,5	5,9
P - Serviços Domésticos	46,5	51,3	24,3
Outros*	5,7	1,9	4,0
Total (%)	100,0	100,0	99,6
Total com trabalho (%)	18,8	33,7	51,4
Total com trabalho (N)	841	2126	2 448
Total geral (N)	4 462	6 316	4 760

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Atividades B, C, E, I, J, Q e atividades mal especificadas.

TABELA 17A – HOMENS (>= 25 ANOS) POR ATIVIDADE,  
SEGUNDO INSTRUÇÃO - INDAIATUBA, 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE
A - Agric. / Pec. / Silvicult. / Expl. Fl.	11,6	11,0	2,9
D - Indústrias de Transformação	14,8	22,6	44,2
F - Construção	27,6	27,2	10,8
G - Comércio; rep.veíc. auto. /obj./dom.	13,8	14,6	14,4
H - Alojamento e Alimentação	1,1	2,5	6,2
I - Transp. / Armazen. / Comunicações	4,6	6,9	6,7
K - Ativ.Im. / Alug. / Serv.Prest.Empr.	5,3	4,0	4,0
L - Adm. Púb. / Defesa / Segur.Soc.	2,5	1,7	2,3
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	1,8	1,9	3,2
P - Serviços Domésticos	11,2	6,4	1,6
Outros*	5,8	1,2	3,9
Total (%)	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	45,6	66,3	84,3
Total com trabalho (N)	1 177	3 374	4 307
Total geral (N)	2 583	5 090	5 107

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Atividades B, C, E, J, M, N, Q e atividades mal especificadas.

TABELA 18A – MULHERES (>= 25 ANOS) POR ATIVIDADE,  
SEGUNDO INSTRUÇÃO - INDAIATUBA, 2000

Código novo da atividade	ANAB	ANAF	8AE
D - Indústrias de Transformação	15,2	19,4	34,1
G - Com.Rep.veíc. auto. / obj. / dom.	7,1	9,5	16,5
H - Alojamento e Alimentação	11,3	6,5	7,7
I – Transp. / Armazen. / Comunicações	4,2	1,2	2,0
K – Ativ. Im. / Alug. / Serv. Prest. Empr.	0,0	3,1	3,5
M - Educação	6,0	3,3	6,6
N - Saúde e Serviços Sociais	1,0	2,4	7,0
O - Outros Serv.Col. / Soc. / Pess.	3,2	4,9	4,7
P - Serviços Domésticos	43,3	42,8	13,2
Outros*	8,7	6,9	4,3
Total (%)	100,0	100,0	99,6
Total com trabalho (%)	15,9	28,8	46,6
Total com trabalho (N)	619	1 781	2 091
Total geral (N)	3 893	6 177	4 487

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Atividades: A, B, C, E, F, J, L, Q e atividades mal especificadas.

TABELA 19A - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE HOMENS (>=25 ANOS)  
SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO CAMPINAS – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo		
	ANAB	ANAF	8AE
Empregado com carteira de trabalho assinada	45,6	47,2	56,7
Empregado s/ carteira de trabalho assinada	18,8	16,9	13,3
Empregador	0,9	2,0	4,6
Conta-própria	29,7	31,8	24,7
Outros*	5,1	2,2	0,8
Total (%)	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	38,5	54,5	75,8
Total geral (N)	13 379	25 845	33 089

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Trab. dom. c/ e s/ carteira, aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio cons.

TABELA 20A - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE MULHERES (>=25 ANOS)  
SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO – CAMPINAS – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo		
	ANAB	ANAF	8AE
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho assinada	25,7	22,6	8,6
Trabalhador doméstico s/ carteira de trabalho assinada	23,5	25,2	9,0
Empregado com carteira de trabalho assinada	26,9	26,5	48,4
Empregado s/ carteira de trabalho assinada	11,3	9,1	13,6
Conta-própria	10,7	14,5	16,7
Outros*	2,0	2,1	3,7
Total (%)	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	14,7	30,4	46,4
Total geral (N)	20 199	32 857	34 318

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Empregador, aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio consumo

TABELA 21A - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE HOMENS (>= 25 ANOS)  
SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO – HORTOLÂNDIA – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo		
	ANAB	ANAF	8AE
Empregado c/ carteira de trab.assinada	47,5	45,7	63,2
Empregado s/ carteira de trab.assinada	19,0	20,3	10,5
Conta-própria	30,1	31,7	24,5
Outros*	3,4	2,3	1,8
Total (%)	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	45,6	58,2	80,7
Total geral (N)	2 968	5 784	5 337

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Trab. dom. c/ e s/ carteira, aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio cons.

TABELA 22A - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE MULHERES (>= 25 ANOS)  
SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO – HORTOLÂNDIA – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo		
	ANAB	ANAF	8AE
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho assinada	12,7	16,0	4,5
Trabalhador doméstico s/ carteira de trabalho assinada	30,5	26,8	8,7
Empregado com carteira de trabalho assinada	21,9	20,8	45,3
Empregado s/ carteira de trabalho assinada	16,3	12,7	17,9
Conta-própria	13,7	23,7	18,8
Outros*	4,8	0,0	4,8
Total (%)	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	18,8	33,7	51,4
Total geral (N)	4 461	6 318	4 756

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Empregador, aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio consumo

TABELA 23A - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE HOMENS (>= 25 ANOS)  
SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO – INDAIATUBA – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo		
	ANAB	ANAF	8AE
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho assinada	8,6	4,5	0,9
Empregado c/ carteira de trabalho assinada	35,3	36,6	58,9
Empregado s/ carteira de trabalho assinada	20,8	21,6	14,9
Conta-própria	30,9	34,5	20,3
Outros*	4,5	2,8	5,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	45,6	66,3	84,3
Total geral (N)	2 586	5 086	5 108

Fonte: Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio cons.

TABELA 24A - DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DE MULHERES (>= 25 ANOS)  
SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO – INDAIATUBA – 2000

Posição na ocupação	Anos de Estudo		
	ANAB	ANAF	8AE
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho assinada	12,7	16,0	4,5
Trabalhador doméstico s/ carteira de trabalho assinada	30,5	26,8	8,7
Empregado c/ carteira de trabalho assinada	21,9	20,8	45,3
Empregado s/ carteira de trabalho assinada	16,3	12,7	17,9
Conta-própria	13,7	23,7	18,8
Outros*	4,8	0,0	4,8
Total (%)	100,0	100,0	100,0
Total com trabalho (%)	15,9	28,8	46,6
Total (N)	3894	6177	4488

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000 - Tabulações próprias

\* Empregador, aprendiz, não remun., trab. na prod. próprio consumo

TABELA 25A – POPULAÇÃO (>= 25 ANOS) SEGUNDO INSTRUÇÃO POR  
TOTAL DE RENDIMENTOS DO TRABALHO PRINCIPAL EM  
SALÁRIOS MÍNIMOS - 2000

	Nível de instrução	até 2 SM	de 2 a 5 SM	Acima de 5 SM	Total (%)	Total (N)
CPQ - H	ANAB	42,4	48,7	8,9	100,0	5145
	ANAF	30,4	51,8	17,8	100,0	14100
	8AE	9,6	44,5	45,9	100,0	25072
CPQ - M	ANAB	72,0	24,8	3,2	100,0	2976
	ANAF	62,6	33,3	4,1	100,0	9977
	8AE	34,0	47,9	18,2	100,0	15908
HOR - H	ANAB	38,3	47,3	14,4	100,0	1351
	ANAF	25,5	56,8	17,6	100,0	3367
	8AE	10,9	53,0	36,2	100,0	4305
HOR - M	ANAB	82,7	17,3	0,0	100,0	839
	ANAF	65,7	31,9	2,4	100,0	2129
	8AE	34,3	55,4	10,3	100,0	2444
IND - H	ANAB	47,8	48,3	3,9	100,0	1181
	ANAF	29,4	54,5	16,1	100,0	3370
	8AE	11,0	47,0	42,1	100,0	4310
IND - M	ANAB	82,3	12,6	5,2	100,0	620
	ANAF	78,5	18,5	3,0	100,0	1781
	8AE	39,6	47,8	12,6	100,0	2093

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000 – Tabulações próprias